

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Alice Poche Gabriel

**ANÁLISE DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO PAMPA –
ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI**

Santa Maria, RS
2020

Alice Poche Gabriel

**ANÁLISE DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO PAMPA –
ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Foletto

Santa Maria, RS
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Gabriel, Alice Poche

Análise das Áreas de Proteção Integral do Pampa -
Argentina, Brasil e Uruguai / Alice Poche Gabriel.-
2020.

132 p.; 30 cm

Orientador: Eliane Maria Foletto

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2020

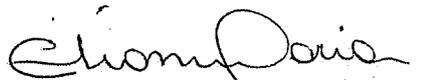
1. Pampa 2. Áreas protegidas 3. Proteção integral 4.
Parque 5. Plano de Manejo I. Foletto, Eliane Maria II.
Título.

Alice Poche Gabriel

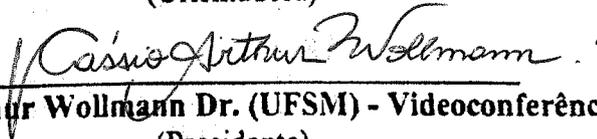
**ANÁLISE DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO PAMPA –
ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Dinâmica Espacial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia.**

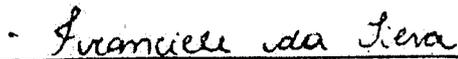
Aprovado em 29 de junho de 2020:



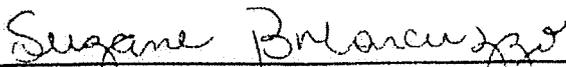
Eliane Maria Foletto Dra. (UFSM)
(Orientadora)



Cássio Arthur Wollmann Dr. (UFSM) - Videoconferência
(Presidente)



Franciele da Silva, Dra. (IF FARROUPILHA) - Videoconferência



Suzane Bevilacqua Marcuzzo, Dra. (UFSM) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

- Agradeço imensamente ao universo por proporcionar-me boas energias para realizar este trabalho!
- Agradeço a minha mãe Mari e meu pai Vicente. Se cheguei até aqui foi porque vocês são a minha base, minha vida, incentivando-me ao estudo. Amo vocês!
 - Ao meu irmão amado Andrei e ao Realdi, pelo carinho e amizade de todos esses anos!
- Aos meus tios Elaine e Alberto e a minha prima Letícia, pela confiança, amizade e amor que me receberão na sua casa ao longo desses anos e por todos os momentos que passamos juntos!
- À minha orientadora Professora Dr^a. Eliane Maria Foletto, que com enorme atenção sempre me incentivou e orientou com muita paciência, dedicação e confiança! A ela, agradeço por seus ensinamentos.
- Os meus agradecimentos à banca de defesa, desde já pelas valorosas contribuições e críticas para o desenvolvimento deste trabalho!
- Aos colegas e amigos(as) de Laboratório de Hidrografia, sala 1137, pela amizade, parceria, conversas e risadas, pelo apoio com sugestões de leituras, discussões e atividades.
- Agradeço em especial a Dr^a. Franciele da Silva, uma grande incentivadora do meu processo de amadurecimento na geografia.
- À amiga Denise Lenise Machado presente em todos os momentos de geografia. Obrigada pelo carinho e amizade!
 - Agradeço à amiga Jakeline Barrato, pela amizade e por toda a atenção/ajuda dedicada!
 - Às colegas de Escola que tanto me apoiaram, em especial à amiga Eliani Minuzi!
 - Ao Gestor do Parque Estadual do Espinilho pela atenção e auxílio!
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado, auxílio fundamental para à pesquisa.
- Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia e a Universidade Federal de Santa Maria pelo ensino público de qualidade.
- Enfim, a todos, que de alguma forma participaram deste longo processo e que aqui deixaram de ser mencionados. Muito obrigada! Fizeram e fazem toda a diferença na minha vida!

RESUMO

ANÁLISE DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL DO PAMPA – ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

AUTORA: Alice Poche Gabriel

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Eliane Maria Foletto

Instituídas com o objetivo de guardar ambientes naturais da ação excessiva do ser humano, as áreas protegidas apresentam-se atualmente como uma crescente ferramenta a ser utilizada nas estratégias de conservação ambiental mundial. Desta forma, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: as Áreas Protegidas de tipologia proteção integral do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai possuem características semelhantes e efetivamente cumprem com o seu papel de conservação e preservação do Pampa? Para isso, inicialmente, realizou-se uma busca por diferentes abordagens de proteção de modo a contemplar temas que envolvam a proteção da natureza. Utilizando-se da identificação de áreas protegidas no território do Pampa analisaram-se as tipologias que possuem maior representatividade e elaborou-se um mapeamento de formações vegetais, para identificar quais áreas estão a conservar remanescentes de vegetação nativa. Diante de todas as categorias identificadas a tipologia de proteção integral na categoria Parque Nacional foi selecionada para o estudo. Somam-se 64 áreas de proteção integral no Pampa, deste total 20 são de categoria Parques, sendo 11 parques na Argentina, 6 no Brasil e 3 no Uruguai. Para a seleção dos Parques levou-se em consideração o Plano de Manejo, um documento norteador da gestão e manejo dos Parques. Optou-se pela elaboração de uma metodologia própria para analisar os planos de manejo de cada Parque: Parque Nacional *Campos del Tuyú* na Argentina, Parque Estadual do Espinilho no Brasil e Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* no Uruguai, bem como trabalhos de campo, acessos às páginas *online* que fazem a promoção e divulgação de informações dos Parques e questionário aplicado aos gestores(as). Quanto a aplicação do questionário, identificaram-se meios de contato para com o gestor(a) dos Parques, sendo através de endereço eletrônico, sítios web oficiais dos órgãos de administração de áreas protegidas e até mesmo páginas *online* de rede social (*Facebook*). Encaminhou-se o questionário para todos os meios de contato possível, mas infelizmente, apenas ocorreu o retorno do Gestor do Parque Estadual do Espinilho no Brasil. Discutiram-se algumas questões a partir da análise dos planos de manejo e sítios web oficiais de cada Parque. A partir desses dados e junto das respostas do questionário foi possível elencar parâmetros para analisar e discutir a efetividade de cada Parque na conservação do Pampa. Os Parâmetros analisados foram: processo de criação, administrativos, ambientais e financeiros. Diante do apresentado, destaca-se a importância do trabalho de campo para a aplicação de questionário e conhecimento do contexto em que cada Parque está inserido no território do Pampa. Para finalizar, os Parques analisados apresentam afinidades entre si, possuem objetivos de conservação, roteiros metodológicos semelhantes na leitura de dados com informações dos Parques e diretrizes a serem seguidas. Além disso, percebe-se que para garantir a existência desses Parques é necessário seguir rigorosamente os planos de manejo, desenvolver planejamentos estratégicos baseado no contexto de cada área, investir em capacitação de funcionários, incentivar o envolvimento da sociedade e promover os Parques.

Palavras-Chave: Pampa. Áreas protegidas. Proteção integral. Parque. Plano de manejo.

ABSTRACT

ANALYSIS OF PAMPA INTEGRAL PROTECTION AREAS - ARGENTINA, BRAZIL AND URUGUAY

Autora: Alice Poche Gabriel

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Foletto

Instituted with the objective of safeguarding natural environments from the excessive action of human beings, protected areas are currently presented as a growing tool to be used in global environmental conservation strategies. In this way, the research sought to answer the following question: do Protected Areas of the type of integral protection of the Pampa - Argentina, Brazil and Uruguay have similar characteristics and effectively fulfill their role of conservation and preservation of the Pampa? For this, initially, a search was made for different protection approaches in order to contemplate themes involving the protection of nature. Using the identification of protected areas in the Pampa territory, the typologies that have the greatest representativeness were analyzed and a mapping of plant formations was elaborated, in order to identify which areas are conserving remnants of native vegetation. In view of all the categories identified, the type of comprehensive protection in the National Park category was selected for the study. There are 64 areas of integral protection in the Pampa, of which 20 are in the Parks category, with 11 parks in Argentina, 6 in Brazil and 3 in Uruguay. For the selection of the Parks, the Management Plan was taken into consideration, a guiding document for the management and management of the Parks. We opted for the elaboration of our own methodology to analyze the management plans of each Park: Campos del Tuyú National Park in Argentina, Espinilho State Park in Brazil and Esteros de Farrapos National Park and Islas del Río Uruguay in Uruguay, as well as works field visits, access to online pages that promote and disseminate information about Parks and a questionnaire applied to managers. As for the application of the questionnaire, several means of contact with the Park manager were identified, through e-mail, official websites of the administration bodies of protected areas and even online social network pages (facebook). The questionnaire was sent to all possible means of contact, but unfortunately, only the return of the Manager of the Espinilho State Park in Brazil occurred. Some issues were discussed based on the analysis of management plans and official sites for each Park. From these data and together with the answers to the questionnaire, it was possible to list parameters to analyze and discuss the effectiveness of each Park in the conservation of the Pampa. The parameters analyzed were: creation process, administrative, environmental and financial. Given the above, the importance of fieldwork for the application of a questionnaire and knowledge of the context in which each Park is inserted in the Pampa territory is highlighted. Finally, it is believed that each of the analyzed Parks presents an affective conservation of the objective that is proposed in its management plan, which have a similar methodological script for reading data with information from the Parks and guidelines to be followed. In addition, it is clear that to ensure the existence of these Parks, it is necessary to strictly follow the management plans, develop strategic plans based on the context of each area, invest in employee training, encourage the involvement of society and promote the Parks.

Keywords: Pampa. Protected areas. Protection integral. Park. Management plans.

RESUMEN

ANÁLISIS DE LAS ÁREAS DEL PROTECCIÓN INTEGRAL DEL PAMPA – ARGENTINA, BRASIL Y URUGUAY

Autora: Alice Poche Gabriel

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Foletto

Instituidas con el objetivo de salvaguardar los ambientes naturales de la acción excesiva del ser humano, las áreas protegidas se presentan actualmente como una herramienta creciente para ser utilizada en las estrategias globales de conservación ambiental. De esta manera, la investigación buscó dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿las Áreas Protegidas del tipo de protección integral de la Pampa - Argentina, Brasil y Uruguay tienen características similares y cumplen efectivamente su rol de conservación y preservación de la Pampa? Para ello, inicialmente, se realizó una búsqueda de diferentes enfoques de protección con el fin de contemplar temas relacionados con la protección de la naturaleza. Utilizando la identificación de áreas protegidas en el territorio pampeano, se analizaron las tipologías que tienen mayor representatividad y se elaboró un mapeo de formaciones vegetales, con el fin de identificar qué áreas están conservando remanentes de vegetación nativa. En vista de todas las categorías identificadas, se seleccionó para el estudio el tipo de protección integral en la categoría Parque Nacional. Existen 64 áreas de protección integral en la Pampa, de las cuales 20 están en la categoría de Parques, con 11 parques en Argentina, 6 en Brasil y 3 en Uruguay. Para la selección de los Parques se tomó en consideración el Plan de Manejo, documento rector para el manejo y manejo de los Parques. Optamos por desarrollar nuestra propia metodología para analizar los planes de manejo de cada Parque: Parque Nacional Campos del Tuyú en Argentina, Parque Estatal Espinilho en Brasil y Parque Nacional Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay en Uruguay, así como obras visitas de campo, acceso a páginas en línea que promueven y difunden información sobre Parques y un cuestionario aplicado a los administradores. En cuanto a la aplicación del cuestionario, se identificaron varios medios de contacto con el administrador del Parque, a través del correo electrónico, sitios web oficiales de los órganos de administración de áreas protegidas e incluso páginas de redes sociales en línea (facebook). El cuestionario se envió a todos los medios de contacto posibles, pero lamentablemente solo se produjo el regreso del Gerente del Parque Estatal Espinilho en Brasil. Se discutieron algunos temas a partir del análisis de los planes de manejo y sitios oficiales de cada Parque. A partir de estos datos y junto con las respuestas al cuestionario, fue posible enumerar parámetros para analizar y discutir la efectividad de cada Parque en la conservación de la Pampa. Los parámetros analizados fueron: proceso de creación, administrativo, ambiental y financiero. Ante lo anterior, se destaca la importancia del trabajo de campo para la aplicación de un cuestionario y el conocimiento del contexto en el que se inserta cada Parque en el territorio pampeano. Finalmente, se cree que cada uno de los Parques analizados presenta una conservación afectiva del objetivo que se propone en su plan de manejo, los cuales cuentan con un guión metodológico similar para la lectura de datos con información de los Parques y lineamientos a seguir. Además, es evidente que para asegurar la existencia de estos Parques es necesario seguir estrictamente los planes de gestión, desarrollar planes estratégicos en función del contexto de cada zona, invertir en la formación de los empleados, fomentar la implicación de la sociedad y promover los Parques.

Palabras clave: Pampa. Áreas protegidas. Protección integral. Parque. Plan de manejo.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de localização do Pampa abrangendo cerca de dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e em todos os departamentos da República Oriental do Uruguai.....28
- Figura 2 – As paisagens do Pampa gaúcho na região da Serra do Sudeste compostas por campos com gramíneas e arbustos que formam mosaicos interligados através dos capões de matas e matas ciliares, são como veias pulsantes protegendo os rios abundantes em água doce, rios que integram todo o Pampa sul-americano guardando semelhanças culturais, sociais e econômicas deste território.....30
- Figura 3 – Mapeamento das diferentes regionalizações do território do Pampa. (A) ecorregiões existentes na Biorregião do Pampa; (B) Subdivisões regionais dos Campos do Rio da Prata; (C) Brasil – diversidade de vegetação; Uruguai – diversidade nas representações geológicas; Argentina – diversidade de representações geomorfológicas; (D) Bioma Pampa no território brasileiro; (E) Grandes regiões naturais do sul da América do Sul; (F) Pampa Uruguaio-Sul-Rio-Grandense.....37
- Figura 4 – Porcentagem de terras cultivadas no mundo.....39
- Figura 5 – Aspectos da paisagem do Pampa, as imagens demonstram a presença de plantação de soja e o campo nativo. Qual será a relação de competição das monoculturas com a vegetação nativa do Pampa?.....40
- Figura 6 – imagem superior plantação de pinus as margens da RS 640, entre os municípios de São Vicente do Sul e Cacequi/RS. Imagem inferior representa a várzea do rio Ibicuí muito devastada para o plantio de arroz, sendo que nos dias atuais não se tem mais o plantio, mas sim pastagens naturais bastante degradadas para o pastoreio. Município de Cacequi, bem ao fundo da imagem percebe-se uma plantação de pinus.....42
- Figura 7 – *Sites* institucionais oficiais responsáveis pela política nacional do meio ambiente: (A) *Administración de Parques Nacionales* da Argentina; (B) Ministério do Meio Ambiente no Brasil; e (C) *División de Biodiversidad y Áreas Protegidas de la Dirección Nacional de Medio Ambiente del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* no Uruguai.....75
- Figura 8 – Áreas Protegidas no território do Pampa.....92
- Figura 9 – Mapa síntese das formações vegetais e proteção através das áreas protegidas no território do Pampa.....94
- Figura 10 – Mapeamento de uso e ocupação da terra nas principais regiões agrícolas da Argentina, ano de 2018.....97
- Figura 11 – Mapeamento de uso da terra e cobertura vegetal do Pampa gaúcho no ano de 2018.....99

Figura 12 – Mapeamento integrado de uso da terra e cobertura vegetal do território uruguaio no ano de 2018.....	101
Figura 13 – Mapa de localização do Parque Nacional <i>Campos del Tuyú</i> , Parque Estadual do Espinilho e o Parque Nacional <i>Esteros de Farrapos e Islas del Rio Uruguay</i>	104
Figura 14 – Paisagem do Parque Nacional <i>Campos del Tuyú</i> , nela o Cervo do Pampa animal símbolo e objetivo da conservação.....	105
Figura 15 – Paisagem do Parque Estadual do Espinilho, objetivo de conservar a formação vegetal <i>Prosópis affinis</i> (inhanduvaí) e a <i>Acácia caven</i> (espinilho).....	107
Figura 16 – Conservar a biodiversidade com articulação das atividades produtivas sustentáveis.....	108
Figura 17 – Zoneamento: (A) zoneamento preliminar do Parque Nacional <i>Campos del Tuyú</i> ; (B) zoneamento ambiental do Parque Estadual do Espinilho; (C) zonas de manejo delimitadas do Parque Nacional <i>Esteros de Farrapos e Islas del río Uruguay</i>	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de áreas protegidas e sua breve descrição segundo a IUCN:.....	50
Quadro 2 – Sistematização das Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP – Argentina, e Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas pelos Sistemas Provinciais – Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, Buenos Aires e La Pampa.....	55
Quadro 3 – Categorias de Unidades de Conservação estabelecidas no Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC:.....	61
Quadro 4 – Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP – do Uruguai.....	66
Quadro 5 – Síntese das metodologias de efetividade existentes.....	71
Quadro 6 – Tipologias de proteção integral e uso sustentável com as respectivas categorias de áreas protegidas em nível internacional de acordo com a UICN (2008).....	76
Quadro 7 – A proteção da biodiversidade no Pampa através da legislação de cada país.....	82
Quadro 8 – Síntese das áreas protegidas identificadas no território do Pampa – Argentina Brasil e Uruguai. O quadro apresenta uma sequência de tipologias de Proteção Integral e Uso Sustentável.....	85
Quadro 9 – Correspondência entre categorias de áreas protegidas encontradas no território do Pampa em âmbito dos sistemas nacionais da Argentina, Brasil e Uruguai com seus respectivos sistemas provinciais, estaduais e departamentais, e as categorias propostas pela IUCN.....	90
Quadro 10 – Síntese das características gerais e estrutura de gestão e manejo dos Parques em estudo.....	109
Quadro 11 – Objetivos de conservação e definições dos zoneamentos descritos no Plano de Manejo de cada Parque.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AP	Áreas Protegidas
APP	Áreas de Preservação Permanente
APN	Administração de Parques Nacionais
Cfa	Clima temperado úmido com verão quente
CNUC	Conselho Nacional de Unidade de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONFEMA	Conselho Federal de Meio Ambiente
DINAMA	<i>División Nacional de Medio Ambiente</i>
DFAP	Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MVOTMA	<i>Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente</i>
ONG	Organizações Não Governamentais
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPAP	Sistema Provincial de Áreas Protegidas
AS e DS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIB	Sistema de Informação de Biodiversidade
SIFAP	Sistema de Áreas Protegidas Federal
UC	Unidade de Conservação
UDELAR	<i>Universidad de la República Uruguay</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 OBJETIVO GERAL.....	25
1.1.1 Objetivos Específicos	25
1.2 JUSTIFICATIVA.....	25
2 PAMPA: ENTRE DIMENSÕES E RIQUEZAS A SEREM PROTEGIDAS	27
2.1 TERRITÓRIO DO PAMPA E SUAS REGIONALIZAÇÕES	35
2.2 CONVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS CAMPOS PAMPEANOS.....	38
3 O CAMINHO DA CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DAS ÁREAS PROTEGIDAS	45
3.1 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NA ARGENTINA	52
3.1.1 Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP (Lei nº 22.351/1980)	54
3.2 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL.....	55
3.2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/2000)	57
3.3 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO URUGUAI.....	62
3.3.1 Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP (Lei nº 17.234/2000)	64
3.4 EFETIVIDADE DE MANEJO EM ÁREAS PROTEGIDAS.....	67
3.4.1 Metodologias de avaliação existentes	69
3.5 PLANO DE MANEJO.....	71
4. METODOLOGIA	73
4.1 A CONSERVAÇÃO DO PAMPA ATRAVÉS DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	73
4.2 SELEÇÃO DE ÁREA PROTEGIDA PARA O ESTUDO	77
4.3 CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS PARQUES	78
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
5.1 ÁREAS PROTEGIDAS DO PAMPA – ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI	81
5.2 A PROTEÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DOS PARQUES	102
5.2.1 Parque Nacional <i>Campos del Tuyú</i>	104
5.2.2 Parque Estadual do Espinilho	105
5.2.3 Parque Nacional <i>Esteros de Farrapos e Islas del Rio Uruguay</i>	107
5.3 ESTRUTURA DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES	109
6 CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	124
ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA GESTOR/GESTORA DO PARQUE	132

1 INTRODUÇÃO

A interferência humana na natureza traz à tona um debate que se tornou emblemático no mundo, principalmente com relação a questões ambientais versus desenvolvimento econômico. Um fato notável na América do Sul é o crescente desenvolvimento nacional atribuído ao chamado neoextrativismo, gozando de boa saúde (GUDYNAS, 2012), muitos países criam programas contra a pobreza, porém adotam medidas que causam grandes impactos socioambientais.

Os impactos socioambientais, são consequências diretamente ligadas ao falso progresso, e sobre isso pode-se concordar com Acosta (2012), quando comenta que este progresso nos convida a “viver melhor” e para isso é necessária uma competição permanente entre os seres humanos. Este é um caminho seguido até agora, que permitiu a alguns viver “melhor” enquanto milhões de pessoas tiveram e ainda têm que “viver mal”.

Assim como o Brasil, o Uruguai e a Argentina, também, contemplam os seus territórios com grandes extensões de campos e savanas sendo explorados, nas últimas décadas, com o avanço das fronteiras agrícolas e com o incentivo de políticas públicas voltadas para o neoextrativismo. Devido a isso, o Pampa tem sofrido diversos impactos socioambientais que comprometem toda a sua riqueza cultural e o patrimônio natural.

Conforme Suertegaray e Pires da Silva (2009), Campos sulinos e pastizais do Pampa abrangem regiões pastoris de planícies em três países da América do Sul – cerca de dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e em todos os departamentos da República Oriental do Uruguai (SUERTEGARAY E PIRES DA SILVA, 2009). “Representando uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta” (MINARRO e BILENCA 2008).

O Pampa na imensidão da América do Sul com ecossistemas únicos no mundo guarda expressões variadas de flora e fauna, muitas delas dependentes da vegetação natural para alimentar ou reproduzir e manter populações saudáveis. Neste contexto, apesar de haver características semelhantes para além das fronteiras, as políticas ambientais com a finalidade de conservar e proteger o patrimônio natural para as futuras gerações são escassas e desconhecidas. Com isso, atualmente a preservação do Pampa e a sua biodiversidade representa um dos maiores desafios da conservação.

Diante deste cenário, as Áreas Protegidas, consideradas como estratégias e ferramentas de controle do território, devido às restrições de uso impostas, garantem, assim, medidas preventivas. De acordo com Cabral e Souza (2005), elas visam interromper, em alguns casos, a atuação antrópica, de modo a permitir a manutenção e a recuperação de atributos naturais ou, em outros casos, permitir o uso desses recursos, garantindo sua manutenção no longo prazo em condições regulares, minimizando, assim, em ambos os procedimentos, as respostas negativas da atuação antrópica.

O território do Pampa possui 122 áreas protegidas, destas 36 são de proteção integral e 86 de uso sustentável (GABRIEL, 2017). A partir do exposto, a discussão desta pesquisa está pautada na seguinte questão: as Áreas Protegidas de tipologia proteção integral do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai possuem características semelhantes e efetivamente cumprem com o seu papel de conservação e preservação do Pampa?

Nesse estudo, o caminho percorrido está dividido em seis capítulos, o primeiro sendo a *INTRODUÇÃO* – apresenta-se o problema, o objetivo geral e específicos, e as justificativas da pesquisa. O segundo capítulo *PAMPA: ENTRE DIMENSÕES E RIQUEZAS A SEREM PROTEGIDAS* – buscou-se conhecer o território do Pampa com toda sua biodiversidade, regionalizações e a paisagem sociocultural ameaçada pela supressão da vegetação nativa.

O terceiro capítulo *O CAMINHO DA CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DAS ÁREAS PROTEGIDAS* – inicialmente é feito um breve histórico da proteção da natureza ao nível internacional através dos Parques Nacionais, bem como compreender as políticas ambientais da Argentina, Brasil e Uruguai, enfatizando as categorias de proteção instituídas pelos países. Em seguida é discutido a efetividade de manejo em áreas protegidas e apresentadas algumas metodológicas existentes. Finalizando o capítulo, faz-se uma discussão sobre plano de manejo e zoneamento de áreas protegidas.

No quarto capítulo, *METODOLOGIA* – apresentam-se os procedimentos metodológicos e técnicos que foram utilizados para a realização da pesquisa. Já o quinto capítulo, *RESULTADOS E DISCUSSÃO* – é apresentado os resultados obtidos com os mapeamentos realizados e sobre eles são feitas discussões considerando áreas protegidas de tipologia proteção integral na categoria parque nacional como ferramenta de proteção do Pampa.

Por fim, o sexto capítulo, *CONCLUSÃO* – é destinada à consideração acerca dos resultados da pesquisa, das dificuldades encontradas no caminho e de inquietudes que podem ser respondidas através de novas pesquisas no Pampa.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho foi analisar e comparar Áreas Protegidas de Proteção Integral do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai, considerando a efetiva conservação do Pampa através do Plano de Manejo de cada área.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Identificar as categorias de áreas protegidas que mais se destacam no Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai;
- b) Mapear as formações vegetais do Pampa que estão sendo conservadas pelas áreas protegidas;
- c) Selecionar três áreas protegidas de mesma tipologia e categoria de proteção do território do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai;
- d) Analisar os planos de manejo das áreas protegidas selecionadas;
- e) Caracterizar e compreender as diferenças fundamentais de gestão e manejo entre as áreas protegidas selecionadas.

1.2 JUSTIFICATIVA

Há uma grande necessidade de conservar remanescentes de Pampa independente do território político administrativo. Este estudo visa conhecer através de uma amostra de três áreas protegidas da tipologia de proteção integral entre a Argentina, Brasil e Uruguai possibilidades e condições de gestão de áreas protegidas no Pampa. Compreender também, as necessidades enfrentadas por essas áreas para se manterem, pois, à conversão que o Pampa vem sofrendo, principalmente com a falta de políticas públicas para conter os meios de produção capitalistas, está atingindo diretamente a preservação dos campos.

O presente trabalho, dá prosseguimento na linha de pesquisa relacionada a temática de áreas protegidas realizada por Gabriel (2017), como trabalho de conclusão de curso. Apropriou-se para à pesquisa, à convenção internacional do conceito de área protegida, assim como suas respectivas categorias propostas pela UICN. Optou-se por trabalhar com áreas protegidas de tipologia de proteção integral, ou seja, possuem uso restrito, permanecendo atividades de cunho científico, turismo de baixo impacto e atividades de educação ambiental, a referida escolha da categoria de manejo de área protegida busca aprofundar não só as discussões que já vem sendo feitas sobre a valorização dos campos do Pampa, mas também, como essa categoria pode vir a contribuir para as populações locais, pois possuem restrições de uso antrópico.

Além disso, diversas propostas de privatização de áreas protegidas estão sendo feitas no Brasil hoje, e isso é um problema muito sério para a sociedade e para o planeta quando se fala em privatizar o patrimônio natural. A possibilidade de ultrapassar as fronteiras e ampliar as discussões com relação à ausência de uma integração mais efetiva entre as áreas protegidas e consequentemente se obtenha o reconhecimento desse patrimônio natural, um bem de todo(as) a ser protegido é que a pesquisa tornou-se realizada. Muito esforço foi investido e muita coragem para resistir a um governo que busca a venda do Brasil, um projeto político que visa exterminar com as minorias muitas delas defensoras das causas ambientais. Resistimos!

2 PAMPA: ENTRE DIMENSÕES E RIQUEZAS A SEREM PROTEGIDAS

O território¹ do Pampa possui a vegetação natural mais extensa do planeta (BILENCA e MINARRO, 2004). Existem, ainda, diversas estimativas do tamanho da superfície terrestre que podem estar potencialmente coberta por campos e numerosas descrições acerca das características físicas e ecológicas do Pampa. O que basicamente, compreende uma área de pouco mais que 760.000 km² denominada por Soriano et al. (1992) como *Pastizal del Río de la Plata* (BILENCA e MINARRO, 2004).

De acordo com Overbeck, os campos do Pampa estendem-se ao sul e a oeste pela República Oriental do Uruguai e províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Buenos Aires e La Pampa. A região inteira, desde Bahia Blanca na Argentina até Porto Alegre no Rio Grande do Sul/BR, é denominada Pastizales del Río de La Plata, com 760.000 km² de extensão (OVERBECK, 2009).

Na imensidão do Pampa, com grandes áreas de campos nativos que o gado muito habita e o homem pouco se avista, historicamente, as sociedades humanas tem utilizado os campos como zonas de pastoreio. Relatos e estudos realizados pelo padre Balduino Rambo comprovam essa paisagem, especificamente no Rio Grande do Sul quando descreve:

Podemos reduzir a três fatores antropogeográficos da campanha: todas as suas linhas naturais se dirigem ao Uruguai, todas as suas paisagens são abertas, todos os seus campos convidam à criação intensa do gado (RAMBO, 1956, p. 150).

Para Soriano et al., (1992) o conjunto de formações ambientais de pastagens na zona sul da Bacia do rio da Prata, correspondem a uma das regiões de pastagens temperadas mais extensas do planeta, distribuídos nos territórios do Uruguai, Brasil e Argentina, compreende 2,5% das terras agrícolas do mundo, onde vivem aproximadamente 35 milhões de pessoas, 0,45 da população mundial (SORIANO et al., 1992).

¹ O entendimento de território é considerado a partir das palavras de Raffestin (1980, p. 143) “Território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o espaço é a “prisão original”, enquanto que “o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Conforme o IBGE, o Bioma Pampa compreende uma área total de 70 milhões de hectares na América do Sul (IBGE, 2004). Abrangendo regiões pastoris de planícies em três países da América do Sul – cerca de dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e em todos os departamentos da República Oriental do Uruguai exposto na Figura 1 (SUERTEGARAY e PIRES DA SILVA, 2009).

Figura 1 – Mapa de localização do Pampa abrangendo cerca de dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes e em todos os departamentos da República Oriental do Uruguai.



Fonte: (SUERTEGARAY e PIRES DA SILVA, 2009).

Elaboração: autora.

Essa região, constitui a maior extensão de ecossistemas campestres de clima temperado no continente sul-americano (CHOMENKO, 2017, p.63). Denominado de “Campos Sulinos”, conforme propõe Marchiori (2002), assim como “*Pastizales del Río de La Plata*” de acordo com

Bilenca e Minarro (2004), classificado pelo IBGE (2004) como “Bioma Pampa”, e até mesmo pode ser denominado de “*Pastizales y sabanas del Cono Sur de Sudamerica*” por Minarro e Marino (2013) ou, simplesmente, Campos e Pampas segundo Bencke et al. (2016). Também podem ser conhecidos e denominados segundo Medina (2017), como “*El Campo Natural*”; bem como “*pastizales naturales*”, conforme apontam Parera e Carriquiry (2014) e Ernesto e Verón (2017).

Embora existam diferentes denominações, e considerando que a pesquisa compreenderá três países, conforme descrito neste trabalho, optou-se por adotar a nomenclatura de Pampa, o termo a ser utilizado caracteriza a região pastoril de planícies da América do Sul que abrange Brasil, Uruguai e Argentina. De acordo com Sell (2017), embora existam diferentes denominações para o Pampa, nomenclatura adotada, o fato é que esta região demanda de iniciativas amplas e integradas, que extrapolam as fronteiras, de conhecimento e conservação tanto da sua geobiodiversidade quanto da sua cultura, ainda de acordo com Sell, caracteriza o Pampa da seguinte maneira:

Enquanto região natural, caracteriza-se principalmente por terras muito baixas e planas – como sugere o termo quéchua “pampa”, que significa plano, planície –, dominadas originalmente por campos (*pastizales*) e campos arbustivos, sem vegetação florestal significativa. Essa tendência geral de uma grande planície, homogênea em termos de relevo, não corresponde, em realidade, a toda a região pampeana (ou “biorregião do Pampa”, conforme Gudynas, 2002), sendo mais característica da sua porção Argentina (SELL, 2017, p. 27).

Constituído por uma vegetação em forma de mosaico de campos e floresta, que ainda apresenta certo aspecto natural em algumas regiões menos degradadas, apesar das alterações na paisagem, que tem ocorrido em consequência da agricultura, pecuária e silvicultura (GRACIOLI, 2010). O Pampa é formado por ecossistemas naturais com alta diversidade de espécies animais e vegetais, que garantem serviços ambientais importantes, como a conservação de recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores e o provimento de recursos genéticos, além de constituírem uma grande fonte forrageira para a pecuária, abrigando alta biodiversidade e oferecendo beleza cênica com potencial turístico importante (PILLAR et al., 2009).

Os campos que compõem o Pampa, se estendendo sobre amplas regiões do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, apresentam uma superfície plana, com coxilhas planas e serrilhadas ásperas, por cerros altaneiros como o Batovi, o do Ouro, ou o do Jarau; ora se dilata em planuras que se perdem nos horizontes longínquos (FERREIRA FILHO, 1965).

Estes campos cobertos de gramináceas, misturados com pequenos arbustos; por vezes brilhantemente floridos ou coberto de moitas, e ainda outras vezes produzindo uma vegetação arborescente, baixa e de pouca sombra em terreno argiloso ou arenoso e às vezes de pedregulho ou rochoso, ou finalmente úmidos até brejos. São, porém, sempre distintamente separados da mata e bem limitados dela, estendendo-se como uma rede de terrenos abertos (LINDMAN e FERRI, 1974).

Segundo Sozinski (2000), as áreas com vegetação campestre no Sul do Brasil e países do rio da Prata são reconhecidas pela sua vastidão e grande variedade botânica. Nesses campos temos uma variação de fisionomias na vegetação variando de padarias a vegetação arbustiva e, é essa vegetação que torna as paisagens do Pampa únicas, com animais pastejando livremente em grandes espaços, conferindo uma notável característica cultural local (figura 2).

Figura 2 – As paisagens do Pampa gaúcho na região da Serra do Sudeste compostas por campos com gramíneas e arbustos que formam mosaicos interligados através dos capões de matas e matas ciliares, são como veias pulsantes protegendo os rios abundantes em água doce, rios que integram todo o Pampa sul-americano guardando semelhanças culturais, sociais e econômicas deste território.



Fonte: autora. Trabalho de campo município de Pinheiro Machado, dezembro de 2019.

Enquanto a geologia, a região apresenta em sua porção uruguaia e brasileira um embasamento cristalino que emerge ou se mantém pela superfície, para o oeste dos rios Uruguai e da Prata aparece uma grossa capa de sedimentos loess e argilosos sobre a estrutura cristalina, que se mantêm entre os 300 e 5000 metros de profundidade e que recém emergem na superfície pelas extremidades das Serras Pampeanas de Córdoba e San Luis pelo oeste, e em formações das Serras de Tandil e da Ventana pelo sul (BILENCA e MINARRO, 2004).

Os materiais que compõe os solos pampeanos abarcam, em geral materiais finos como areias, silte, argilas, cuja origem deriva principalmente de períodos de estiagem e chuvas intensas, e de oscilações no nível do mar que ocorreu durante o período Quaternário. A natureza desses solos normalmente são reflexos do clima regional, o efeito do clima úmido e temperado junto a topografia plana faz com que os solos sejam pouco ou nada lixiviados, o que, unido a densa cobertura e alta produtividade do estrato herbáceo, promove o desenvolvimento de um espesso horizonte organomineral de grande fertilidade (BILENCA e MINARRO, 2004).

Em toda a região predomina um clima temperado com condições menos extremas em relação a outras regiões localizadas em latitudes similares, devido à influência moderada do Oceano Atlântico. De forma geral, apresenta estações do ano bem definidas, caracterizadas por um clima chuvoso, sem período seco sistemático. A ausência de consideráveis barreira orográficas na região permite a livre circulação de massas de ar.

Suertegaray e Pires da Silva (2009) aprofundam as discussões sobre o Pampa quando descrevem suas paisagens as quais guardam grandes fatos históricos de disputa por território,

“Estas planícies *gaudérias* são um mosaico de paisagens, onde se contorce o minuano; sua superfície está agasalhada sobre o manto de uma vegetação dominada por formações campestres, manchas de matas densas nas encostas dos chapadões de arenito ou Cerros, sobre tudo ao norte de rio Ibicuí, e por matas que acompanham os principais cursos d’água, as matas ciliares e matas de galeria, quando a comunidade vegetal arbustiva se localiza em vales úmidos. Flanqueado a sudoeste e sua continuação do *Chaco* argentino, o Pampa limita-se ao norte pelas encostas do Planalto Meridional, coberto, em parte, pela Mata Atlântica e a leste pelo complexo sistema lacustre do litoral gaúcho. Ao sul e parte do sudoeste a vegetação campestre não respeita fronteiras e espraia-se sobre o território uruguaio e grande parte do argentino, nos unindo por irmandade de paisagens, que já assistiram muita *peleia braba* como alternativa de resolver históricas *pendengas* na coexistência com o tido *Homo sapiens sapiens*” (SUERTEGARAY & PIRES DA SILVA, 2009, p.44).

Uma especificidade do Pampa é o Minuano descrito por Suertegaray e Pires da Silva (2009), como:

“*bagual* ventoso, não se detém diante de obstáculos, só o transforma num assobiar anunciador do frio. Vento frio e seco que sopra do sudoeste, empurra a massa de ar quente e úmida estacionada nos *pagos* riograndenses, pede um *poncho*, uma chaleira no *fogo-de-chão* alimentando o *mate-amargo*, para bem receber esse visitante das invernadas, que à garupa traz muita água do *Patrão* lá do céu. É água de não fazer inveja a nenhum *guasca*” (SUERTEGARAY E PIRES DA SILVA, 2009).

Esses são termos tradicionais utilizados pelos nativos do Pampa, que querem dizer que o cenário das paisagens pampeanas está ambientado sob a influência de um clima temperado, com visita periódica das frentes frias, frequentes no inverno rigoroso e periodizado de junho a setembro, nascendo no berço antártico, as massas de ar cruzam a Patagônia argentina em direção a norte, chegando a galope nos campos do Pampa, derrubando as temperaturas.

Do ponto de vista térmico, a região do Pampa possui características mesotérmicas, com temperatura média anual que oscila entre os 14 °C no Sul e 18 °C no Norte da região pampiana. Em direção ao oeste diminui o efeito moderador do oceano e aumenta o grau de continentalidade, ou seja, maiores faixas de amplitude térmica anual. (BILENCA e MINARRO, 2004). Overbeck et al. (2009) complementa dizendo “nos Campos Pampeanos, isto é, na metade sul do RS e áreas adjacentes do Uruguai e Argentina, a precipitação média anual fica entre 1200–1600 mm e a temperatura média anual entre 13-17 °C” (OVERBECK et al. 2009, p. 27).

Em termos gerais, o Pampa pode ser considerado como uma vasta e contínua planície em que se alternam, ao longo de grandes distâncias, paisagens totalmente planas com outras de relevo ligeiramente ondulado, possibilitando que cerca de 80% das precipitações, se originam em frentes que resultam na interação de massas de ar de diferentes origens e temperaturas, gerando um gradiente de precipitações que variam entre os 1.300 mm anuais em NE até os 500 mm anuais em SW. As maiores elevações, que muito raramente superam os 900 metros, se localizam entre o centro e sul da província de Buenos Aires, o norte e sudeste do Uruguai e o Sul do Rio Grande do Sul (BILENCA e MINARRO, 2004, p. 6).

A pouca ocorrência de áreas de florestas no Pampa tem consideravelmente chamado a atenção de pesquisadores, já que em outras regiões do mundo em que se encontram características climáticas e geomorfológicas similares o habitual tem sido a presença de florestas em lugares de campos. Entretanto, a hipótese que mais se aproximam para responder a essa realidade pampeana se incluem o fenômeno de exclusão competitiva entre as árvores por parte das plantas cespitosas, a irregularidade na oferta pluviométrica, a propagação de grandes incêndios ou a relativa juventude

geomorfológica do Pampa, que não permite o avanço das florestas pelos campos (BILENCA e MINARRO, 2004, p.9).

Os campos do Pampa apresentam uma biodiversidade bem distinta, a região constitui uma das áreas de maior riqueza de espécies de gramíneas do mundo. Existe mais de 800 espécies diferentes de gramíneas e 200 de leguminosas, o que excede inclusive a biodiversidade de plantas que podem ser encontradas em algumas florestas tropicais BILENCA E MINARRO, 2004, p.9).

O Pampa concentra um imenso patrimônio cultural, ainda pouco conhecido e valorizado, também no que diz respeito à manutenção do clima na Terra, o campo nativo tem importância fundamental, semelhante às florestas, com grande contribuição no sequestro e manutenção do carbono no solo. Aqui, podemos lembrar que apesar de o Pampa ser caracterizado como campo com vegetação de gramínea e pequenos arbustos, ele apresenta ciclos fechados, ou seja, podemos identificar uma rede de realimentação do sistema, este mesmo sistema faz com que a paisagem Pampeana se mantenha.

Como resultado dessa vasta biodiversidade de espécies de plantas, os campos prestam serviços ambientais em escala global (COSTANZA et al. 1997), como, por exemplo, através do processo de formação do solo, um importante serviço como sequestradores de CO², estima-se que em um ano são 60 kg de carbono por hectare, o que contribui deste modo em manter a composição de gases na atmosfera e a regulação do clima (BILENCA E MINARRO, 2004, p.3).

Se considerarmos os serviços ambientais² fornecidos pelo Pampa, por exemplo, diversificam-se as variáveis sobre as quais se analisa a eficiência de um dado território, incorporando outras perspectivas de produtividade que avancem para além da visão econômica exclusiva. O sistema econômico atual em que vivemos visa à produção em grande escala com baixo custo, explorando os territórios considerados menos desenvolvidos perante os países desenvolvidos, devido a essa exploração o pampa sofreu um intenso impacto que devastou grande parcela da biota local.

Os tesouros naturais do Pampa provem uma ampla gama de bens e serviços, conforme estimativas de Costanza et al. (1997) os serviços ambientais previstos pelo pastizal em escala global é através da regulação do clima, a regeneração da fertilidade dos solos, o controle de pragas, a polinização dos cultivos, o controle da erosão e de inundações, a purificação da água e do ar, os

² A origem do conceito de serviço ambiental está no reconhecimento que a Natureza fornece de forma “natural” e gratuita uma variedade de bens e serviços que são de utilidade e uso direto ou indireto para a humanidade (TORNQUIST e BAYER, 2009. p.122).

recursos genéticos, e a provisão de *habitats* com fins estéticos e recreativos rondariam os 900 milhões de dólares anuais, o que superaria em mais de uma ordem de magnitude o valor dos bens comercializáveis geralmente produzidos nesses sistemas (BILENCA E MINARRO, 2004, p.4).

Embora a necessidade de atribuir valores monetários aos serviços ambientais que as pastagens e outros ecossistemas fornecem, Bilenca e Minarro (2004), comentam que os serviços ambientais possuem um valor infinito, e que muitos deles são literalmente insubstituíveis e não se dispõe atualmente nem de conhecimentos e nem da capacidade para substituí-los, e ainda ressaltam a importância dos serviços ambientais na hora de tomar decisões sobre a execução de determinados projetos, já que podem ocorrer perdas ocasionadas pela supressão de certos serviços ambientais, as quais superem largamente os benefícios obtidos pela exploração dos ecossistemas para outros fins (BILENCA E MINARRO, 2004, p.4).

Além disso, outros serviços essenciais previstos pelos pastizais incluem seu papel como provedor de insetos polinizadores e de inimigos naturais de numerosas pragas que atacam os cultivos. No entanto, os ecossistemas dos campos pampeanos atualmente estão severamente ameaçados, cuja conservação tem sido altamente priorizada tanto em estudos nacionais como regionais (MARINO et al. 2013). O Pampa concentra um imenso patrimônio natural e cultural, ainda pouco conhecido e valorizado.

Historicamente, a região foi considerada um “vazio ecológico”, considerando que a extensa área de gramíneas, mesmo que com arbustos e árvores, remetia a falsa compreensão de que havia uma reduzida diversidade de flora e fauna. O fato da região não possuir uma cobertura florestal, contribuiu para que o pampa fosse pouco valorizado. Sua paisagem e a cobertura vegetal aparentemente homogênea, entretanto, revelam uma riqueza extraordinária, tanto em biodiversidade, como também em saberes locais associados a esta biodiversidade.

Bencke (2009), quando menciona que a pecuária desenvolvida nos campos pampeanos, tem uma relação harmoniosa entre os usos realizados e a conservação dos campos, sendo a atividade pecuária desenvolvida por mais de 200 anos nos campos pampeanos. A impressionante e espetacular adaptação do gado no Pampa foi o fator responsável pelo surgimento do elemento humano gaúcho, o “centauro dos pampas”. Ainda para o autor a criação do gado doméstico, não representam perigo para os campos, pelo contrário, “o pastejo não está tão longe na história evolutiva dos ecossistemas campestres da região, mantendo uma paisagem ambiental, cultural, social e econômica, com características únicas dos campos do Pampa” (BENCKE, 2009, p.201).

2.1 TERRITÓRIO DO PAMPA E SUAS REGIONALIZAÇÕES

Os antigos habitantes do Pampa falavam a língua quíchua, armavam tendas junto às margens de rios ou banhados, andavam atrás de caça e utilizavam boleadeiras e flechas (SUERTEGARAY; SILVA, 2009). A imagem do Pampa e do homem do campo estão intimamente ligadas “o gaúcho e o Pampa”. Nessa relação ser humano e espaço cita-se Haesbaert (2004) quando comenta “dominação e apropriação sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004).

Quando falamos de Pampa a paisagem extrapola as fronteiras administrativas, pois os elementos ambientais que compõem essa paisagem não obedecem réguas do ser humano. Entretanto, existe um conjunto de caracteres que unificam o território do Pampa com diversos autores que regionalizam o Pampa considerando as diferentes peculiaridades.

Um deles pode ser através da vegetação que é um fator importante para a biodiversidade, ainda assim, não é apenas a vegetação que regionaliza o Pampa, existe também a classificação geologia/geomorfologia.

Em escala global, por exemplo, existe a classificação denominada de ecorregiões e dividida em quatro, com semelhanças em aspectos econômicos e culturais, as quais são reconhecidas dentro do território do Pampa como: pampa úmida, pampa semiárida, savana mesopotâmica e savana Uruguai. De acordo com o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) o *status* de conservação de três das quatro ecorregiões são consideradas “*Critical-In Danger*”, enquanto a savana mesopotâmica está caracterizada em situação de vulnerabilidade.

Existe também, em âmbito internacional a classificação dos grandes conjuntos biogeográficos do globo, proposto por Olson et al. (2001), que no caso específico do território do Pampa Figueiró (2015), discute essa classificação e apresenta seis ecorregiões, sendo: ecorregião da pampa Brasil-Uruguaí, ecorregião da savana mesopotâmica, ecorregião das savanas inundáveis, ecorregião do espinhal, ecorregião da pampa úmida e ecorregião da pampa semiárida, classificadas de acordo com as variações do solo, manejo da terra e condições de umidade por Martino (2004).

Já o manual de vegetação do IBGE (IBGE, 1992), propõe uma classificação da vegetação brasileira na qual os campos da metade sul do Rio Grande do Sul estão incluídos em apenas duas

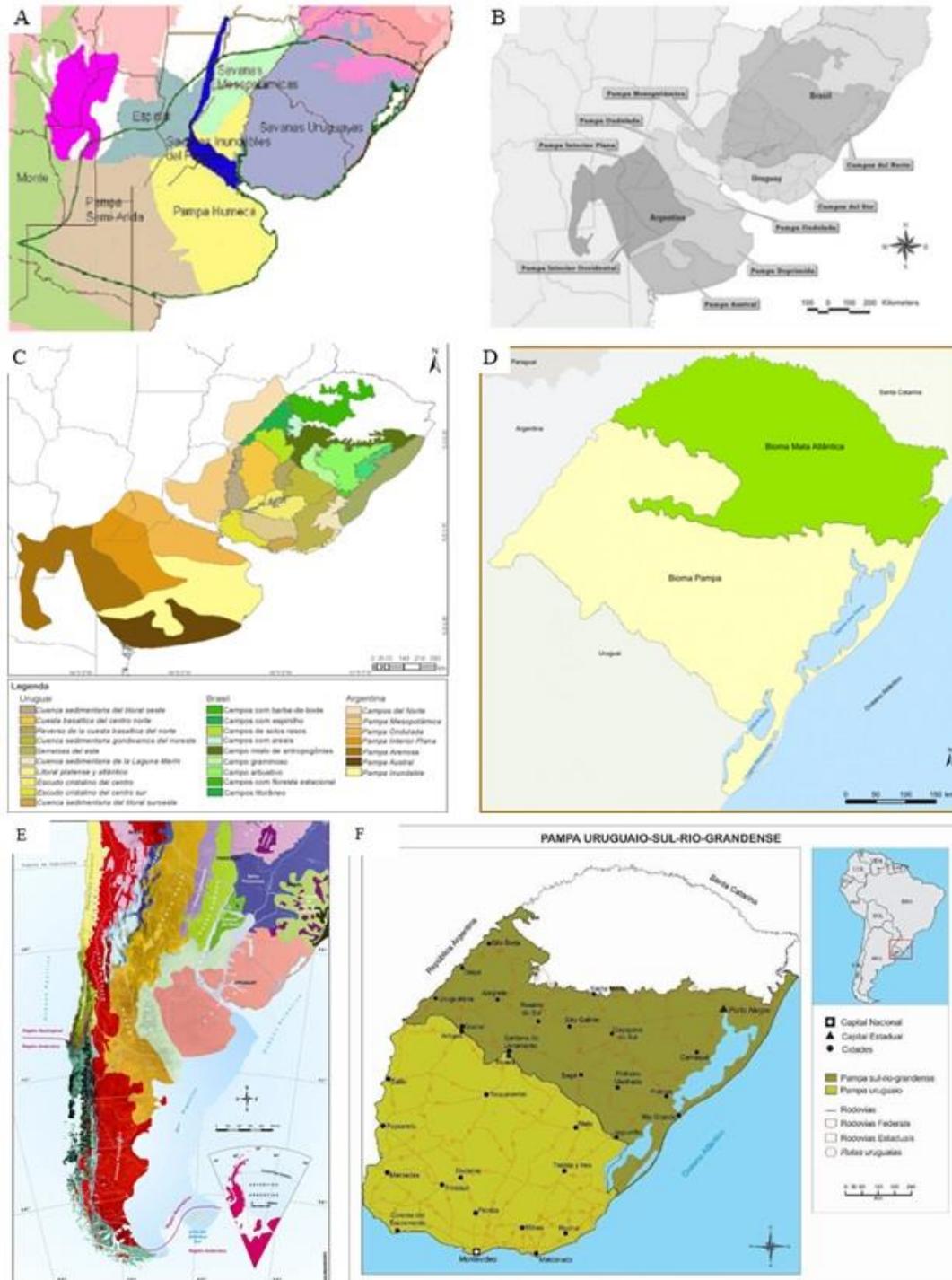
regiões fitoecológicas: savana estépica e estepe. Essa classificação é oriunda do mapeamento do Projeto Radam Brasil.

Especificamente no território da Argentina a formação vegetal do Pampa contempla seis unidades ecológicas as quais são reconhecidas como: campo norte, pampa da mesopotâmia, pampa ondulado, pampa interno, pampa inundado, pampa plano e pampa austral. Contudo, de acordo com Parera e Carriquiry (2014), o Pampa pode ser classificado em 34 formações vegetais, essa classificação adota a nomenclatura de unidades de vegetação. Com relação a essa área, apenas um terço das unidades de vegetação do Pampa é coberta por vegetação natural, enquanto os campos ainda contêm quatro quintos de suas pastagens naturais.

O mapeamento da vegetação da América do Sul de Hueck (1981), é um registro de uma vegetação ainda bastante conservada. No território do pampa encontram-se as seguintes formações vegetais: estepe arbustiva e graminosa do Pampa ondulado; estepe arbustiva e graminosa do Pampa plano; estepe arbustiva de altitude; bosques secos de espinhal; florestas de galeria; florestas secas e semiáridas do chaco oriental; bosques tropicais de parques mesopotâmicos; florestas tropicais e subtropicais e, vegetação litorânea e dunas costeiras.

Várias regionalizações existem do território do Pampa, sendo as fronteiras administrativas entre os países pouco perceptíveis e a principal característica é a paisagem do Pampa “que se enxerga longe o horizonte”. Desse modo, a figura 3 apresenta algumas regionalizações do Pampa.

Figura 3 – Mapeamento das diferentes regionalizações do território do Pampa. (A) ecorregiões existentes na Biorregião do Pampa; (B) Subdivisões regionais dos Campos do Rio da Prata; (C) Brasil – diversidade de vegetação; Uruguai – diversidade nas representações geológicas; Argentina – diversidade de representações geomorfológicas; (D) Bioma Pampa no território brasileiro; (E) Grandes regiões naturais do sul da América do Sul; (F) Pampa Uruguaio-Sul-Rio-Grandense.



Fonte: (A) Martino (2004); (B) Soriano et al. (1992); (C) Silva (2019); (D) IBGE (2004); (E) APN et al. (1999); (F) Sell (2017).

A principal ideia de apresentação de algumas regionalizações do território do Pampa teve por objetivo ser utilizado para discussão da conservação ambiental através da espacialização das áreas protegidas identificadas por Gabriel (2017) sobre o mapeamento das formações vegetais. Esse mapeamento foi usado para analisar as denominadas áreas “vazias” que são áreas que não possuem identificação de área protegida. A hipótese é de que estas áreas estejam servindo de expansão para o neoextrativismo com grandes produções monocultoras.

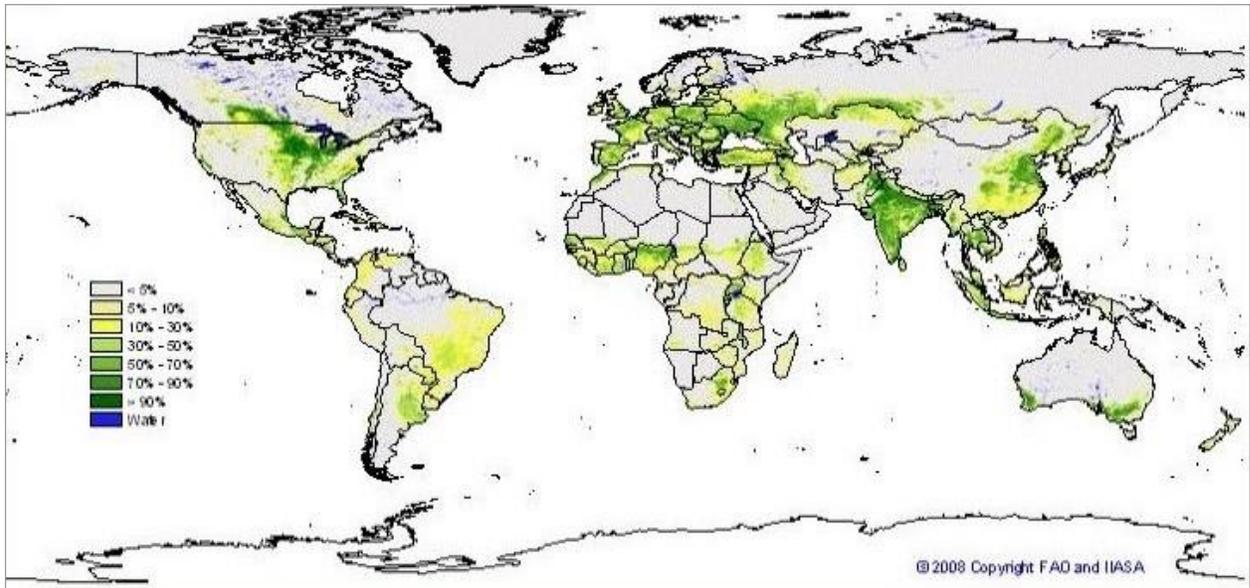
2.2 CONVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS CAMPOS PAMPEANOS

Se comparados com florestas e zonas úmidas, o Pampa é mais susceptível a transformação ou substituição por outros cenários sistematizados para a produção de monoculturas. Conforme Picolli e Schnadelbach (2007), analisando as mudanças sucessivas no ecossistema do Pampa tem se observado uma constante pressão e conversão dos campos, que pode-se perceber entre os anos de 1970 e 2005, estima-se que 4,7 milhões de hectares de pastagens nativas do Pampa no Brasil, Uruguai e Argentina foram convertidos em outros usos agrícolas, como lavouras e plantações de árvores exóticas, entre elas se destacam acácia-negra, pinus e eucaliptos.

O desordenado uso da terra na região do pampa está provocando problemas ambientais, tais como o desmatamento das matas ciliares e a substituição da vegetação de gramíneas por culturas, o uso inadequado e esgotamento do solo pelo avanço das monoculturas, associada à invasão de espécies exóticas e pela perda da biodiversidade no Pampa. Ao mesmo tempo, as atividades agrícolas junto às fronteiras trazem como resultados a contaminação de rios no território do Brasil, Uruguai e Argentina.

Parera e Carriquiry (2014) comentam que atualmente, nada menos que metade das pastagens e outros recursos naturais da região do Pampa foram substituídos e as frações restantes ainda estão sob um processo ativo de substituição e deterioração. A taxa de substituição de pastagens naturais não é a mesma em todos os lugares e também não é conhecida com precisão (figura 4), mas algumas estimativas indicam que nos últimos anos entre meio milhão e um milhão de hectares de pastagem são substituídas a cada ano (PARERA E CARRIQUIRY, 2014).

Figura 4 – Porcentagem de terras cultivadas no mundo.



Fonte: *Further information on the supplementary datasets can be obtained from the Land Use Change and Agriculture Program, International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA) (2008).*

Em função do cenário acima apresentado, passasse a perceber uma mudança na matriz produtiva do Pampa, de atividades de pecuária extensiva, com a cultura do gaúcho para uma extensa exploração do território que não comporta, ou não comportará por muito tempo, essa exploração desordenada pela produção das monoculturas desejadas pelo mercado externo, descaracterizando o ambiente que há séculos se complementa com a figura do homem pampeano.

Sobre a descaracterização do Pampa Figueiró (2015) afirma:

O Pampa neoextrativista, transformado pela soja, mineração e monoculturas arbóreas sofre de uma erosão cultural sem precedentes. É a paisagem que se esvai, antecedendo à morte de uma cultura e à destruição de um território, sob a ilusão de um desenvolvimento que nunca chega, ao menos não para aqueles que construíram a sua identidade em uma paisagem-território que, pouco a pouco, vai deixando de existir (FIGUEIRÓ, 2015, p. 146).

Além de uma herança cultural, o Pampa está gradualmente se descaracterizando como grandes áreas abertas de campos nativos com a presença do gaúcho e da pecuária extensiva. A vegetação nativa está sendo extinta e convertida por plantas exóticas e monocultura, os animais estão saindo do cenário da produção extensiva e o gaúcho sujeito típico do Pampa saindo de cena.

A conversão dos campos do Pampa em grandes extensões de lavouras monocultoras é consequência desta desvalorização do rural, do primitivo, das origens que tornam a agricultura

familiar produtora da pecuária tradicional (pecuária e agricultura) vulneráveis a exploração de meios que vão além de seus controles (figura 5).

Figura 5 – Aspectos da paisagem do Pampa, as imagens demonstram a presença de plantação de soja e o campo nativo. Qual será a relação de competição das monoculturas com a vegetação nativa do Pampa?



Fonte: autora. Trabalho de campo, novembro, 2018.

Em solos mais adequados para a agricultura, como nas regiões mais baixas e planas denominadas várzeas, a maioria das pastagens naturais já está substituída há muito tempo e em seu lugar permanecem culturas intensivas como o plantio de arroz e, em certas áreas existe um solo raso que as pastagens naturais têm um desenvolvimento muito lento e degradado.

O Pampa brasileiro, assim como Uruguai e na Argentina, figura como um exportador de commodities agrícolas, e do ponto de vista econômico isso pode ser perigoso. O país depende das exportações de produtos primários, e deste modo, fica refém dos preços do mercado internacional. Essa dependência de exportação dos produtos primários basicamente está assentada sob três grandes setores, embora outros setores periféricamente estejam emergindo: soja, silvicultura – eucalipto, pinus e acácia, e mineração. Três grandes setores que atuam transformando a paisagem, transformando o território e avançando numa mudança da economia no sentido da reprimarização (SUERTEGARAY e PIRES DA SILVA, 2009).

Nesta mesma discussão Foletto et al. (2017), comenta sobre o poder institucionalizado do neoextrativismo sobre o “Pampa fértil” e o “Pampa Tradicional”:

No “Pampa fértil”, a enorme produção de commodities tem contribuído não apenas para alimentar a balança que alimenta o neocolonialismo dos países do Prata frente ao mercado global, mas, especialmente, para desfigurar de forma irreversível a paisagem e o patrimônio desta porção do território que se insere, mesmo que de forma subalterna, à lógica do modelo hegemônico de produção. Já no “Pampa tradicional”, em que pese o grande potencial de sócio-geobiodiversidade desta paisagem, a impossibilidade de exploração intensiva do agronegócio produziu, ao longo de décadas, uma consequente estagnação econômica frente à ausência de quaisquer outras iniciativas (FOLETO et al. 2017).

Segundo Chomenko (2017), é fundamental compreender que, quando se fala em transformações no Pampa, não se está referindo apenas a aspectos econômicos e ambientais, mas também as mudanças sociais e culturais. Símbolos naturais como o cavalo, o gado, o folclore e o campo aberto passaram a perder espaço em razão do avanço da soja e da silvicultura em larga escala (figura 6). A expansão da silvicultura e da agricultura intensiva também permitiu que houvesse um novo olhar sobre o Pampa, chamando a atenção de distintos setores da sociedade civil, ao nível nacional e internacional, para o futuro do bioma (CHOMENKO, L. 2017, p. 70).

Hoje, o incentivo à produção das florestas plantadas no Rio Grande do Sul, assim como no Uruguai e Argentina é um projeto político privilegiando a expansão do capital dentro da lógica neoextrativista, que se instala nos países latino-americanos desde os anos 2000. A expansão da agricultura intensiva e industrial que implica em aumentar o uso intensivo de insumos (energia,

máquinas, fertilizantes e pesticidas), a concentração de controle sobre os meios de produção e a segregação dos produtores familiares (HOUGHTON, 2001; LAL, 2005).

Figura 6 – imagem superior plantação de pinus as margens da RS 640, entre os municípios de São Vicente do Sul e Cacequi/RS. Imagem inferior representa a várzea do rio Ibicuí muito devastada para o plantio de arroz, sendo que nos dias atuais não se tem mais o plantio, mas sim pastagens naturais bastante degradadas para o pastoreio. Município de Cacequi, bem ao fundo da imagem percebe-se uma plantação de pinus.



Fonte: autora. Trabalho de campo, novembro, 2018.

Diversos autores consideram que existe na atualidade uma considerável pressão sobre o território do Pampa que é impulsionada pela atividade humana através do plantio de espécies

lenhosas, esse processo de invasão tem atingido um certo grau de conversão dos campos do Pampa, pois se encontram solos bem drenados com probabilidade de desenvolver uma sucessão histórica com formação de florestas, isso faz com que o Pampa retorne à sua condição original a menos que continue tendo um certo grau de intervenção humana, característica do manejo dos campos. Acerca desta questão, comenta Figueiró:

Durante longas décadas aliados dos processos econômicos que impulsionam o desenvolvimento transfigurando as paisagens, os territórios periféricos como o do Pampa sul-americano criaram e reproduziram identidades muito fortes na ligação da cultura humana com as estruturas da natureza. Tal condição garantiu ao Pampa não apenas a manutenção de paisagens relativamente bem conservadas, como também um capital cultural comparável com muito poucos territórios dentro do contexto sul-americano. Todavia, nas últimas duas décadas uma dilatação das fronteiras produtivas do capital, associada a uma política de aprofundamento do setor extrativista, agrícola e mineral (ACOSTA, 2012), tem colocado em risco a manutenção deste imenso patrimônio ainda pouco protegido (FIGUEIRÓ, 2017, p.146).

Ainda, Gudynas (2012) lembra que o extrativismo convencional, e em particular aquele dos anos 80 e 90, sob o viés governista conservador, se caracterizava pelo limitado papel do Estado, transferindo a execução dos empreendimentos para o mercado, o que levou a uma forte transnacionalização. Segundo Ernesto e Verón (2017)

“En este contexto, el Ajuste Estructural en los 90’ y el quiebre de la Convertibilidad en el año 2002 reforzaron la salida exportadora sobre la base de la producción de commodities para el mercado externo. La aplicación de políticas neoliberales por parte del Estado con la apertura de mercados, liberalización del comercio exterior, flexibilización laboral, entre otros cambios profundos, impusieron a las conflictivas relaciones capital – trabajo, una clara regulación en favor del gran capital concentrado” (ERNESTO E VERÓN, 2017, P. 26).

O pampa no Uruguai sofreu no que diz respeito ao uso da terra um processo semelhante ao do resto do Pampa nas outras regiões. Segundo Achkar et al. (2008) o Uruguai vem demonstrando a conversão da vegetação do Pampa em culturas específicas, através da forte inserção do agronegócio. Para os autores, a introdução de uma lógica capitalista transformou a cultura agrícola e pastoril em um agronegócio; assim, os objetivos das atividades agropecuárias se concentram em maximizar a produção através da imposição de um paradigma distinto, sustentado na eficiente gestão das denominadas empresas rurais. Sob esse cenário, o Pampa vai sendo descaracterizado e cada vez mais degradado.

Na Argentina, Bilenca et al. (2009) demonstram que o processo de “agriculturação” do Pampa tem gerado uma série de mudanças nas práticas da atividade pecuária. Uma das principais

consequências tem sido o reordenamento territorial e a redução da superfície de criação. Deste modo, o gado que antes era criado solto, de forma extensiva, passa-se ao confinamento, com a utilização de suplementos nutricionais e ração, e as áreas marginais do Pampa argentino que passam a abrigar a atividade. Os autores ainda destacam que a criação de gado de forma intensiva no país tem gerado uma sobrecarga dos pastos nativos e do solo, diminuindo a qualidade da carne e influenciando diretamente na atividade leiteira.

De acordo com alguns autores como Pillar et al. (2009) com o uso e o manejo adequado, a pecuária pode ser altamente produtiva e ainda manter a integridade dos ecossistemas campestres. No entanto, a baixa valorização da atividade pecuária, em relação às outras oportunidades aparentemente mais rentáveis, tem sido um fator determinante para a conversão de campos em lavouras e silvicultura.

Contrariando esse sistema, o Pampa necessita de incentivos que valorizem a produção local, da pecuária familiar e agricultura familiar muito presente no Pampa gaúcho, assim como no uruguaio e argentino que caracteriza as paisagens há séculos, com a figura do “homem” e “mulher” pampianos.

A relação de produção familiar local e conservação no Pampa podem ser muito viáveis para ambos os lados, pois quando uma área protegida é instituída ela serve, também, como uma ferramenta de ordenamento territorial preservando a vida em ecossistema, e auxiliando ainda mais a vida de muitas famílias na imensidão do Pampa em sua cultura.

Neste contexto, existe uma grande urgência de se proteger áreas com relevância ecológica para garantir a conservação do Pampa, que além de suas belas paisagens naturais, também possui uma paisagem cultural oriunda de um herança cultural muito antiga. Essas paisagens estão aos poucos se descaracterizando como grandes áreas abertas de campos nativos com a presença do gaúcho e da pecuária extensiva. As plantas nativas estão sendo extintas e trocadas por plantas exóticas de monocultura, os animais estão saindo do cenário da produção extensiva assim como o gaúcho sujeito típico “dos Pampas”.

Por esse motivo, através de diversos estudos técnicos e com projetos elaborados através de pesquisas científicas é que as áreas protegidas devem ser instituídas no território do Pampa. Neste caso, quando um Parque é instituído ele muda a vida de populações, essa mudança tem por finalidade contribuir para a conservação e melhora de ecossistemas e, principalmente, torna possível a mudança e melhora de vida de muitas pessoas.

3 O CAMINHO DA CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DAS ÁREAS PROTEGIDAS

No começo da I Revolução Industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois, o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. De acordo com Silva (2015):

No entender de Diegues (2002, p. 24), “o crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado certo sentimento antissocial ou anti-agregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual”. Em função disso, começa-se a ver o mundo natural como um refúgio que precisava ser protegido da intervenção do homem. Então, as Áreas Protegidas foram criadas como um mecanismo para guardar os ecossistemas representativos de um território, ou seja, proteger a “vida selvagem” ameaçada pelo advento da sociedade moderna capitalista da I Revolução Industrial (SILVA *et al.*, 2015, p.17).

Essa forma de pensar foi disseminada pelos naturalistas, com base na concepção ideológica denominada de “naturalismo”. No final do século XIX nos Estado Unidos da América, surge a ideia de instaurar determinados espaços com o interesse de preservar ambientes naturais. Nas palavras de Diegues (2002, p. 24) o entendimento conceitual de Áreas Protegidas, nesse período, era de “áreas naturais protegidas, consideradas ilhas de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada”.

Ainda Segundo Diegues (2002, p.15), acreditava-se que “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la”. É sobre esse viés que se inicia o que Diegues (2002) irá chamar do “mito moderno da natureza intocada”, onde a relação entre homem e natureza se transforma em algo antagônico ou dicotômico em que a crença em regiões naturais que nunca foram tocadas pelo homem se proliferam e fundamentam o ideário preservacionista que estará por trás das primeiras áreas protegidas. Para Medeiros (2006), essa relação era de preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem.

O marco inicial da primeira área protegida foi o ano de 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. O objetivo de sua criação, segundo Castro Júnior *et al.*(2009), era manter remanescentes intocados para contemplação e como testemunhos para gerações futuras, estabelecendo o distanciamento entre o homem e esses “refúgios” de vida silvestre protegidos do uso direto. Segundo Brito (2000, p. 21) para os preservacionistas “natural

era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela ação divina”, são áreas que não sofrem ação humana, onde o homem é apenas visitante e não morador.

A ideia principal de resguardar áreas intocadas pelo ser humano segundo Diegues (2002) pode ter raiz no Cristianismo. A recriação de áreas naturais, de extrema beleza e intocada pelo ser humano passou a ser interpretada pelos preservacionistas através dos Parques. O primeiro exemplar foi o modelo de Yellowstone, sendo adotado em diversos países como exemplo dominante de áreas protegidas capazes de preservar o mundo natural e sua biodiversidade, principalmente no final do século XIX e início do século XX (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009).

No século XX aumentou-se a preocupação ao nível global com os temas relacionados a questões ambientais, então, criaram-se alguns outros parques pelo mundo com a finalidade de preservar paisagens especialmente belas (NURIT, 2006). Para Kinker (2002), os benefícios da instituição dos Parques para a sociedade ao nível internacional são:

“Além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, as oportunidades de recreação e ecoturismo, as oportunidades de educação ambiental e pesquisa, e a proteção dos valores estéticos, espirituais, culturais, históricos e existenciais” (KINKER, 2002, p. 37).

Entre os primeiros países a criar Parques de nível nacional aos moldes americanos estão: Canadá, 1885; Nova Zelândia, 1894; Austrália, África do Sul e México, 1898; Argentina, 1903; Chile, 1926; Equador, 1934; Brasil e Venezuela, 1937 (CASTRO JÚNIOR *et al.* 2009). Os idealizadores dos Parques acreditavam em uma corrente preservacionista que visa o não uso das áreas pelo ser humano e, justificavam que a presença humana por si só causaria um desequilíbrio ambiental. Nos dias atuais, sabe-se que os Parques possuem regras claras e objetivos de conservação que melhores se adéquam aos protocolos internacionais de preservação de áreas de grande importância e que possuam aspectos relevantes para conservar e de possíveis fins científicos.

Diante disso, as áreas protegidas passam a atuar como estratégias de conservação e ferramentas de desenvolvimento em vários países. Conforme Cabral e Souza (2005), as Áreas Protegidas visam interromper, em alguns casos, a atuação antrópica, de modo a permitir a manutenção e a recuperação de atributos naturais que um dia estavam ameaçados pela atuação antrópica negativa. Entretanto, na visão de Scherl *et al.* (2006) se não forem relevantes também às

necessidades das populações, sendo apenas “ilhas isoladas de conservação”, tais áreas poderão ficar cada vez mais ameaçadas pela degradação.

Desse modo, Silva (2015) comenta sobre a proteção e considera que:

“...a discussão de proteção e de exploração necessitam de atenção para evitar exaurir os recursos e prejudicar outras formas de vida. Ao se proteger o meio natural garante-se a própria existência humana. Porém, isso não deve ser feito em detrimento das próprias necessidades humanas, pois, os recursos ambientais são passíveis da exploração, do uso. Os modos de exploração e de produção devem ser adequados, com vistas ao manejo sustentável, evitando exaurir os recursos e prejudicar outras formas de vida” (SILVA, 2015).

Então, pode-se considerar que a melhor maneira de proteger a natureza é equilibrar as partes, considerando que o objetivo final das áreas protegidas não é guardar “ilhas” partes da natureza intacta, isolada da matriz de ambientes antropizados, mas influenciar a dinâmica dessa matriz para garantir a resiliência do conjunto de elementos de conservação que o compõem. Desta forma, as áreas protegidas de proteção integral ou de uso sustentável não apenas desempenham um papel protetor da biodiversidade, mas também desempenham um papel importante na manutenção dos serviços ecossistêmicos que o fazem parte do sistema Terra.

De maneira geral, as áreas protegidas, independentemente das tipologias sendo de proteção integral ou de uso sustentável, refletem, justamente, tanto as expectativas dos grupos e atores sociais envolvidos e interessados, quanto das estruturas políticas e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado. Um exemplo disso é a situação atual das áreas protegidas no Brasil, estas estão seriamente ameaçadas, pois, o atual governo propõe a privatização de parques nacionais e a revisão de outras áreas, desclassificando categorias e reduzindo o tamanho das áreas, incluindo os territórios indígenas e quilombolas altamente sensíveis neste contexto.

Na Argentina não é muito diferentes, conforme Ernesto (2017), as políticas ambientais tendem a preservar ou reparar os problemas causados pelo sistema de produção e consumo, ou seja, após ser caracterizado como degradação, perda de biodiversidade, poluição de água, entre outros impactos ambientais é que o Estado interfere na “solução” dos problemas ambientais causados, principalmente, pelo neoextrativismo.

No território uruguaio, as políticas ambientais são políticas públicas participativas e integradas no campo do meio ambiente, território e água e isso tem marca registrada pela grande força da sociedade uruguaia em ter uma cultura tradicional que visa o uso do campo natural

considerando-o como um patrimônio importante da sociedade e uma grande oportunidade para o desenvolvimento da atividade pecuária conservando os campos (MEDINA, 2017).

Diante do exposto, a resistência das já criadas Áreas Protegidas com a finalidade de proteção e conservação da biodiversidade necessita ser ainda mais intensa para mantê-las, independentemente do país. Discussões acerca das questões ambientais tornou-se objeto de movimentos sociais pelo mundo todo, com atuação direta, buscando colocar na agenda política dos representantes eleitos a discussão sobre a proteção da natureza.

Para dar suporte, monitorar e orientar o manejo de Áreas Protegidas a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) têm contribuído para a internacionalização dos debates sobre áreas protegidas. Criada em 1948, a IUCN é composta exclusivamente de organizações governamentais e da sociedade civil. Fornece às organizações públicas, privadas e não governamentais o conhecimento e as ferramentas que permitem que o progresso humano, o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza ocorram juntos (IUCN, 2008).

Atualmente, a IUCN é a maior e mais diversificada rede ambiental do mundo, é uma fornecedora líder de dados de conservação, avaliações e análises de biodiversidade. O seu reconhecimento internacional permite que está funcione com incubadora e repositório confiável de melhores práticas, ferramentas e padrões internacionais de questões relacionadas com a natureza.

Ao nível internacional através da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) as áreas protegidas podem ser definidas como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (IUCN, 1994, p.7 apud MEDEIROS 2005).

Para Medeiros (2003), “as áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados” (MEDEIROS, 2003). O autor ainda considera as áreas protegidas como estratégias de controle do território e afirma:

“Sua criação pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção” (MEDEIROS, 2005, p. 1).

No Brasil, as áreas protegidas estão previstas como instrumento da Política Nacional de Meio ambiente e contempla um grupo mais abrangente de categorias e tipologias de áreas protegidas. Para essa política, considerando aqui a terminologia de Áreas Protegidas, a lei impõe áreas com restrições de uso e de gestão específica, sendo estas: áreas de Preservação Permanente – APP, e Reserva Legal – RL, ambas previstas pelo Código Florestal Federal (Lei nº 12.651/2012); as Unidades de Conservação (UC), definidas em 12 categorias de UCs, reunidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável; deliberada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000).

No presente trabalho serão consideradas as áreas com terminologia de Unidade de Conservação que por suas características se assemelham ao conceito de Áreas Protegidas dada pela IUCN. Segundo a Lei nº 9.985/00 “Lei do SNUC”, Unidade de Conservação é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, I).

Sobre o território argentino de acordo com Ernesto (2017), as áreas protegidas não só garantem a conservação das espécies da flora e da fauna, como também asseguram a proteção e a produção de bacias hidrográficas nas áreas vizinhas. Elas fornecem serviços ambientais essenciais para o bem-estar humano e são soluções naturais para melhor se adaptar aos impactos da mudança climática.

Em busca de homogeneizar as categorias de áreas protegidas, a Argentina tem um sistema nacional padronizado de gestão de áreas protegidas o qual define e institui quatro categorias de gerenciamento federais e são homologados com a classificação internacional da seguinte forma: Reserva Natural Estricta (Decreto Nacional 2148/90); Parque Nacional; Monumento Natural e Reserva Nacional (Ernesto, 2017).

No Uruguai “as Áreas protegidas fazem parte do ordenamento territorial” (MEDINA, 2017). Ainda, segundo o autor elas constituem laboratórios para investigar a dinâmica dos processos estratégicos de gestão natural e eficiente dos recursos naturais, locais onde os elementos socialmente apreciados são preservados e unidades discretas de escalas variáveis que incluem várias fazendas onde o objetivo é garantir a continuidade dos serviços ecossistêmicos chaves para o bem-estar humano.

Contudo, as Áreas Protegidas normalmente não ultrapassam os limites políticos territoriais de uma nação ou a uma agência do setor público da nação, mas também pode ser propriedade privada, gerenciada de acordo com padrões estabelecidos por autoridades nacionais ou estaduais. Assim as áreas protegidas são compreendidas dentro de limites administrativos, com características naturais ou seminaturais bem definidas, submetidas à gestão visando alcançar objetivos declarados de conservação.

Neste cenário a IUCN têm contribuído para a internacionalização dos debates sobre áreas protegidas. A iniciativa da IUCN é categorizar áreas protegidas a partir de critérios científicos. Com base nisso, configura-se o atual arcabouço de interesses e expectativas para quem cria e mantém as Áreas Protegidas e, conseqüentemente, os objetivos de sua gestão: preservacionista, conservacionistas, socioeconômicos, educacionais e turístico-recreativo. Em conformidade com as diferenças administrativas entre a Argentina, Brasil e Uruguai, a IUCN com toda sua estrutura organizacional destaca-se neste trabalho por ser o elo de conexão entre os Parques que estão em diferentes territórios administrativos, assim facilitando a análise e comparação.

Diante disto, expõe-se o quadro 1 com as categorias de Áreas Protegidas segundo a IUCN. Neste quadro são apresentadas as principais funções de cada categoria de manejo, considerando o seu uso, podendo ser de proteção integral ou manejo sustentável, dividindo-as conforme a sua descrição.

Quadro 1 – Categorias de áreas protegidas e sua breve descrição segundo a IUCN:

(continua)

	Tipologia	Descrição da Área Protegida
Áreas de proteção integral , ou seja, possuem uso restrito, permanecendo atividades de cunho científico, turismo de baixo impacto e atividades de Educação Ambiental	Reserva Natural Estrita (Ia)	São áreas terrestres e/ou marinhas que possuem ecossistemas excepcionais ou representativos, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis principalmente para a pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental, ou, são extensas áreas de terra e/ou mar inalteradas ou pouco alteradas, que mantenham o seu caráter e influência naturais sem habitação permanente ou significativa, protegidas e manejadas de forma a preservar a sua condição natural.
	Área Natural Silvestre (Ib)	
	Parque Nacional (II)	O manejo é voltado principalmente para a conservação do ecossistema e para a recreação. Composto por áreas naturais terrestres e/ou marinhas destinadas a proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para esta e futuras gerações, a impedir a exploração ou ocupação contrárias aos propósitos da criação da área, e, a fornece uma base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais,

		recreacionais e de visitação, as quais devem ser compatíveis ambiental e culturalmente.
	Monumento Natural (III)	Visa principalmente à conservação de características específicas. Áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas que sejam de valor sobressalente ou único devido à sua raridade inerente, representativa de qualidades estéticas ou de importância cultural.
Áreas de manejo sustentável , sendo permitidas moradia e atividades econômicas, desde que de forma sustentável e compatível com suas normativas próprias.	Áreas de manejo de habitat/espécies (IV)	Objetivam principalmente a conservação através da gestão ativa. São áreas terrestres e/ou marinhas sujeitas à intervenção ativa com fins de manejo visando assegurar a preservação de habitats e/ou corresponder às necessidades de espécies específicas.
	Paisagem terrestre e marinha protegidas (V)	O manejo destas visa principalmente a conservação da paisagem terrestre/marinha e a recreação. Compostas por áreas de terra abarcando costa e mar, onde a interação entre população e natureza no decorrer do tempo produziu uma área com características especiais de significativo valor estético, cultural e/ou ecológico, e frequentemente com grande diversidade biológica. Resguardar a integridade desta interação tradicional é vital para a proteção, conservação e desenvolvimento deste tipo de área.
	Área Protegida com recursos manejados (VI)	Área protegida cujo manejo visa principalmente a utilização sustentável dos ecossistemas naturais. Áreas contendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejada para assegurar a proteção e preservação da diversidade biológica em longo prazo, e, ao mesmo tempo possibilitar o fluxo de produtos naturais e serviços de modo a satisfazer as necessidades das comunidades.

Fonte: IUCN, 2008.
Organização: autora.

Há várias tipologias de áreas protegidas, criadas com objetivos completamente diferentes e designadas pelos mais variados nomes em diferentes países. Diante desta situação a IUCN desenvolveu um sistema de classificação para áreas protegidas, para cada tipologia criou-se uma terminologia internacional de gestão. O sistema foi amplamente difundido através de guias explicativos e de melhores práticas em vários idiomas. De acordo com Scherl et al. (2006) “por volta de dois terços das áreas protegidas no mundo foram classificadas de acordo com alguma categoria de gestão da IUCN, enquanto 33,4% permanecem sem classificação”.

Duas das diversas propostas do relatório que apresentou o sistema foram particularmente bem-sucedidas: a) demonstrar como os parques nacionais poderiam ser complementados por áreas de outras categorias; b) garantir o suporte de bancos e instituições de desenvolvimento, ao apresentar uma gama variada de opções de conservação que se propunham a conciliar conservação e desenvolvimento.

Esse sistema reconhece que enquanto algumas áreas protegidas, aquelas incluídas nas categorias de Reserva Natural Estrita; Área Natural Silvestre; Parque Nacional e Monumento Natural, são protegidas de forma mais rigorosa das atividades antrópicas de consumo, outras, por exemplo, as incluídas nas categorias de Áreas de manejo de *habitat*/espécies; Paisagem terrestre e marinha protegidas e Área Protegida com recursos manejados permitem certas formas de intervenção, como o uso sustentável de recursos naturais.

Contudo, apesar da IUCN apresentar conceitos e princípios claramente definidos e atuar junto às agências ambientais de diversas nações, o sistema proposto não possui caráter obrigatório, ou seja, cada país opta pela adoção ou não de suas diretrizes na legislação relacionada às áreas protegidas, fator que dificulta que suas metas sejam alcançadas frente à multiplicidade de posicionamentos adotados por inúmeros países. A seguir, os subcapítulos vão apresentar as diferenças entre as administrações de áreas protegidas entre a Argentina, Brasil e Uruguai.

3.1 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NA ARGENTINA

A legislação ambiental argentina fundamenta-se no artigo 41 da Constituição de 1994 que dispõe que todos os habitantes têm direito ao meio ambiente sadio e equilibrado, apto para o desenvolvimento humano e para que as atividades produtivas satisfaçam as necessidades presentes sem comprometer as das gerações futuras (RICOBOM, 2001, p.96).

A Política Ambiental Nacional da Argentina Ley Nacional N°25.675/02, estabelece os pressupostos mínimos para a realização de uma gestão sustentável e adequada do meio ambiente, da preservação e proteção da diversidade biológica e implementação de desenvolvimento sustentável.

O sistema de áreas protegidas está vinculado a política ambiental nacional e serve como ferramenta da política ambiental. Vinculado a isso Administração de Parques Nacionais (APN) é uma agência pública encarregada de manter o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, destinada à

conservação da diversidade biológica e aos recursos culturais do país. Essa agência estatal em termos financeiros dependentes diretamente do Ministério do Turismo da Nação, pois é através dos recursos obtidos com o turismo nas áreas protegidas que se receberá o investimento governamental.

Segundo Artigo 14:

Será autoridade de aplicação da presente lei, a Administração de Parques Nacionais, com domicílio legal na Capital Federal, ser autárquica do Estado Nacional tem competência e capacidade de agir respectivamente em matéria de direito público e privado, e é o sucessor legal da agência criada pela Lei 12.103, conforme alterada (Decreto-Lei n. 654/58, a Lei 18.594 e 20.161). Suas relações com o Poder Executivo permanecerão através do Ministério da Economia, através do Ministério da Agricultura e Pecuária (ARGENTINA, 1980).

Atualmente, a Argentina tem um novo acordo multi-jurisdicional em âmbito do Conselho Federal de Meio Ambiente (COFEMA), entidade coordenadora entre o Poder Executivo Nacional e Provincial, equivalente a vários outros conselhos federais de caráter setorial (como Educação, Segurança, Transporte, etc.). A unidade nacional que integra o COFEMA com as Províncias, neste caso, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SAeDS). Dada a atual separação da APN da Secretaria e a ausência de representação no Conselho Federal, foi assinado em 2003 um acordo entre COFEMA-SAeDS-APN para a constituição do Sistema Áreas Protegidas Federal – SIFAP (APN, 2007).

Segundo o próprio governo argentino, um SIFAP devidamente institucionalizado poderia tornar as Áreas Protegidas muito mais visíveis no contexto de planos e governança. No entanto, até agora o SIFAP trabalhou com dificuldade e com uma eficácia relativamente baixa, assim, o COFEMA-SAeDS-APN, sobre o comando da APN continua agindo em ação conjunta entre o Estado Nacional e as Províncias para legislar sobre as Áreas Protegidas (APN, 2007).

Segundo a Administração de Parques Nacionais as Áreas Protegidas em âmbito nacional seguem as categorias da UICN de acordo com sua equivalência. Quatro categorias de gestão nas quais as APs são classificadas no nível federal são homologadas com a classificação internacional da seguinte forma: Reserva Natural Estrita (Decreto Nacional 2148/90) Categoria I; Parque Nacional Categoria II; Monumento Natural Categoria III; e Reserva Nacional Categoria VI.

As Áreas Protegidas de jurisdição provincial são classificadas de forma diferente de acordo com a legislação da Argentina. Geralmente seguem a legislação nacional que segue a classificação internacional da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), embora algumas

províncias tenham categorias agregadas de natureza administrativa, como reserva municipal ou Reserva privada sem ajuste explícito aos objetivos de gerenciamento nacional.

O Artigo 31 da Constituição Nacional, estabelece que as leis e tratados da nação com relação ao quadro ambiental da Argentina, são as leis supremas da Nação; e as autoridades de cada província são obrigadas a estar de acordo com ela. Além das regras específicas regulamentares do meio ambiente abrangente do sistema nacional, as províncias podem complementar o quadro de áreas protegidas, de acordo com as necessidade e exigências em seus territórios.

3.1.1 Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP (Lei nº 22.351/1980)

A lei nacional das Áreas Protegidas (APs) é a Lei nº 22.351 “Lei de Parques Nacionais”, promulgada em 1980, substituindo leis anteriores de 1934 e 1968. A lei estabelece mecanismos legais para a criação de novas APs nacionais, definindo assim o Sistema Nacional de Áreas Protegidas que possui quatro categorias de Áreas Protegidas sendo: Reserva Natural Estrita, Parque Nacional, Monumento Natural e Reserva Nacional e ainda determina gestão e manejo de cada uma das áreas (Argentina, 2007).

Para os efeitos da lei nº 22.351/80, no seu Art. 1, pode ser declarada Reserva Natural Estrita, Parque Nacional, Monumento Natural ou Reserva Nacional, áreas do território da República Argentina pela sua extraordinária beleza ou riqueza em flora e fauna ou devido a interesse científico particular, deve ser protegida e preservada para a pesquisa científica, educação e usufruto das gerações presentes e futuras, ajustando-se às exigências de Segurança Interna. Em cada caso, a declaração deve ser feita por lei.

Além da República Argentina ter um Sistema Nacional de Áreas Protegidas existem também os Sistemas Provinciais de Áreas Protegidas que estão ligados ao Sistema Nacional, possuem maior autonomia e restrições ao instituir suas Áreas Protegidas em nível provincial e municipal.

Para uma melhor compreensão das categorias de Áreas Protegidas existentes na Argentina, tanto em âmbito nacional quanto provincial, o quadro 2, irá sistematizar as informações. Os Sistemas Provinciais de áreas protegidas vão de encontro com a abrangência do Pampa, sendo as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes.

Quadro 02 – Sistematização das Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP – Argentina, e Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas pelos Sistemas Provinciais – Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, Buenos Aires e La Pampa.

Sistemas	Categorias de uso e manejo de Áreas Protegidas
Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) <i>Ley</i> n° 22.351/1980	Reserva Natural Estrita: Proteção integral do ecossistema, sem acesso ao público e limitadas atividades de pesquisa.
	Área Natural Silvestre: Proteção da diversidade biológica em paisagens e ambientes que estão livres de perturbação humana durante um período prolongado de tempo.
	Parque Nacional ou Provincial: são áreas preservadas em seu estado natural, representam uma porção de região fitoogeográfica e têm grande atração em beleza cênica ou interesse científico, tem o controle e a atenção com os visitantes. Em todos os Parques a exploração econômica é proibida, exceto os que são ligados ao turismo, que será exercido sem prejuízo para os regulamentos emitidos pela Autoridade de Aplicação.
<i>Ley</i> Provincial de Buenos Aires n° 10.907/1990	Monumento Natural: serão áreas, coisas, espécies de animais ou plantas, de interesse estético, valor histórico ou científico vivo, ao qual demandam proteção absoluta. Eles são invioláveis e não podem ser executadas sobre eles ou sobre eles alguma atividade, com exceção de inspeções oficiais e de investigação científica permitidos pela autoridade de aplicação e os cuidados necessários e atenção dos visitantes.
<i>Ley</i> Provincial de Entre Ríos n° 10.479/2017	Reservas Nacionais: são áreas de interesse para a conservação dos sistemas ecológicos, manutenção de zonas de proteção do Parque Nacional adjacente, ou a criação de zonas de conservação independente quando a situação não exige nem admitem o regime de um Parque Nacional. Promoção e desenvolvimento de assentamentos humanos será feita na medida em que seja compatível com os objetivos específicos e declarações prioritários.
<i>Ley</i> Provincial de La Pampa n° 1.321/1991	Reserva Natural Privada de Uso Múltiplo: Área privada cujo patrimônio territorial pertence a uma ou mais pessoas, destinadas ao uso sustentável.
	Reserva Natural com Recursos Manejados: Área de domínio público, de importância biológica, destinada ao uso sustentável.
	Paisagem Protegida: Paisagens naturais, seminaturais e/ou de importância cultural, dignos de ser conservados em sua condição tradicional, com interação humana e adequado manejo da terra.

Fonte: APN, (2007)
Organização: autora.

3.2 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

Considerando que a legislação nacional de cada país deve ser respeitada mediante acordos internacionais, que recomendam a proteção de áreas para a preservação da biodiversidade e da história da humanidade de interesse internacional pelas suas particularidades e características, procurou-se analisar os principais aspectos da legislação ambiental de cada país com ênfase nas categorias de Áreas Protegidas que estão instituídas no recorte da área de pesquisa, neste tópico o Brasil.

Para Franco a legislação ambiental brasileira nas últimas décadas avançou significativamente com a criação de leis e normas ambientais, como a Lei 6.938/81, sua regulamentação e as decisões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A Lei 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981). Essa Lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente foi organizada em uma estrutura de natureza conceitual para coordenar a aplicação das demais leis que tratam da tutela ambiental no país, dando a elas uma coerência operacional (ANTUNES, 2005).

Desta forma, foram definidos princípios que constituem a gestão ambiental do país; objetivos, diretrizes e instrumentos. Através do artigo 2º, dispõe como objetivos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, atendidos, entre os princípios:

- I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras;
- VI - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Os objetivos citados compreendem o que uma Área Protegida necessita para entrar ou se encontrar em equilíbrio com o ser humano. Vinculando a preservação com a conservação de ecossistemas ainda intocados ou que guardam a herança de um passado que não volta mais, a conciliação das populações presentes nas áreas protegidas e no seu entorno é de grande relevância, pois são elas os principais sujeitos envolvidos. Nesse mesmo artigo da Política Nacional de Meio Ambiente, visa a melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Dos Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente o artigo 4º define que a Política Nacional do Meio Ambiente deve visar:

- I - À compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

- II - À definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
- IV - A o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
- V - À difusão de tecnologias de manejo ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- VI - À preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, correndo para manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;
- VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

A Lei da Política Nacional de Meio Ambiente serve como um instrumento base para a gestão do território no que se refere as questões ambientais no Brasil, que se consolidou com a Constituição Federal de 1988, a qual incluiu um capítulo sobre meio ambiente (art.225 “caput” Constituição Federal), cujo início afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988).

No que se refere às áreas protegidas, a Política Nacional de Meio Ambiente, é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição, essa competência pode ser tomada com a criação de Áreas Protegidas. Com relação aos órgãos de controle ambiental governamental, no Brasil eles estão distribuídos nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. A nível federal, no que se refere as áreas protegidas o Brasil, criou a Lei 9.985/2000, que é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

3.2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/2000)

As Unidades de Conservação, no Brasil, são definidas pela Lei nº 9.985/00 “Lei do SNUC”, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A terminologia Unidades de Conservação é utilizado apenas pelo Brasil, apesar de ser uma Área Protegida conforme o conceito da IUCN.

Esse sistema faz a gestão, organiza e apresenta um conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos

específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi criado para potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais Áreas Protegidas, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.

O SNUC tem os seguintes objetivos:

- I - Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- III - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- VIII - Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- IX - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- X - Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- XI - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Por isso que o SNUC se constitui em um instrumento da PNMA, sendo um indicativo da implantação da política. A “Lei do SNUC”, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, dividindo-as em dois grupos, cada grupo composto por várias tipologias, diferentes quanto ao objetivo da conservação, posse da terra e gestão.

As de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei, e as Unidades de Uso Sustentável, que têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Ainda em relação à Lei do SNUC os Artigos 8 e 14 elencam as Unidades de Proteção Integral: as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.

Já as Unidades de Uso Sustentável contemplam as seguintes tipologias: as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais; as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural que no estado do Rio Grande do Sul são de proteção Integral.

Cabe aqui destacar que antes mesmo da criação do SNUC em escala federal, no Rio Grande do Sul o governo estadual criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), estabelecido pelo Decreto nº 34.256/1992 e regulamentado pelo Decreto nº 38.814/1998, sendo constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais. Ficou definida a criação de 14 categorias de UCs, reunidas em três grupos distintos de proteção: Unidades de Proteção Integral, Unidades de Manejo Provisório e Unidades de Manejo Sustentado.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Rio Grande do Sul, originalmente criado pelo Decreto nº 34.256/1992, foi atualizado de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), passando a ser regulamentado pelo Decreto nº 53.037/2016 e constituindo-se pelo conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares criadas no território do Estado.

O SEUC assim como várias outras políticas e ferramentas que são decretadas pelos estados e municípios devem ser mais exigentes e restritivas do que as em âmbito nacional. Neste caso cabe ressaltar que, com o SEUC não é diferente, ele é bem mais restritivo quanto ao uso e ocupação dos espaços protegidos no Rio Grande do Sul. Inclusive serão encontradas Áreas Protegidas nesse sistema que não estão cadastradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, pois os estados e municípios tem autonomia para instituir tais áreas e impor seus regimes de gestão.

Artigo 1º - O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Rio Grande do Sul (SEUC), integrará o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, tendo como Órgão Superior o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e a Secretaria do Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável como coordenador e Órgão Florestal do Estado, com as seguintes finalidades:

- I - Promover a criação, implantação e manutenção de unidades de conservação de forma a proteger ecossistemas naturais representativos, no território estadual, e suas águas jurisdicionais, garantindo a conservação ou preservação da biodiversidade nelas contida;
- II - Promover a preservação e restauração de ecossistemas, manejo ecológico das espécies e uso direto ou indireto dos recursos naturais contidos nas unidades de conservação de acordo com a legislação existente e as diretrizes estabelecidas;
- III - fortalecer os serviços destinados à preservação do patrimônio ecológico, faunístico, florístico, histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, cultural e científico contido nas áreas legalmente protegidas, prevendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;
- IV - Promover a política de criação, implantação, valorização e utilização das unidades de conservação no Estado;
- V - Cadastrar as unidades de conservação no Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo os critérios para o cadastramento conforme a legislação pertinente;
- VI - Priorizar áreas onde devam ser criadas unidades de conservação, especialmente aquelas que contiverem ecossistemas ainda não representados no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, e onde ocorra perigo de eliminação ou degradação, ou ainda, onde ocorram espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção;
- VII - incentivar e coordenar a pesquisa científica, estudos, monitoramento, atividades de educação e interpretação ambiental nas unidades de conservação;
- VIII - fomentar a cooperação entre os órgãos públicos estaduais e municipais, e as Organizações Ecológicas Não Governamentais;
- IX - Proteger e recuperar recursos hídricos.

No Art. 2º deste Decreto, é considerado Unidades de Conservação sendo: “porções do território estadual, incluindo os recursos hídricos, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de preservação e conservação ambiental, com área definida e sob regime especial de administração, as quais se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Art. 11 - As unidades de conservação públicas, estaduais e municipais, integrantes do SEUC são consideradas patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público, ou privado que provoque dano ao ecossistema protegido. As Unidades de Conservação no Art. 12 deste decreto, são reunidas em três grupos e classificadas nas seguintes categorias (quadro 3).

Quadro 3 – Categorias de Unidades de Conservação estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC:

(continua)

Sistemas	Categorias de uso e manejo de Unidades de Conservação
<p>Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC Lei nº 9.985/00</p>	Parque Estadual ou Municipal – Unidade administrada pelo Poder Público, tendo como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais, em geral de grande beleza cênica, a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de turismo ecológico;
	Reserva Biológica – Área destinada à preservação integral da biota, administrada pelo Poder Público, sem interferência humana direta, cuja superfície varia em função do ecossistema ou ente biológico de valor científico a ser preservado. O acesso público é restrito à pesquisa científica e a educação ambiental;
	Monumento Natural – sítios de características naturais raras, singulares ou de grande beleza cênica, de significância em nível nacional, estadual ou municipal, administrados pelo Poder Público, proporcionando oportunidades para educação ambiental, recreação e pesquisas; o tamanho não constitui fator significativo, dependendo do recurso natural em questão;
	Estação Ecológica – São áreas representativas de ecossistemas, destinadas à realização de pesquisas, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental, permitindo alteração antrópica para realização de pesquisa em até 5% da área;
	Refúgio de Vida Silvestre – Área de domínio público ou privado, com o objetivo de garantir, através do manejo específico, a preservação de espécies ou populações migratórias ou residentes.
	Reserva de Recursos Naturais – São áreas de domínio público, desabitadas ou pouco habitadas que, por falta de definição sobre o uso da terra e de seus recursos convém preservá-las até que pesquisas e critérios sociais, econômicos e ecológicos indiquem seu uso adequado.
	Área de Proteção Ambiental (APA) – Áreas de domínio público e privado sob supervisão governamental. Tem por objetivo preservar belezas cênicas, proteger recursos hídricos e bacias hidrográficas, criar condições para o turismo ecológico, incentivar o desenvolvimento regional integrado, fomentar o uso sustentado do ambiente e servir de zona tampão para as categorias mais restritivas;
<p>Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC Decreto nº 53.037/2016</p>	Floresta Estadual e Municipal – Área de domínio público, com cobertura vegetal predominantemente nativa, cuja característica fundamental é o uso múltiplo dos recursos. A área deverá oferecer condições para a produção sustentável de madeira e outros produtos florestais, manejo de fauna silvestre, recreação, proteção de recursos hídricos, bem como servir de tampão para as categorias mais restritivas;
	Reserva Extrativa – Áreas naturais ou pouco alteradas, de domínio público, ocupadas por grupos extrativistas que tenham como fonte de sobrevivência a coleta de produtos da biota nativa e que a realizem segundo formas tradicionais de exploração, conforme planos de manejo preestabelecidos;
	Reserva de Fauna – Áreas de domínio privado, sob controle governamental permanente, que abrigam populações de espécies de animais nativos, com potencial para a uso sustentado de produtos de origem animal. O objetivo de manejo deve estar dirigido para o rendimento máximo, de acordo com a capacidade do “habitat” proporcionando oportunidades para investigação, educação e recreação;
Estrada-Parque – Parques lineares, sob administração pública, de alto valor panorâmico, cultural, educativo e recreativo. As margens, em dimensões variáveis, são mantidas em estado natural ou seminatural, não sendo necessária a desapropriação, mas, somente, o	

estabelecimento de normas quanto ao limite de velocidade, pavimentação, sinalização e faixa a ser protegida;
Horto Florestal – Áreas de domínio público ou privado, caracterizadas pela existência de culturas florestais nativas ou exóticas, passíveis de exploração racional através de manejo sustentado. Constituem-se em centros de pesquisa e bancos genéticos onde é altamente recomendado, sob zoneamento, o cultivo, a conservação e a recomposição de populações nativas vegetais ou animais, bem como o ensino, a educação ambiental e o lazer;
Jardim Botânico – Áreas de domínio público ou privado, com o objetivo de manejo visando a conservação “ex-situ” de coleções de plantas, a pesquisa científica, o lazer e a educação ambiental;
Reserva Ecológica – São áreas de domínio público ou privado, definidas pelas leis ambientais, consideradas de preservação permanente, onde as atividades humanas são permitidas, desde que não cause danos ao equilíbrio ecológico;
Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) – Áreas particulares, com objetivo de preservação do ambiente natural, gravada com perpetuidade, sem implicar em desapropriações, sob a fiscalização governamental.

Fonte: BRASIL (2000); RIO GRANDE DO SUL (1998).
Organização: autora.

Neste Decreto, o Art. 13, fala sobre os municípios, estes que possuem Unidades de Conservação poderão elaborar o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, sempre observando os termos estabelecidos pelo SEUC.

Atualmente, o SEUC abrange 23 Unidades de Conservação Estaduais sob administração pública, duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 27 Unidades de Conservação municipais cadastradas. As Unidades de Conservação federais não dependem de avaliação e cadastramento no SEUC, sendo consideradas integrantes do SEUC uma vez que estejam reconhecidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

3.3 INSTRUMENTOS POLÍTICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NO URUGUAI

O Uruguai tem aprovado um número importante de regulamentos relacionados à conservação da biodiversidade. A própria Constituição da República, a partir da Reforma de 1996, em seu Artigo 47, concede à proteção do meio ambiente a categoria de “interesse geral” (MVOTMA, 2012).

Para a legislação uruguaia esta categoria confere interesse coletivo, preeminência sobre os interesses individuais, impondo obrigações aos governos, locais e nacionais, e fornecendo uma ferramenta que, se necessário, pode gerar limitações aos direitos privados. Isso é crucial em um país como Uruguai, onde mais de 90% da terra está em mãos privadas (MVOTMA, 2012).

A Lei Geral do Meio Ambiente, Lei nº 17.283 de 28 de novembro de 2000, em conformidade com as disposições da Constituição Uruguaia estabelece disposições gerais básicas sobre a política ambiental nacional e de gestão ambiental. Essa Lei afirma que a proteção ambiental é de interesse geral, e que as pessoas devem abster-se de qualquer ato que causa degradação, destruição ou poluição ambiental grave. (MVOTMA, 2012).

Artigo 1º - Para proteger o meio ambiente, essa Lei prevê algumas ações de interesse geral como:

- I – A proteção do ambiente e dos recursos ambientais, a qualidade do ar, água, solo e da paisagem.
- II – Conservação da biodiversidade.
- III – Redução e manipulação adequada de substâncias tóxicas ou perigosas e de resíduos ou de lixo.
- IV – Prevenção, eliminação, redução e compensação de impactos ambientais negativos ou adversos.
- V – Cooperação ambiental internacional e participação na resolução dos problemas ambientais globais, como a redução de gases que atacam a camada de ozônio e proteção da biodiversidade.

Artigo 6º - dispõe dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente:

- I – A distinção da República contra outras nações como “Natural País”, de economicamente, desenvolvimento cultural e socialmente sustentável.
- II – Prevenção e previsão como critérios de prioridade para a gestão ambiental; o perigo de danos sérios ou irreversíveis, devem ser tomadas medidas preventivas, não sendo uma desculpa a falta de certeza técnica ou científica.
- III – As novas graduais e progressivas exigências de integração da política ambiental.
- IV – Proteger o meio ambiente é um compromisso de toda a sociedade, de modo que os indivíduos e as organizações representativas têm o direito e o dever de participar nesse processo.
- V – Gestão ambiental requer a integração e coordenação dos setores públicos e privados envolvidos, garantindo o alcance nacional da política ambiental.
- VI – Deve haver uma gestão adequada da informação ambiental para garantir a disponibilidade e o acesso de qualquer interessado.
- VII – O aumento e reforço da cooperação internacional em matéria ambiental.

Artigo 7º - constitui ferramentas de Gestão Ambiental na Política Nacional de Meio Ambiente:

- I – Lei e demais disposições de proteção do ambiente;
- II – Programas, planos e projetos de proteção ambiental;
- III – Informação, educação e formação ambiental;
- IV – Fixação de parâmetros de qualidade ambiental;

- V – Avaliação do impacto ambiental das atividades, edifícios ou obras, pública ou privada, tais como pontes, portos, complexo industrial ou agroindustrial, bem como as correspondentes autorizações;
- VI – Áreas protegidas do sistema;
- VII – Incentivos econômicos e fiscais;
- VIII – Sanções administrativas.

O Poder Executivo, através do *Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA), tem a coordenação exclusiva de gestão ambiental integrada de entidades estatais e públicas, priorizando o planejamento e implementação coordenada com as autoridades de educação, autoridades departamentais e locais, e de atividades de ONGs.

Esse Lei N° 17.283 ou Lei Geral do Meio Ambiente, cria o “*Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas*”, como um instrumento para a aplicação da política nacional ambiental de interesse geral, ferramenta fundamental para o planejamento e manejo das áreas protegidas.

3.3.1 Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP (Lei n° 17.234/2000)

As áreas protegidas do Uruguai formam um complexo de áreas protegidas reunidas no Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SNAP), instituído pela Lei n° 17,234/00. Essa lei fica a cargo do *Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA), que se encarrega da formulação, execução, supervisão e avaliação de planos nacionais para áreas naturais protegidas e dentro do MVOTMA existe a Dirección Nacional do Ambiente (DINAMA).

Dentro do Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Meio Ambiente (MVOTMA), a DINAMA trabalha em conjunto com a Dirección Nacional de Ordenamento Territorial (DINOT). Dentro da DINAMA existem diferentes áreas que trabalham na conservação das Áreas Naturais e das pastagens naturais. Estas áreas são: Ecossistemas de Área, compostos por Divisão de Biodiversidade e Sistema Nacional de Áreas Protegidas e; Área de Avaliação de Impacto Ambiental. Como uma área ministerial extra, há uma instância de articulação envolvendo para diferentes instituições que trabalham em conservação e uso do gado no campo natural.

A lei n° 17,234/00, caracteriza o Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas como sendo, “um conjunto de áreas naturais do território nacional, continental, insular ou marinhos, que representam ecossistemas do país, o que para seus valores singulares ambientais, históricos,

culturais ou cênicas, merecem ser preservados como patrimônio da nação, mesmo quando eles tinham sido parcialmente transformados pelo homem”.

Após sua criação em 2000, foi regulamentada pelo Decreto nº 52/005 de 16 de fevereiro de 2005. Essa lei tem como objetivo “harmonizar os critérios de planejamento e manejo das áreas a proteger, em categorias determinadas, com uma regulação única que fixe os critérios para seu ordenamento” (art. 1).

De acordo com lei nº 17.234/00, os objetivos específicos do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas são (art. 2):

- I – Proteger a diversidade biológica e os ecossistemas, que compreendem a conservação e preservação do material genético e as espécies, priorizando a conservação das populações de flora e fauna autóctones em perigo ou ameaçadas de extinção.
- II – Proteger os habitats naturais, bem como as formações geológicas e geomorfológicas relevantes, especialmente aqueles imprescindíveis para a sobrevivência das espécies ameaçadas”.
- III – Manter exemplares de paisagens naturais e culturais singulares.
- IV – Evitar a deterioração das bacias hidrográficas, de modo de assegurar a qualidade e quantidade das águas.
- V – Proteger os objetos, lugares e estruturas culturais, históricas e arqueológicas, com fins de conhecimento público ou de investigação científica.
- VI – Prover oportunidades para a educação ambiental e investigação, estudo e monitoramento do ambiente das áreas naturais protegidas.
- VII – Proporcionar oportunidades para a recreação ao ar livre, compatível com as características naturais e culturais da cada área, bem como para seu desenvolvimento ecoturístico.
- VIII – Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, fomentando a participação das comunidades locais nas atividades relacionadas com as áreas naturais protegidas, bem como nas oportunidades de trabalho nas mesmas ou em suas zonas de influência.
- IX – Desenvolver formas e métodos de aproveitamento e uso sustentável da diversidade biológica nacional e dos habitats naturais, assegurando seu potencial para benefício das gerações futuras.

Ainda de acordo à lei existem seis categorias de manejo de áreas naturais protegidas uruguaias, sendo classificadas da seguinte forma Parque nacional, Monumento Natural, Paisagem Protegida e Sítios de Proteção correspondente a proteção integral, bem como Áreas de manejo de *habitats* e/ou espécie e Área protegida com recursos manejados de Usos Sustentável (quadro 4).

Quadro 4 – Categorias de Áreas Protegidas estabelecidas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP – do Uruguai.

(continua)

Sistema	Categorias de uso e manejo de Áreas Protegidas
Sistema Nacional de Áreas Protegidas Uruguaias lei nº 17.234/00	Parque nacional: Áreas onde existem um ou vários ecossistemas que não se encontram significativamente alterados pela exploração e ocupação humana, espécies vegetais e animais; são sítios geomorfológicos e habitats que apresentam um especial interesse científico, educacional e recreativo, ou compreendem paisagens naturais consideradas de beleza excepcional.
	Monumento natural: São áreas que contêm um ou vários elementos naturais específicos de notável importância nacional, como uma formação geológica, um lugar natural único, e espécies, habitats ou vegetais que podem estar ameaçados. Áreas onde a intervenção humana é de pequena magnitude e sempre sob estrito controle.
	Paisagem protegida: Corresponde a uma superfície territorial continental ou marinha, na qual as interações entre ser humano e natureza, ao través dos anos, resultou em uma zona de caráter definido, que apresenta uma singular beleza cênica ou que contém um valor de caráter natural, e que pode conter valores ecológicos ou culturais.
	Áreas de manejo de habitats e/ou espécie: São áreas terrestres e/ou marinhas sujeitas à intervenção ativa com fins de manejo, onde se deve garantir a manutenção dos habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies.
	Área protegida com recursos manejados: Correspondem a áreas que apresentam sistemas naturais predominantemente não modificados, onde através do manejo de atividades se pretende garantir a proteção e a manutenção da diversidade biológica no longo prazo, mas sem deixar de lado as atividades econômicas que ali se realizam.

Fonte: DINAMA (2005).

Organização: autora.

Dentro do DINAMA, as diferentes áreas (Biodiversidade, Sistema Nacional de Áreas Protegidas, Planejamento e Controle, Avaliação de Impacto Ambiental) trabalham em conjunto, fazendo com que seus diferentes instrumentos de legislação e ordenamento territorial sejam focados na conservação dos “Campo Naturais”.

Com base no exposto neste item foi possível à identificação das tipologias e categorias de áreas protegidas que compõe o Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai. Por se tratar de uma pesquisa transfronteiriça, além do limite político-administrativo do Brasil, fez-se necessário a análise dos marcos institucionais ambientais de cada país, no que tange as Áreas Protegidas, para posteriormente sistematizá-las.

Desse modo, no Brasil, destaca-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) – do Rio Grande do Sul. O Uruguai tem suas Áreas Protegidas regidas pelo Sistema Nacional de Áreas Protegidas

(SNAP) e a Argentina, assim como o Brasil, possui um sistema em esfera nacional – Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) – além do Sistema Provincial de Áreas Protegidas (SPAP).

Considerando essas diferenças, uma das propostas desta pesquisa foi comparar as diferentes abordagens de proteção da biodiversidade nos três países. Para que isso ocorresse, utilizou-se do plano de manejo dos Parques em estudo. O plano de manejo é um instrumento de grande relevância tanto para às áreas protegidas quanto para esta pesquisa. Além disso, tomou-se conhecimento de metodologias existentes para analisar a efetividade de manejo dos Parques no contexto do território do Pampa.

3.4 EFETIVIDADE DE MANEJO EM ÁREAS PROTEGIDAS

As Áreas Protegidas são ferramentas estratégicas para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do planeta, no entanto, ocupam apenas 5% da superfície do globo terrestre (CIFUENTES et.al. 2000); e, em muitos casos, deficiências de natureza financeira, técnica e/ou administrativa não permitiram cumprir os objetivos para os quais foram criadas.

Diante disso, a análise da efetividade de manejo de áreas protegidas pode oferecer aos formuladores de políticas públicas ambientais uma importante ferramenta para identificar as principais tendências da área e os aspectos que necessitam ser considerados para melhorar a gestão de uma área protegida, de um grupo, ou até mesmo dos sistemas nacionais de áreas protegidas (KINOCHI et al. 2012).

A avaliação de manejo é uma parte importante da gestão das áreas protegidas. Conhecer a situação em que os ecossistemas são encontrados, as ações e os componentes de manejo são iniciativas primordiais para o administrador-gerente de área protegida tomar decisões positivas. Desta forma, pode-se melhorar as estratégias de planejamento, gerenciamento, administração e financiamento.

Sendo definido como o conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos das áreas protegidas, incluindo as atividades fins como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo dos recursos, bem como as atividades de administração ou gerenciamento (BRASIL, 2006), a efetividade do manejo de acordo com Izurieta (1997) e Cifuentes et al. (2000), “é considerada como o conjunto de ações que, com base em habilidades, capacidades e competências particulares, permitem cumprir satisfatoriamente a função para a qual a área protegida foi criada”.

Então, avaliar a efetividade de manejo de uma área protegida é o ponto de partida para a satisfatoriamente atingir os objetivos de proteção de uma área protegida. Essa avaliação busca alcançar o máximo de informações possíveis de uma área e seu entorno, diagnosticando ameaças e alternativas de gestão para melhorar o desempenho da área protegida conforme seu objetivo de criação.

Segundo Mackinnon et al., (1986), há especificamente vários benefícios que podem ser alcançados com a avaliação de efetividade de manejo de áreas protegidas. Primeiro, verificar se os objetivos de manejo e o plano de manejo em si são realistas; segundo, julgar se os recursos financeiros e humanos são suficientes para alcançar esses objetivos; terceiro, divulgar os progressos alcançados para os interessados; quarto, auxiliar na preparação de programas de manejo no futuro; quinto, ajudar no entendimento do valor que as áreas protegidas tem para a comunidade nacional e internacional; e sexto, auxiliar na melhoria das técnicas de manejo.

Diante do exposto percebe-se que a avaliação da efetividade de manejo é uma necessidade cada vez mais evidente (HOCKINGS ET AL., 2000; PHILLIPS, 2000), pois possibilita uma maior concretização dos objetivos e isso permite refinar e modificar as intervenções, seguindo um ciclo de *feedback* contínuo que é conhecido como “*Adaptive Management*” (HOLLING, 1978).

Avaliar o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Áreas Protegidas e as razões pelas quais estas não são alcançadas, facilita: a) melhorar a administração e gerenciamento da área protegida. O monitoramento e a avaliação são considerados parte integrante do processo de administração que permite *feedback* constante entre execução, planejamento e administração; b) melhorar o planejamento, analisando a eficácia das ações que estão sendo desenvolvidas; c) promover que a prestação de contas não se refira apenas a aspectos financeiros, mas à eficácia da administração; d) medir o impacto das ações realizadas na área protegida; e) elaborar ações corretivas ou propostas de financiamento nos campos em que é necessário.

Por isso é necessária avaliação periódica e objetiva de componentes de gerenciamento usando procedimentos metodológicos estruturados, sistemáticos e sequenciais, de forma organizada, fornecendo informações relevantes para resolver os problemas e deficiências de gestão e tomar decisões mais apropriado e oportuno para o benefício não só da natureza, mas também dos seres humanos que da natureza se beneficiam.

Portanto, pode-se definir a gestão como o conjunto de ações de uma política, jurídica, administrativa, de pesquisa, planejamento, proteção, coordenação, promoção, interpretação e

educação, entre outras, que resultam no melhor uso e permanência de uma área protegida e o cumprimento de seus objetivos (Cifuentes, 1983).

A gestão de uma área protegida é medida através da execução de ações indispensáveis que implicam a consecução dos objetivos estabelecidos para ela. A eficácia da gestão é considerada o conjunto de ações que, com base nas aptidões, capacidades e competências particulares, permitem cumprir satisfatoriamente a função para a qual a área protegida foi criada (Izurieta, 1997).

Em suma, a avaliação da efetividade de manejo é uma das ferramentas de *feedback* mais eficientes em uma área protegida. Em muitos casos esse *feedback*, seguem uma ordem dos acontecimentos, são métodos utilizados em diversos países e apresentados no próximo subcapítulo.

3.4.1 Metodologias de avaliação existentes

Segundo Cifuentes (2000) até hoje, várias tentativas foram feitas para avaliar e/ou monitorar o manejo de áreas protegidas, entre as quais existe o Relatório de Qualificações: mecanismo que tem sido usado pela *The Nature Conservancy* para monitorar o progresso da gestão de áreas protegidas em alguns países da América Latina dentro do Programa Parques em Perigo. O procedimento apresenta uma série de indicadores pré-estabelecidos. Estes indicadores estão agrupados em quatro principais critérios de consolidação: a) atividades para proteção mínima; b) gestão de longo prazo; c) financiamento de longo prazo; d) circunscrição da área.

Metodologia para a avaliação numérica de sistemas de áreas protegidas (Rivero e Gabaldon, 1992): esta metodologia tem sido utilizada para estabelecer a sensibilidade intrínseca de áreas naturais e identificar aqueles que necessitam de atenção imediata. O procedimento metodológico define e pesa um conjunto de critérios que permitem inferir e identificar a sensibilidade de uso de cada categoria de gestão. O método permite avaliar cada área protegida, considerando-se o seu índice de sensibilidade como peso específico, submetendo-o a pressão permitida e não usos desejados e outras formas de influência, de modo a detectar as situações mais crítica ou em perigo.

Os critérios de sensibilidade que podem ser usados são: tamanho, maturidade das comunidades naturais, o isolamento da área, a diversidade da paisagem, o número de espécies extintas, o grau de intervenção, resiliência, bacias de controle, saneamento, regulação, plano de gestão, orçamento, pessoal técnico, fornecimento de equipamentos, instalações, controle e vigilância, vias de acesso e políticas públicas.

Procedimento para medir Efetividade de Manejo de Áreas Protegidas (Faria, 1993), esta metodologia possui popularidade, principalmente, na América Central e Sul, desenvolvida por Mesquita (2002), Cifuentes, Izurieta e Faria (2000), sendo incorporadas adaptações propostas por Faria (2004), Pellin (2010). Segundo Faria (2004), a metodologia “é eficaz e simples, podendo ser adotada para avaliar a gestão de qualquer categoria de manejo, permitindo comparações entre as categorias avaliadas”.

A aplicação desta metodologia implica no uso de indicadores previamente selecionados, em acordo com os objetivos de manejo da categoria de gestão das áreas protegidas a serem avaliadas, levando em conta os seguintes âmbitos ou indicadores: administrativo, político, jurídico, planejamento, conhecimento, usos atuais, programas de gestão, características biogeográficas e ameaças. Dentro de cada área, as variáveis são os principais indicadores para a qualificação (FARIA, 2004).

Sistema de Monitoramento de Áreas Protegidas da América Central (Correau, 1997): este sistema compreende uma modificação do *Report Card* – boletim da conservação da natureza, e incorpora alguns elementos do procedimento para medir Efetividade de Gestão de Áreas Protegidas desenvolvido por Faria (1993) citado. Os indicadores são agrupados em uma série de fatores que são divididos em cinco grupos: social, administrativa, natural e cultural, político-legal, econômico-financeiro. A soma dos valores alcançados na qualificação dos indicadores e sua subsequente comparação percentual com o valor ótimo total.

Avaliação Rápida e a Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (Hockings, 1997): a metodologia RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas, ferramenta que permite ter um diagnóstico rápido da efetividade de gestão das áreas protegidas dentro de um determinado país ou região (ERVIN, 2003; HOCKINGS et al., 2006).

A metodologia Rappam, desenvolvida pela WWF entre os anos de 1999 e 2002, constitui uma das várias metodologias de avaliação da efetividade de gestão de áreas protegidas compatíveis com o referencial proposto pela produção de um quadro que orienta na definição dos indicadores que devem ser atribuídos em cada etapa da avaliação de manejo, acordado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e desenvolvida pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (HOCKINGS et al., 2006).

O procedimento propõe uma série de indicadores para cada nível de profundidade de avaliação, que são qualificados com base em critérios estruturados em conjuntos de condições. Não

há escala numérica ponderada para a classificação. A condição ótima recebe o maior valor do número de condições criadas para um determinado indicador. Além disso, procuram-se identificar indicadores específicos a serem mensurados para cada uma das categorias de gestão estabelecidas pela UICN, os resultados da qualificação são comparados em porcentagem.

Outra corrente de avaliação e monitoramento de áreas protegidas é o Monitoramento Integrado de Reservas da Biosfera (BRIM), proposta pelo Programa Homem e Biosfera da UNESCO para o manejo integrado de Reservas da Biosfera; O processo é desenvolvido com base na seleção e qualificação de indicadores, no momento em que está na fase de experimentação e pilotagem; O monitoramento é mais representativo se quantificado em termos socioeconômico que a sociedade civil entende e se reflete nele.

Como exposto, existem diversas metodologias para avaliar e/ou monitorar o manejo de áreas protegidas, essas metodologias são bastante completas e são utilizadas no mundo todo (quadro 5).

Quadro 5 – Síntese das metodologias de efetividade existentes.

Metodologia – Desenvolvimento
Relatório de Qualificações – <i>The Nature Conservancy</i>
Metodologia para a avaliação numérica de sistemas de áreas protegidas – Rivero e Gabaldon (1992)
Procedimento para medir Efetividade de Manejo de Áreas Protegidas – Faria (1993)
Sistema de Monitoramento de Áreas Protegidas da América Central – Correau (1997)
Avaliação Rápida e a Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (RAPPAM) – Rede WWF
Monitoramento Integrado de Reservas da Biosfera (BRIM) - Programa Homem e Biosfera da UNESCO

Elaboração: autora.

Para a realização da presente pesquisa baseou-se na metodologia RAPPAM, reconhecida e utilizada em diversos países, a qual serviu como base principal para a análise da efetividade de manejo dos Parques.

3.5 PLANO DE MANEJO

Uma ferramenta fundamental reconhecida internacionalmente para o manejo e a gestão das áreas protegidas é o plano de manejo. Os Planos de manejo caracterizam as áreas protegidas e definem ações para que a mesma cumpra os objetivos estabelecidos na sua criação, determina os

usos e, principalmente, o zoneamento da unidade, ou seja, estabelece normas de uso da área e manejo dos recursos naturais na zona de amortecimento, norteando o seu desenvolvimento de acordo com suas finalidades (IBAMA, 2000).

Segundo Morsello (2001), o plano de manejo consiste em um documento escrito que direciona a utilização e controla o manejo de recursos dentro de uma área protegida, os diversos usos da área e a construção das instalações necessárias. Os planos de manejo devem trazer uma caracterização ambiental, social, econômica e institucional da área, bem como programas importantes para sua implementação e sustentabilidade, monitoramento e proteção.

O plano de manejo deve apresentar as zonas específicas em que devem ser desenvolvidas as diferentes atividades humanas e a localização a ser localizadas às infraestruturas, indicando quais equipamentos serão permitidos para as diferentes atividades na área protegida (MORSELLO, 2001).

Por outro lado, também é inerente a esse processo a necessidade de um planejamento a médio prazo combinado com uma flexibilidade que permita adaptação a circunstâncias que se modificam continuamente. Usualmente, os planos de manejo são elaborados para um período de cinco anos (FAO, 1988).

Os planos de manejo são instrumentos de gestão e manejo das áreas protegidas e neles existem protocolos que devem ser seguidos, bem como instruções de atuação de diversos atores sociais e restrições de usos e ocupações de áreas internas e externas aos Parques.

Compondo o plano de manejo o zoneamento da área protegidas garante a proteção dos recursos naturais procurando equilíbrio entre as atividades socioeconômicas desenvolvidas. Para Silva e Santos (2004)

Zoneamento é a identificação e a delimitação de unidades ambientais em um determinado espaço físico, segundo suas vocações e fragilidades, acertos e conflitos, determinadas a partir dos elementos que compõem o meio planejado. Seu resultado é a apresentação de um conjunto de unidades, cada qual sujeita a normas específicas para o desenvolvimento de atividades e para a conservação do meio (SILVA; SANTOS, 2004).

Assim o zoneamento pode ser considerado parte fundamental de uma área protegida e instrumento de ordenamento territorial, pois possibilita o controle do uso e ocupação da terra, bem como instruir os donos de propriedades vizinhas a utilizar o patrimônio natural e a relacionar-se com a natureza de um modo sustentável.

4. METODOLOGIA

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos que foram executados para a realização da presente pesquisa caracterizada por ultrapassar fronteiras em Pampa. Para que os objetivos fossem alcançados, a metodologia proposta para a pesquisa é a seguinte: 4.1 a conservação do pampa através de áreas protegidas; 4.2 seleção de área protegida para o estudo e 4.3 caracterização e comparação dos parques em estudo.

4.1 A CONSERVAÇÃO DO PAMPA ATRAVÉS DE ÁREAS PROTEGIDAS

A presente pesquisa é inspirada a partir do trabalho de conclusão de curso realizado por Gabriel (2017). Utilizou-se de revisão bibliográfica e documental, compreendendo a materiais publicados em livros, artigos, dissertações, teses e sites oficiais com o objetivo de consultar informações referentes a áreas protegidas, Pampa, sistemas nacionais de áreas protegidas do Brasil, Uruguai e Argentina, e junto a organismos como União Internacional para a Proteção da Natureza (IUCN).

Além das pesquisas em diferentes meios, ocorreram contatos com pesquisadores que estiveram presentes no Iº Congresso Internacional do Pampa, realizado no ano de 2016 e contato com professores da *Universidad de Mar del Plata* em uma disciplina ofertada em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria.

Foi considerado o conceito de Áreas Protegidas segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN (1994) “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994).

Deste modo, esse conceito permitiu ultrapassar os limites políticos territoriais que a pesquisa tanto almeja. Portanto, levou-se em consideração este conceito e adotou-se o termo “áreas protegidas” para “homogeneizar” esses espaços territoriais especialmente protegidos e com diferentes denominações nos países de abrangência da pesquisa. Um exemplo disso é o caso do Brasil que possui um sistema, único no mundo, o qual utiliza a nomenclatura de Unidades de Conservação.

Ressalta-se a utilização do termo “Pampa” utilizado nesta pesquisa para denominar o território que abrange dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, toda República Oriental do Uruguai e parte da Argentina, as províncias de Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos, Buenos Aires e La Pampa, conforme determina Suertegaray e Pires da Silva (2009).

Quanto aos trabalhos de campo, na geografia, estes são de extrema importância para diversas pesquisas, pois o espaço geográfico é o objeto de estudo dos geógrafos, o que muitos consideram como seu escritório. Nesta pesquisa o trabalho de campo foi fundamental.

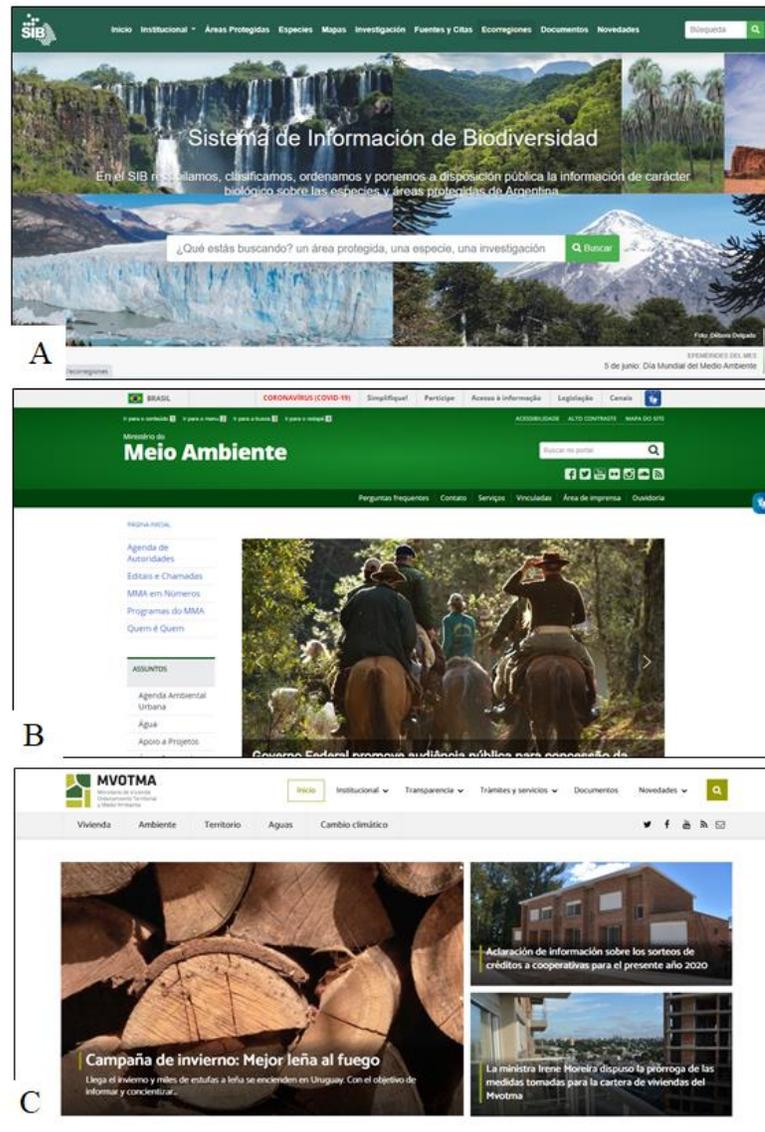
Existe um histórico de trabalhos de campo desde o ano de 2016 a 2018 nos municípios de Caçapava do Sul, Pelotas, Rio Grande, Candiota, Bagé, Santana do Livramento, Barra do Quaraí, Uruguaiana, São Gabriel e Rosário do Sul no Rio Grande do Sul. Em 2018 realizou-se um trabalho de campo para o Uruguai no qual viajamos de leste a oeste e partimos para a Argentina, chegando até a cidade de Buenos Aires.

Foram feitos registros fotográficos, vídeos, anotações em diário de campo, descoberta de lugares, gostos e hábitos diferentes, a fim de compreender um pouco mais além dos nossos muros da universidade. Em alguns desses trabalhos de campo foi possível visitar áreas protegidas. Todos os campos realizados tem em comum o estudo e análise do espaço geográfico que disponibiliza aos olhos paisagens ambientais, culturais, históricas e sociais de cada pedacinho de chão do Pampa.

Para a realização do levantamento de dados e informações específicas sobre as áreas protegidas, no sistema brasileiro, realizou-se pesquisa em sites virtuais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (SEMA), Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e sites oficiais que viabilizam a propagação de informações de áreas protegidas.

Já no sistema uruguaio, foram através do banco de dados de todo o Uruguai, disponibilizado por Professores da Universidade da República do Uruguai (Udelar), que participam do corpo docente do PPGGEO – UFSM, e em sites oficiais do Ministério de Habitação Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA), que está vinculado o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP). No sistema argentino, as pesquisas foram realizadas através do banco de dados do *Sistema de Información de Biodiversidad de la Administración de Parques Nacionales* (SIB-APN) ao qual o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) está vinculado (figura 7).

Figura 7 – Sites institucionais oficiais responsáveis pela política nacional do meio ambiente: (A) *Administración de Parques Nacionales de Argentina*; (B) *Ministério do Meio Ambiente no Brasil*; e (C) *División de Biodiversidad y Áreas Protegidas de la Dirección Nacional de Medio Ambiente del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente no Uruguai*.



Elaboração: autora.

Nesses ambientes virtuais são disponibilizadas informações oficiais das Áreas Protegidas como: características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e dados georreferenciados. Com essas informações, a sociedade pode acompanhar os resultados das investigações acadêmicas e das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional dos países e poderão tomar decisões perante os resultados encontrados.

Para esta pesquisa foi necessário a organização de um banco de dados com parâmetros específicos composto pelas áreas protegidas encontradas (nome), tipologia, tamanho da área (hectare), localização, país (Brasil, Uruguai ou Argentina), administração (federal ou estadual, departamental, provincial).

Perante essas informações e buscando transcende fronteiras do Pampa o termo “áreas protegidas” é utilizado como convenção universal nesta pesquisa, com a finalidade de aumentar o entendimento da correlação entre as categorias de proteção que Argentina, Brasil e Uruguai instituem em seus territórios nacionais. Esse processo é possível através da União Internacional para a Conservação da Natureza, que possui conceito internacional de área protegida, propostas de categorias de áreas protegidas com diferentes topologias e objetivos de conservação.

Com a correlação das áreas protegidas identificadas no território do Pampa por Gabriel (2017), foi possível selecionar três áreas protegidas para a realização desta pesquisa. Foi observada as correlações de áreas protegidas de tipologias de proteção e de uso sustentável. No quadro 6, são apresentadas as categorias de manejo segundo a IUCN, considerando o seu uso, podendo ser tipologias de proteção integral ou uso sustentável, dividindo-as conforme a sua categorias.

Quadro 6 – Tipologias de proteção integral e uso sustentável com as respectivas categorias de áreas protegidas em nível internacional de acordo com a UICN (2008).

Tipologias	Categorias
Áreas de proteção integral , ou seja, possuem uso restrito, permanecendo atividades de cunho científico, turismo de baixo impacto e atividades de Educação Ambiental	Reserva Natural Estricta (Ia)
	Área Natural Silvestre (Ib)
	Parque Nacional (II)
	Monumento Natural (III)
Áreas de uso sustentável , sendo permitidas moradia e atividades econômicas, desde que de forma sustentável e compatível com suas normativas próprias.	Áreas de manejo de habitat/ espécies (IV)
	Paisagem terrestre e marinha protegidas (V)
	Área Protegida com recursos manejados (VI)

Fonte: UICN, 2008.
Organização: autora.

O quadro apresentado sistematiza as categorias de áreas protegidas em âmbito internacional por tipologia: proteção integral e uso sustentável. Diante dessa sistematização observou-se quais as tipologias estão instituídas e quais se destacam no território do Pampa influenciando a conservação.

Para embasar a discussão de conservação no Pampa, foi realizado um mapeamento considerando a localização das áreas protegidas e o tipo de vegetação que mais estão sendo conservadas. Para isso foram feitos os cruzamentos de dados cartográficos dos conjuntos de formações de vegetação do território do Pampa.

Esse mapeamento de formações da vegetação é baseado em Hueck (1981), Olson et al. (2001) com o apoio do *World Wildlife Fund* (WWF), que produziram as classificações das ecorregiões terrestres para todo o globo, com objetivos mais amplos do que os propostos por Bailey e Omernik (JEPSON e WHITTAKER, 2002). Para realizar cruzamento de dados utilizou-se o sistema de informações geográficas ArcGIS, plataforma de mapeamento e análise de dados com um conjunto de ferramentas disponíveis.

Neste trabalho utilizaram-se a denominação formações vegetais para as diferentes vegetação mapeadas por Hueck (1981 apud HASENACK, 2017), quanto a delimitação do território do Pampa foi utilizado Gabriel (2017) e o mapeamento deu-se por sobreposição das áreas protegidas sobre a formação vegetal.

Para a delimitação do território do Pampa foi identificado nove formações vegetais: Estepe arbustiva e graminosa do Pampa ondulado; estepe arbustiva e graminosa do Pampa plano; estepe arbustiva de altitude; bosques secos de espinhal; florestas de galeria; florestas secas e semiáridas do chaco oriental; bosques tropicais de parques mesopotâmicos; florestas tropicais e subtropicais e, vegetação litorânea e dunas costeiras.

A elaboração deste mapeamento resultou em discussões frente a quais são as formações vegetais que estão sendo conservadas no Pampa através das áreas protegidas, pois existem áreas “vazias” identificadas no Pampa por Gabriel (2017) que não foram identificadas áreas protegidas. Sobre isso criou-se um croqui de uso do solo que é possível identificar os fatores resultantes da não existência de áreas protegidas em determinados lugares.

4.2 SELEÇÃO DE ÁREA PROTEGIDA PARA O ESTUDO

O pampa com toda sua imensidão possui 122 Áreas Protegidas, sendo 66 de proteção integral e 56 de uso sustentável (GABRIEL, 2017). Para a seleção de três áreas protegidas foi observada qual tipologia que seria mais adequada para responder os questionamentos da presente pesquisa.

Visto que a pesquisa buscou conhecer diferentes contextos de áreas protegidas na Argentina, Brasil e Uruguai a tipologia de proteção integral apresenta objetivos definidos e claros representando a melhor tipologia para pesquisa. Observando a proteção integral ela possui quatro categorias de áreas protegidas em nível internacional, propostas pela IUCN (1994): Reserva Natural Estrita; Área Natural Silvestre; Parque Nacional e Monumento Natural.

Destas categorias optou-se por trabalhar com a categoria de Parque por ser uma das tipologias de proteção integral reconhecida e definida internacionalmente, bem como instituída nos diferentes países com o mesmo objetivo, e mantendo conformidade com o conceito internacional da UICN, o que possibilita uma análise comparativa entre três Parques na Argentina, Brasil e Uruguai.

A categoria de Parque Nacional, descrita pela IUCN (1994) como sendo uma área de manejo voltada principalmente para a conservação do ecossistema e para a recreação. Composto por áreas naturais terrestres e/ou marinhas destinadas a proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para esta e futuras gerações, a impedir a exploração ou ocupação contrárias aos propósitos da criação da área, e, a fornecer uma base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreacionais e de visitação, as quais devem ser compatíveis ambiental e culturalmente.

A seleção de apenas três Parques no território do Pampa considerou a existência de Plano de manejo em cada Parque. O Plano de manejo é o instrumento de gestão e manejo de cada Parque por isso possui extrema importância para a pesquisa.

4.3 CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS PARQUES

Do mesmo modo que a UICN criou categorias de Áreas Protegidas no ano de 1994, no ano seguinte criou-se a Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMA) para desenvolver estudos referentes a efetividade de gestão das áreas protegidas pelo mundo. Visando atender os acordos firmados na Convenção sobre Diversidade Biológica a *World Wide Found for Nature* (WWF) desenvolveu metodologias para avaliar a efetividade de manejo das áreas protegidas em todo o mundo.

Em um primeiro momento a proposta metodológica era aplicar a metodologia RAPPAM (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management*), para avaliar a efetividade de

manejo dos Parques, mas com o contexto da pesquisa e do território do Pampa elaborou-se uma metodologia própria para análise dos Parques.

Em regra o método RAPPAM é utilizado em várias áreas protegidas no mesmo momento. Serve de referencial para identificar fragilidades e potencialidades do local examinado em linhas gerais possibilitando a elaboração de planos mais detalhados para cada área protegida verificada. (BELOKUROV; ERWIN, 2003).

Deste modo utilizou-se de alguns parâmetros que são observados na metodologia RAPPAM e criou-se um questionário (ANEXO A) próprio para aplicação com os gestores ou responsáveis por cada Parque: Parque Nacional *Campos del Tuyú* – Argentina, Parque Estadual do Espinilho – Brasil e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* – Uruguai.

Inicialmente fez-se uma contextualização de cada Parque, compreendendo seu país, administração, sistema hierárquico administrativo, localização do Parque, ano de criação, legislação de criação e sustentação, categoria, objetivo do Parque e superfície da área protegida em hectares. Esses dados são considerados características gerais, que após sua identificação foram descritos.

Para uma análise das características da estrutura de gestão e manejo dos Parques foi criado uma lista de dados que foram observados cada Parque: plano de manejo; ano de elaboração do plano de manejo; plano de gestão; conselho consultivo; zoneamento; corredor ecológico; ligação entre outras áreas protegidas; cercado; mapeamento de limites; vias de acesso; trilhas; sinalização; vigilância; veículo; equipe de segurança; brigada de incêndio; normas de visitação; controle de entrada; residentes; criação de animais; fundo rotativo; sede administrativa; banheiros e dormitórios.

Diante de todos esses dados coletados, observados e do questionário aplicado, ainda foram, analisados dados existentes sobre a área protegida, como fotos aéreas e imagens de satélites, análises das ameaças, revisões da legislação e de políticas para analisar a efetividade do manejo e as prioridades de conservação, validando os resultados da análise.

Considerando os diferentes territórios, muitas informações pesquisadas foram em meio digital, através dos sites oficiais de órgão referentes a áreas protegidas da Argentina³, Brasil⁴ e

³https://sib.gob.ar/area/APN*CT

⁴<https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-do-espinilho>

Uruguai⁵. Neste ambientes virtuais são expostos dados é possível coletar diversas informações sobre os Parques, bem como está disponibilizado os planos de manejo de cada Parque em estudo.

Dentre os dados avaliados, inicialmente foram descritos separadamente os resultados observados nos planos de manejo. Posteriormente, foi feito uma análise das respostas dos questionários encaminhados aos gestores dos Parques buscando relacionar com o que foi encontrado no plano de manejo e até mesmo nos sites oficiais.

A análise foi descrita por parâmetro, sendo: parâmetro de processo de criação dos Parques, parâmetros administrativos, parâmetros ambientais e parâmetros financeiros. Esses parâmetros são levados em consideração para análise comparativa tanto entre os países – como são instituídas as suas áreas protegidas – até as diferenças e similaridade nas estruturas de manejo e gestão de cada Parque.

⁵<https://www.mvotma.gub.uy/ambiente/conservacion-de-ecosistemas-y-biodiversidad/areas-protegidas/areasprotegidas/item/10006532-parque-nacional-esteros-de-farrapos-e-islas-del-rio-uruguay-rio-negro>

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo constitui-se da apresentação dos resultados obtidos através dos procedimentos metodológicos descritos no *capítulo 4 – METODOLOGIA*. Para melhor entendimento, os resultados estão apresentados da seguinte maneira: 5.1 áreas protegidas do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai; 5.2 a proteção integral através dos parques e 5.3 estrutura dos planos de manejo dos parques em estudo - Parque Nacional Campos *del Tuyú*, Parque Estadual do Espinilho e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*.

5.1 ÁREAS PROTEGIDAS DO PAMPA – ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

O presente estudo de caráter inédito no território do Pampa buscou ultrapassar fronteiras. Foi pensando nisso, que se adotou a nomenclatura de Áreas Protegidas, reconhecida internacionalmente, para se trabalhar com a mesma categoria de proteção em diferentes territórios administrativos, como é o caso do Pampa. Este território que possui diversas características paisagísticas oriundas de atividades socioculturais semelhantes, porém dividido por fronteiras administrativas entre a Argentina, Brasil e Uruguai.

Com relação aos dados primários da pesquisa é de grande relevância, aqui citar, que apesar do fácil acesso à informação pela *internet* atualmente, ocorreram dificuldades em acessar informações concretas e corretas sobre a legislação ambiental da Argentina e Uruguai, bem como contato com gestores(as) dos Parques nos países vizinhos. Os *sites* oficiais das instituições públicas que apresentam informações sobre áreas protegidas nos diferentes territórios administrativos são acessíveis, possuem conteúdos específicos como leis e decretos de criação e pesquisas científicas realizadas nas áreas protegidas.

Ainda, ressalta-se a troca de materiais de pesquisa entre Professores da *Universidad de Mar del Plata* da Argentina e Professores da *Universidad de la República – Udelar* – do Uruguai, entre os anos de 2016 e 2019. Os professores estrangeiros são vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria com orientação de discentes e/ou como docentes de disciplinas semestrais nesta instituição de ensino.

Inicialmente, a pesquisa buscou conhecer a estrutura dos sistemas de legislação ambiental de cada país, com ênfase nos sistemas de áreas protegidas. Os resultados encontrados foram:

Argentina com Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), existindo também em nível provincial os Sistemas Provinciais de Áreas Protegidas. No Brasil o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) no estado do Rio Grande do Sul. E no Uruguai o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), tendo apenas o SNAP como gestor de todas as Áreas Protegidas do território uruguaio.

Observa-se que, apesar da IUCN apresentar o conceito de Áreas Protegidas e definir princípios e diretrizes, atuando junto a diversos organismos ambientais em diversos países, o sistema proposto não é obrigatório, ou seja, cada país opta por aderir ou não as categorias e diretrizes para legislação e gestão relacionada a conservação de ambientes naturais e de grande valor simbólico.

Nos países em estudo, nota-se que cada um possui uma hierarquia administrativa própria que varia conforme as legislações e as nomenclaturas atribuídas para áreas protegidas. Observando isso, realizou-se uma busca por diferentes abordagens de proteção a fim de contemplar temas que envolvam a proteção da natureza, diferentes tipologias de proteção em propriedades privadas, leis de proteção da vegetação nativa, zoneamento florestal e uso do solo (quadro 7).

Quadro 7 – A proteção da biodiversidade no Pampa através da legislação de cada país.

(continua)

Tema	Argentina	Brasil	Uruguai
Proteção da vegetação nativa	Lei de Proteção dos Bosques Nativos (áreas de alto, médio e baixo valor de conservação); Áreas Naturais Protegidas.	Lei de proteção da vegetação nativa Áreas de Preservação Permanente – APP, e Reserva Legal – RL; as Unidades de Conservação (UCs), definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –SNUC (Lei nº 9.985/2000).	Sítios de proteção; Áreas protegidas.
Áreas protegidas em propriedades privadas	Proprietários solicitam a implantação ao órgão ambiental voluntariamente reservas ambientais privadas. Algumas províncias estabelecem incentivos fiscais e econômicos.	Proprietários solicitam a implantação ao órgão ambiental voluntariamente Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As três esferas de governo podem criar Unidades de Conservação de uso sustentável em áreas privadas. Proprietários recebem isenção fiscal.	Proprietários solicitam a implantação ao órgão ambiental voluntariamente reservas estritas ambientais privadas. Podem ser instituídas em âmbito departamental e pelos municípios.

Zoneamento florestal	Toda província deve promover o zoneamento das áreas de floresta em seu território e estabelecer as áreas de elevado, médio e baixo valor de conservação.	Todo imóvel rural deve conservar área com vegetação nativa (Reserva Legal), que varia de 20-80% da área do imóvel. Estados da Amazônia possuem zoneamento específico de seus territórios. A Mata Atlântica possui regras mais restritivas do que os demais biomas.	Instrumentos de diferentes escalas: Nacional, Regional, Departamental, Interdepartamental e especial; através do ordenamento territorial devem categorizar solos e possibilitar usos atuais conservando os Campos.
Conversão da vegetação nativa para uso alternativo do solo	Depende da classificação de áreas de vegetação nativa. Categoria I não permite conversão; Categoria II permite manejo sustentável; Categoria III permite conversão de vegetação nativa para uso alternativo do solo.	Depende de autorização prévia e requer compensação ambiental.	Incentivo as plantações de Pinus e Eucalipto que convertem a paisagem vegetação florestal exótica. As áreas planas de baixa fertilidade são classificadas como de vocação florestal.

Fonte: plano de manejo do Parque Nacional *Campos del Tuyú*; plano de manejo do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*; plano de manejo do Parque Estadual do Espinilho; Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP); Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC); Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP).

Elaboração: autora.

Destaca-se o tema sobre Proteção da vegetação nativa, que na Argentina é prevista como Lei de Proteção dos Bosques Nativos, sendo classificados em três níveis de conservação: áreas de alto, áreas de médio e áreas de baixo valor de conservação; e áreas naturais protegidas. No Brasil, além das Unidades de Conservação, também existem as Áreas de Preservação Permanente (APP), e a Reserva Legal (RL).

Na Argentina, bem como no Brasil, ambas, proteção de vegetação nativa são previstas em lei. A Reserva Legal é instituída em propriedades rurais no Brasil, a fim de guardar ambientes com vegetação nativa. Sobre os Bosques Nativos e Áreas de Preservação Permanente (APP), ambos possuem denominações diferentes, mas seus objetivos são semelhantes, eles buscam a proteção da vegetação nativa e das matas galerias as margens de qualquer curso de água natural perene e intermitente.

No Uruguai não poderia ser diferente, além das áreas protegidas, também existem os sítios de proteção que são caracterizados por pequenas áreas que têm grande valor devido à fauna e flora, em muitos casos coexistem com os cursos de água natural.

Com relação às áreas protegidas em propriedades privadas há uma certa singularidade entre os países, pois se percebe autonomia dos proprietários de terras para que voluntariamente busquem instituir uma AP, sendo denominadas de reserva ambiental privada na Argentina, reserva particular do patrimônio natural no Brasil e no Uruguai reserva estrita ambiental privada.

O Zoneamento florestal na Argentina é obrigatório e previsto em normas. Cada província deve promover o zoneamento das áreas de floresta em seu território e estabelecer as áreas de elevado, médio e baixo valor de conservação. Observa-se que é bastante semelhante ao que é estabelecido na lei de bosques nativos, porém em nível nacional.

No Brasil o zoneamento pode ser por escala de propriedade ou imóvel rural através da Reserva Legal, conservando a vegetação nativa que varia de 20-80% da área do imóvel. Contudo, existem zoneamentos mais específicos no território brasileiro como o caso dos estados que abrangem a região da Amazônia. Outro caso é o da Mata Atlântica, este bioma brasileiro possui regras mais restritivas do que os demais biomas. Além disso, o estado do Rio Grande do Sul possui um zoneamento agroflorestal próprio o qual abrange boa parte da região da serra do sudeste e campanha gaúcha.

No Uruguai, apesar de seu território ser pouco extenso este possui um zoneamento com diferentes escalas o qual dispõe de instrumentos de zoneamento em nível nacional, regional, de departamento, interdepartamental e especial. Neste mesmo viés, a conversão da vegetação nativa para uso alternativo do solo no Uruguai também possui incentivos, exemplo disso, são as plantações de Pinus e Eucalipto que convertem a paisagem do Pampa a partir da classificação de fertilidade do solo no território uruguaio.

Dentre os diversos temas pesquisados, apenas a proteção da vegetação nativa possui lei nos três países e o com relação ao tema, conversão da vegetação nativa para uso alternativo do solo apenas o Brasil impõe a necessidade de autorização para conversão de vegetação nativa e a obrigatoriedade da compensação.

Em função do apresentado, para a realização de um dos objetivos da pesquisa, analisaram-se as áreas protegidas instituídas em âmbito nacional e em âmbito das unidades de federação sendo província, estado e departamento que seguem as legislações mais abrangentes, implantadas em âmbito nacional. Áreas protegidas implantadas pelos órgãos municipais não foram analisadas, visto que, poderiam ocorrer confusões quanto aos conceitos e definições. Exemplos disso, são as praças municipais, que em muitos casos, os municípios consideram praças como parques municipais.

Esse pode ser um dos fatores que dificulta o alcance de metas previstas pela IUCN como a contribuição para estratégias regionais de conservação; manutenção da diversidade da paisagem e/ou habitats; perpetuação dos seus valores; gerenciamento pelo plano de manejo e por programa de monitoramento, e avaliação capazes de promover adaptações em sua gestão; instituição de sistema de governança, dentre outras. Porém, os países adotam inúmeros posicionamentos, frente os seus instrumentos de legislação ambiental, podendo ser um exemplo o caso do Brasil.

No Brasil, a terminologia de Áreas Protegidas é abrangente, compreendendo diversas categorias, como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais (RL), previstas pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012), as Unidades de Conservação (UC), definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei nº 9.985/2000), as Terras Indígenas, categoria presente no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), e os Territórios Quilombolas (Decreto nº 4.887/2003).

Já no Uruguai Lei 17.234/2000 e na Argentina Lei nº 22.351, nos sistemas nacionais são considerados o conceito de Áreas Protegidas de acordo com IUCN, porém os departamentos e as províncias são autônomas para instituir suas áreas protegidas conforme objetivo de proteção da área a ser criada, podendo ser de proteção integral ou com uso sustentável.

Dessa maneira, o quadro a seguir apresenta as áreas protegidas identificadas no território do Pampa em âmbito nacional, provincial, estadual e departamental, as quais estão vinculadas a Administração de Parques Nacionais e ao Sistema Provincial de Áreas Protegidas na Argentina; ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Brasil; e ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas no Uruguai (quadro 8).

Quadro 8 – Síntese das áreas protegidas identificadas no território do Pampa – Argentina Brasil e Uruguai. O quadro apresenta uma sequência de tipologias de Proteção Integral e Uso Sustentável.

(continua)

País: Tipologia	Áreas Protegidas do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai			
	Categoria	Nome	Município de abrangência	Área (ha)
Argentina: Proteção Integral	Parques Nacionais	<i>Esteros del Iberá</i>	Corrientes	15.500,00
		<i>Lihué Calel (RP)</i>	La Pampa	9.901,00
		<i>Mburucuyá</i>	Corrientes	17.086,00
		<i>Pre-Delta</i>	Entre Ríos	2.608,00
		<i>El Palmar</i>	Entre Ríos	8.213,00
		<i>Campos del Tuyú</i>	Buenos Aires	3.040,00
		<i>Lihué Calel</i>	La Pampa	3.250,00
			<i>Ernesto Tornquist</i>	Buenos Aires

	Parque Provincial	<i>Pereyra Iraola</i>	Buenos Aires	10.246,00
		<i>Cayastá</i>	Santa Fe	300,00
		<i>Del Medio –Los Caballos</i>	Santa Fe	2.050,00
	Reserva Natural Estricta	<i>Rincón de Santa María</i>	Corrientes	2.450,00
		<i>Rafael Aguilar</i>	Buenos Aires	1.500,00
	Reserva Natural Ecológica	<i>Laguna La Salada</i>	Santa Fe	200,00
		<i>Costanera Sur</i>	Buenos Aires	353,00
		<i>Jaaukanigás</i>	Santa Fe	492,00
		<i>Punta Rosa</i>	Buenos Aires	522,00
	Argentina: Uso Sustentável	Reserva Natural	<i>Mar Chiquita</i>	Buenos Aires
<i>Pichi Mahuida</i>			La Pampa	4.119,00
<i>Campo Salas</i>			Santa Fe	9.897,00
<i>Carpincho</i>			Entre Ríos	375,00
<i>El Gato y Lomas Limpias</i>			Entre Ríos	680,00
<i>La Yunta</i>			Corrientes	230,00
<i>Linconia</i>			Corrientes	120,00
<i>Santo Domingo</i>			Corrientes	570,00
<i>Tres Cerros</i>			Corrientes	770,00
<i>Virá – Pitá</i>			Santa Fe	615,00
<i>Otamendi</i>			Buenos Aires	4.088,00
<i>El Destino</i>			Buenos Aires	1.500,00
<i>Sierra de Tigre</i>			Buenos Aires	140,00
<i>Bahía San Blas y Bahía Anegada</i>			Buenos Aires	315,00
<i>El Estero</i>			Santa Fe	4.000,00
<i>Humedal Melincué</i>			Santa Fe	12.000,00
<i>La Humada</i>			La Pampa	5.000,00
<i>La Reforma</i>			La Pampa	5.000,00
<i>Limay Mahuida</i>			La Pampa	4.983,00
<i>General San Martín</i>			Entre Ríos	114,00
<i>Laguna Chasicó</i>			Buenos Aires	3.500,00
<i>Salitra Levalle</i>			La Pampa	9.501,00
<i>Apipé Grande</i>			Corrientes	27.500,00
<i>La Reforma</i>			La Pampa	4.975,00
<i>Laguna Guatrache</i>			La Pampa	8.500,00
<i>Isla del Sol</i>			Santa Fe	120,00
<i>La Loma del Cristal</i>			Santa Fe	150,00
<i>La Norma</i>			Santa Fe	6.170,00
<i>El Rico</i>		Santa Fe	2.600,00	
<i>Arroyo Ayui Grande</i>		Entre Ríos	346,70	
Reserva Natural com Recursos Manejados		<i>Potrero 7B (Los Quebrachales)</i>	Santa Fe	2.000,00
		<i>Parque Luro</i>	La Pampa	7.608,00
		<i>Isla Botija</i>	Buenos Aires	759,00
	<i>Isla Martín García</i>	Buenos Aires	180,00	
	<i>Selva Marginal Hudson</i>	Buenos Aires	1.200,00	
		<i>Río Luján</i>	Buenos Aires	1.000,00

	Áreas de Manejo de Habitats e/ou Espécies	<i>Aurora del Palmar</i>	Entre Ríos	1.500,00
		<i>Rincón de Ajó</i>	Buenos Aires	2.312,00
		<i>Punta Lara</i>	Buenos Aires	500,00
		<i>Bahía de Samborombón</i>	Buenos Aires	147,20
		<i>Dique Igreja Roggero</i>	Buenos Aires	668,00
	Reserva Natural Privada de Uso Múltiplo	<i>El Talar</i>	Entre Ríos	180,00
		<i>Yuquerí</i>	Entre Ríos	100,00
		<i>Don Guillermo</i>	Santa Fe	1.431,00
		<i>Buena Vista II</i>	Corrientes	650,00
		<i>La Florida II</i>	Corrientes	1.356,00
		<i>La Loca</i>	Santa Fe	2.169,00
		<i>Federico Wildermuth</i>	Santa Fe	1.300,00
		<i>Lagunas y Palmares</i>	Santa Fe	4.052,00
		<i>Delta del Paraná</i>	Buenos Aires	88.624,00
Paisagem protegida	<i>Parque Costero del Sur</i>	Buenos Aires	23.500,00	
	<i>Avayuvá</i>	Entre Ríos	215,00	
Brasil: Proteção Integral	Estação Ecológica	<i>Faro Querandí</i>	Buenos Aires	5.575,00
		Estação Ecológica do Taim	Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar	32.000,00
	Reserva Biológica	Reserva Biológica de São Donato	Itaqui e Maçambará	4.392,00
		Reserva Biológica do Ibirapuitã	Alegrete	351,42
		Reserva Biológica do Mato Grande	Arroio Grande	5.161,00
		Reserva Biológica Estadual Banhado do Maçarico	Rio Grande	6.253,00
		Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger	Porto Alegre	179,78
		Reserva Biológica Bioma Pampa	Candiota	1.044,05
	Parque Nacional	Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Mostardas e Tavares	36.721,71
	Parque Estadual	Parque Estadual do Espinilho	Barra do Quaraí	1.617,14
		Parque Estadual do Podocarpus	Encruzilhada do Sul	3.645,00
		Parque Estadual do Delta do Jacuí	Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas.	14.242,05
		Parque Estadual de Itapuã	Viamão	5.566,50
		Parque Estadual do Camaquã	Camaquã e São Lourenço do Sul	7.992,50
Refúgio da Vida Silvestre	Banhado dos Pachecos	Viamão	2.560,00	
	Molhe Leste	São José do Norte	30,00	

Brasil: Uso Sustentável	Área De Proteção Ambiental	Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí	Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas.	22.826,39
		Área de Proteção Ambiental Ibirapuitã	Alegrete e Quaraí	316.790,42
		Área de Proteção Ambiental Banhado Grande	Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha.	136.935,00
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Pontal dos Latinos	Santa Vitória do Palmar	2.992,26
	Reserva Particular Do Patrimônio Natural (RPPN)	RPPN Sítio Porto da Capela	Porto Alegre	14,00
		RPPN Recanto do Robalo	Torres	9,95
		RPPN Estância Santa Rita	Santa Vitória do Palmar	340,00
		RPPN Fazenda Caneleira	Dom Pedrito	45,00
		RPPN Fazenda Branquilha	Dom Pedrito	13,00
		RPPN Minas do Paredão	Piratini	15,00
		RPPN Capão Grande	Barra do Ribeiro;	9,00
		RPPN Chacara Sananduva	Viamão	3,00
		RPPN Costa do Serro	Porto Alegre	8,00
		RPPN Estância Santa Izabel do Butuí	São Borja	135,00
		RPPN Farroupilha	Viamão	9,98
		RPPN Fazenda Curupira	Pedro Osório.	100,20
		RPPN Fazenda das Palmas	Encruzilhada do Sul.	160,00
		RPPN Granja São Roque - Reserva do Paredão	São Francisco de Assis	140,00
		RPPN Mariana Pimentel	Mariana Pimentel	46,00
		RPPN Pontal da Barra	Pelotas	65,33
		RPPN Professor Delmar Harry dos Reis	Viamão.	10,00
		RPPN Rincão das Flores	Porto Alegre.	15,46
		RPPN Reserva dos Mananciais	Dom Pedrito.	11,11
RPPN Barba Negra		Barra do Ribeiro	2.379,445	
RPPN Fazenda Morro de Sapucaia	Sapucaia do Sul.	90,25		
Uruguai:	Parque Nacional	<i>Parque Nacional Cabo Polônio</i>	Rocha	25.820,00

Proteção Integral		<i>Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay</i>	Rio Negro	16.810,00
		<i>Parque Nacional San Miguel</i>	Rocha	1.500,00
	Monumento Natural	<i>Grutas del Palácio</i>	Flores	45,00
Uruguai: Uso Sustentável	Áreas de Manejo de Habitats/Espécies	<i>Cerro Verde</i>	Rocha	8.968,00
		<i>Laguna Garzón</i>	Maldonado	36.928,00
		<i>Rincón de Franquía</i>	Artigas	1.229,00
	Paisagem Protegida	<i>Quebrada de los Cuervos</i>	Treinta y Tres	4.413,00
		<i>Laguna de Rocha</i>	Rocha	22.000,00
		<i>Localidad Rupestre de Chamangá</i>	Flores	12.172,00
	Área Protegida com Recursos Manejados	<i>Humedales del Santa Lucía</i>	Canelones, San José, Montevideo	86.517,00
		<i>Montes del Queguay</i>	Paysandú	19.969,00
Reserva da Biosfera	<i>Valle del Lunarejo</i>	Rivera	29.286,00	

Fonte: Gabriel, 2017.

Todas as áreas protegidas identificadas no território do Pampa estão oficialmente incorporadas aos sistemas nacionais e nos sistemas oficiais das províncias argentinas, do estado do Rio Grande do Sul e dos departamentos uruguaios.

No Uruguai, por exemplo, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas possui 13 áreas ingressas oficialmente. Além disso, os departamentos podem instituir uma área de preservação natural ou reserva natural, e se tiver em conformidade com o disposto pela lei poderá ser incorporada ao sistema nacional. O sistema uruguaio possui conformidade com a lista de categorias de áreas protegidas sugeridas pela IUCN, tendo as tipologias de proteção integral e uso sustentável.

O Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Argentina contém quatro categorias de áreas protegidas, sendo elas: parques nacionais, monumentos naturais, reservas nacionais e reserva natural estrita. As províncias possuem autonomia para instituir suas áreas protegidas e nomeá-las conforme as categorias existentes em leis provinciais que devem ser mais restritivas que as leis nacionais da Argentina.

O Brasil, no que lhe concerne, possui um sistema próprio de áreas protegidas, com outras nomenclaturas e classificações, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação que dividem proteção integral e uso sustentável em 12

categorias. Especificamente as categorias aqui apresentadas são apenas as identificadas no território do Pampa gaúcho.

Identificadas as áreas e suas respectivas categorias de proteção no Pampa, realizou-se uma comparação com as categorias de proteção internacional da IUCN (quadro 9). Essa comparação buscou relacionar os objetivos de proteção de cada categoria em nível internacional (sete categorias), com as categorias das áreas protegidas identificadas no território do Pampa com diferentes nomenclaturas e objetivos de proteção.

Quadro 9 – Correspondência entre categorias de áreas protegidas encontradas no território do Pampa em âmbito dos sistemas nacionais da Argentina, Brasil e Uruguai com seus respectivos sistemas provinciais, estaduais e departamentais, e as categorias propostas pela IUCN.

Categoria IUCN		Equivalência		
		Argentina	Brasil	Uruguai
Proteção Integral	Reserva Natural Estrita	Reserva Natural Estrita	Estação Ecológica Reserva Biológica	-
	Área Natural Silvestre	Área Natural Silvestre	-	-
	Parque Nacional	Parque nacional e Parque Provincial	Parque Nacional Parque Estadual	Parque Nacional
	Monumento Natural	Monumento Natural	Refúgio de Vida Silvestre	Monumento Natural
Uso Sustentável	Áreas de manejo de habitat/ espécies	Áreas de Manejo de Habitats e/ou Espécies	Área de Relevante Interesse Ecológico Reserva Particular do Patrimônio Natural	Áreas de Manejo de Habitat e/ou Espécies
		Reserva Natural Privada de Uso Múltiplo		
	Paisagem terrestre e marinha protegidas	Paisagem Protegida	Área de Proteção Ambiental	Paisagem Protegida
	Área Protegida com recursos manejados	Reserva Natural com Recursos Manejados	-	Área Protegida com Recursos Manejados

Fonte: UICN (1994); Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP); Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC); Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP).

Elaboração: autora.

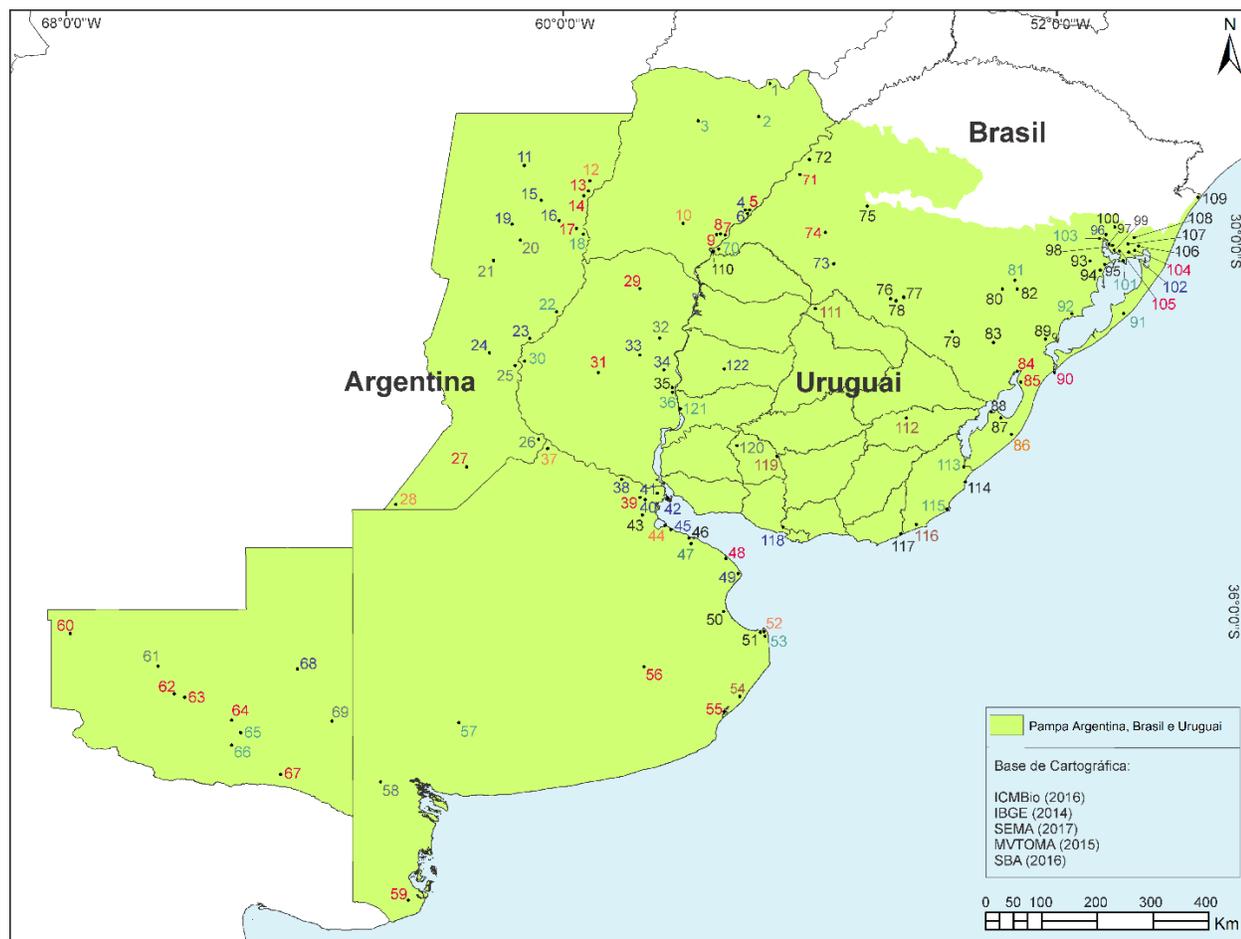
No quadro 9, observam-se as comparações feitas entre as categorias. Dentre as categorias de proteção integral, identificou-se a existência da categoria parque nacional e monumento natural nos três países. Para as categorias de Uso Sustentável, a correlação identificou a existência de duas

categorias nos três países, sendo áreas de manejo de *habitat*/ espécies e paisagem terrestre e marinha protegidas.

Uma questão importante a ser notada é a ampla diversidade de denominações adotada pelo Brasil, fator que dificulta a identificação e a classificação das diversas áreas protegidas segundo os critérios da IUCN. Os países não são obrigados a adotarem um sistema internacional de categorias, porém se isso fosse feito o manejo, o monitoramento e a promoção das áreas protegidas conforme suas funções e objetivos seriam ainda mais amparadas e resguardadas.

Através das áreas protegidas encontradas e a correlação feita entre suas categorias observa-se o mapeamento elaborado por Gabriel (2017), que espacializa as Áreas Protegidas identificadas, bem como suas respectivas categorias (figura 8).

Figura 8 – Áreas Protegidas no território do Pampa.



LEGENDA

Tipologia da IUCN:

- Reserva Natural Estrita
- Área Natural Silvestre
- Parque Nacional
- Monumento Natural
- Áreas de Manejo de Habitat/Espécies
- Paisagem Terrestre e Marinha Protegidas
- Área Protegida com Recursos Manejados

Área Protegida:

1 - Apipé Grande	22 - Cayastá	42 - Isla Martín García	62 - La Reforma (Univ)	83 - Fazenda Curupira	103 - Delta do Jacuí
2 - Iberá	23 - General San Martín	43 - Dique Igreja Roggero	63 - La Reforma	84 - Mato Grande	104 - Banhado dos Pachecos
3 - Mburucuyá	24 - Federico Wildermuth	44 - Costanera Sur	64 - Salitral Levalle	85 - Banhado do Maçarico	105 - Lami José Lutzenberger
4 - Buena Vista II	25 - El Rico	45 - Selva Marginal Hudson	65 - Lihue Calef (RP)	86 - Taim	106 - Chácara Sananduva
5 - Santo Domingo	26 - Isla del Sol	46 - Punta Lara	66 - Lihue Calef 67 - Pichi Mahuida	87 - Estância Santa Rita	107 - Farroupilha
6 - La Florida II	27 - Humedal Melincué	47 - Pereyra Iraola	68 - Parque Luro	88 - Pontal dos Latinos	108 - Prof. Delmar Harry Reis
7 - Tres Cerros	28 - Laguna la Salada	48 - El Destino	69 - Laguna Guatrache	89 - Pontal da Barra	109 - Recanto do Robalo
8 - Lincona	29 - El Gato y Lomas Limpias	49 - Parque Costero del Sur	70 - Espinihuo	90 - Molhe Leste	110 - Rincón de Franquiá
9 - La Yunta	30 - Pre-Delta	50 - Bahía de Samborombón	71 - São Donato	91 - Lagoa do Peixe	111 - Valle del Lunarejo
10 - Rincón de Santa María	31 - Carpincho	51 - Rincón de Ajó	72 - Estância Santa Isabel do Butuí	92 - Camaquã	112 - Quebrada de los Cuervos
11 - La Loca	32 - Arroyo Ayuí Grande	52 - Punta Rosa	73 - Ibirapuitã	93 - Mariana Pimentel	113 - San Miguel
12 - Jaaukanigás	33 - Yuquerí	53 - Campos del Tuyú	74 - Ibirapuitã	94 - Barba Negra	114 - Cerro Verde
13 - Campo Salas	34 - El Talar	54 - Faro Quarendí	75 - Granja São Roque	95 - Capão Grande	115 - Cabo Polônio
14 - Virá-Pitã	35 - Aurora del Palmar	55 - Mar Chiquita	76 - Fazenda Caneleira	96 - Delta do Jacuí	116 - Laguna de Rocha
15 - Los Quebrachales	36 - El Palmar	56 - Sierra de Tigre	77 - Fazenda Branquillo	97 - Sitio Porto da Capela	117 - Laguna Garzón
16 - Lagunas y Palmares	37 - Rafael Aguilar	57 - Ernesto Tornquist	78 - Reserva dos Mananciais	98 - Costa do Cerro	118 - Humedales del Santa Lucía
17 - El Estero	38 - Isla Botija	58 - Laguna Chasicó	79 - Bioma Pampa	99 - Rincón das Flores	119 - Rupestre de Chamangá
18 - Dal Medio - Los Caballos	39 - Otamendi	59 - Bahía San Blas	80 - Minas do Paredão	100 - Morro de Sapucaia	120 - Crutas del Palácio
19 - Dom Guillermo	40 - Río Luján	60 - La Humada	81 - Podocarpus	101 - Itapua	121 - Esterros de Farrapos
20 - La Loma del Cristal	41 - Delta del Paraná	61 - Limay Mahuida	82 - Fazenda das Palmas	102 - Banhado Grande	122 - Montes del Queguay
21 - La Norma					

Fonte: Gabriel, 2017.

Diante do mapeamento, realizado em trabalho anterior, foi observada a concentração de áreas protegidas em determinados lugares do Pampa e vazios em outros lugares. Em discussão

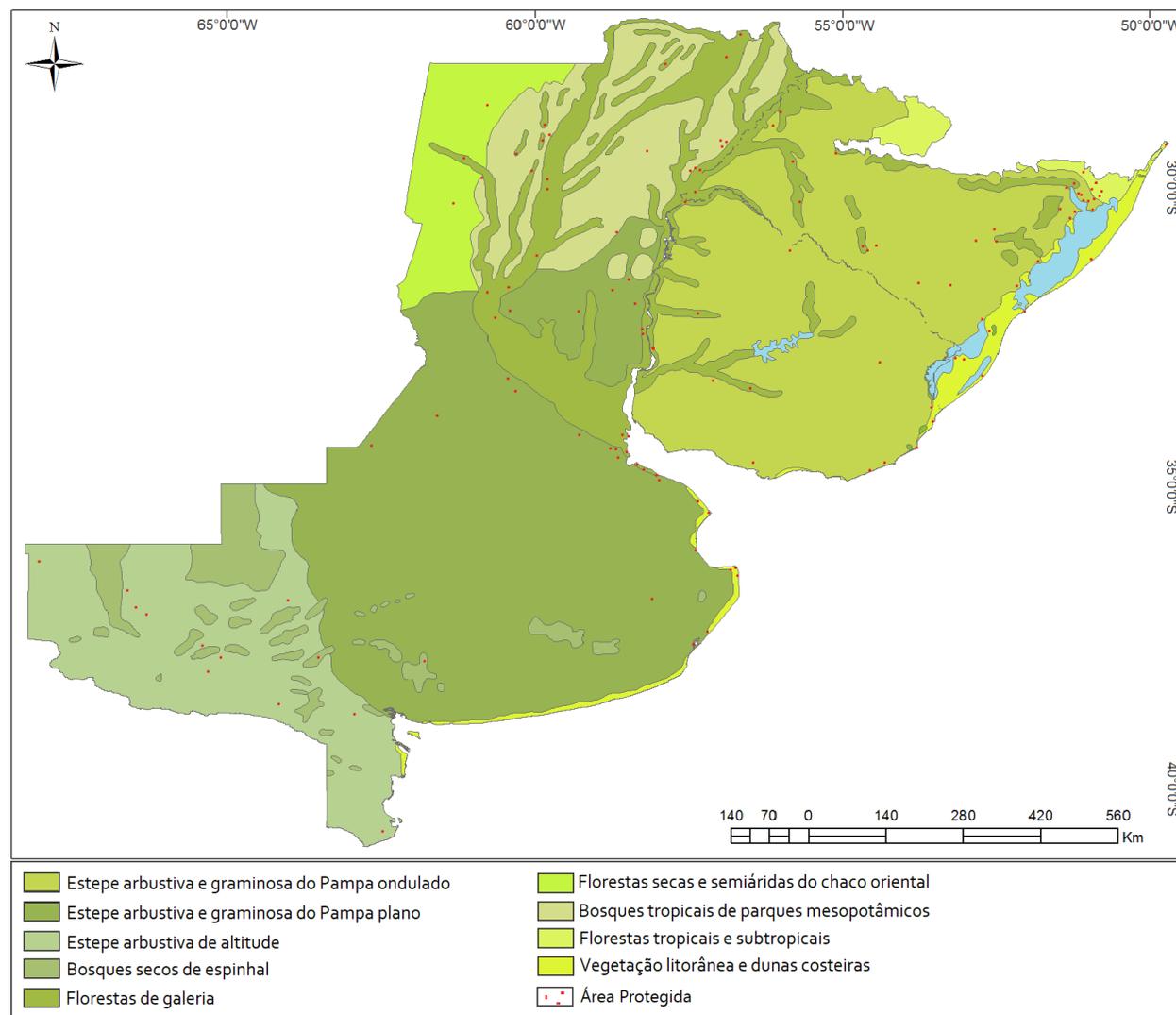
esses espaços vazios denominam-se de lacunas de proteção, sendo locais em que não se identificou área protegida de âmbito nacional, provincial, estadual e departamental.

Percebe-se que grande parte das áreas protegidas estão localizadas no litoral e nas regiões metropolitanas; no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, litoral leste do Uruguai e região metropolitana de Buenos Aires. Também localizaram-se muitas áreas protegidas no entorno do Rio Uruguai, principalmente no lado Argentino (GABRIEL, 2017).

Conforme o apresentado, o território do Pampa possui particularidades, e essas podem ser reflexo das diferentes formações vegetais. Compreender a relação de localização e concentração das áreas protegidas com a formação vegetal que à área está protegendo nos auxiliaria a compreender melhor a situação observada no mapa anterior.

Pensando nisso, elaborou-se um mapeamento (figura 9) discutindo quais são as formações vegetais que mais estão sendo conservadas pelas áreas protegidas e quais não estão e porque não estão tendo atenção necessária. A relação considerou o recorte espacial do território do Pampa e as áreas protegidas com o mapeamento de Hueck (1981), et al. Hasenack (2017) das formações vegetais da América do Sul. Deste modo, novas questões surgiram!

Figura 9 – Mapa síntese das formações vegetais e proteção através das áreas protegidas no território do Pampa.



Fonte: adaptado de HUECK (1981) et al. HASENACK (2017).

Elaboração: autora.

O mapa acima apresenta a diversidade vegetal do Pampa e as respectivas áreas protegidas. As formações vegetais que mais se destacam são: Estepe arbustiva e graminosa do Pampa plano, parte localizada na Argentina, província de Buenos Aires e parte sul da província de Entre Rios; e Estepe arbustiva e graminosa Pampa ondulado, maior parte no território do Uruguai e Rio Grande do Sul. Nestas duas formações vegetais localizam-se as denominadas lacunas de proteção, as quais identificou-se pouca ou nenhuma área protegida, supõem-se que os solos dessas lacunas de proteção estejam sendo ocupados por monoculturas, grande parte pela monocultura da soja.

Especificamente a formação vegetal estepes arbustivas de altitude caracterizada pela transição entre baixas altitudes (560 metros) e grandes altitudes (1.067 metros) e bosques secos de espinhal localizam-se na província argentina de La Pampa, em especial essa vegetação pode ser considerada como vegetação “pé” da cordilheira dos Andes. A vegetação denominada Florestas secas e semiáridas do chaco oriental localiza-se na província Argentina de Santa Fé, região noroeste do território do Pampa.

Sobre a formação vegetal que se caracteriza como a conectora de algumas outras formações, a floresta de galeria está relacionada a outros tipos de vegetações associados a rios, córregos, áreas alagadas e banhados. Essa vegetação é conhecida no Brasil como mata ciliar ou mata galeria, protege o rio da Prata em todo o seu leito, no território do Pampa abrange as províncias de Corrientes, Santa Fé, Entre Rios e Buenos Aires e permeia rios no Uruguai e no Rio Grande do Sul.

A formação de bosques tropicais e parques mesopotâmicos abrangem parte da província de Corrientes, Santa Fé e norte da província de Entre Rios. Essa paisagem é caracterizada por áreas de vegetação tropical úmida com grandes áreas de banhados e lagos que são resguardados por extensas áreas protegidas. Já as Florestas tropicais e subtropicais localizam-se na transição entre bioma Mata Atlântica e Pampa no Rio Grande do Sul, parte sul do Brasil.

A vegetação litorânea e dunas costeiras, encontram-se nas planícies da costa do atlântico, essa vegetação tipicamente litorânea conta com grandes extensões de terras que contornam a planície costeira do Rio Grande do Sul, partes do Uruguai e Argentina. De todas as áreas protegidas identificadas nessas faixas litorâneas as que mais se destacam são as de proteção integral e a vegetação relacionada a recursos hídricos, sendo próximo de água doce ou salgada.

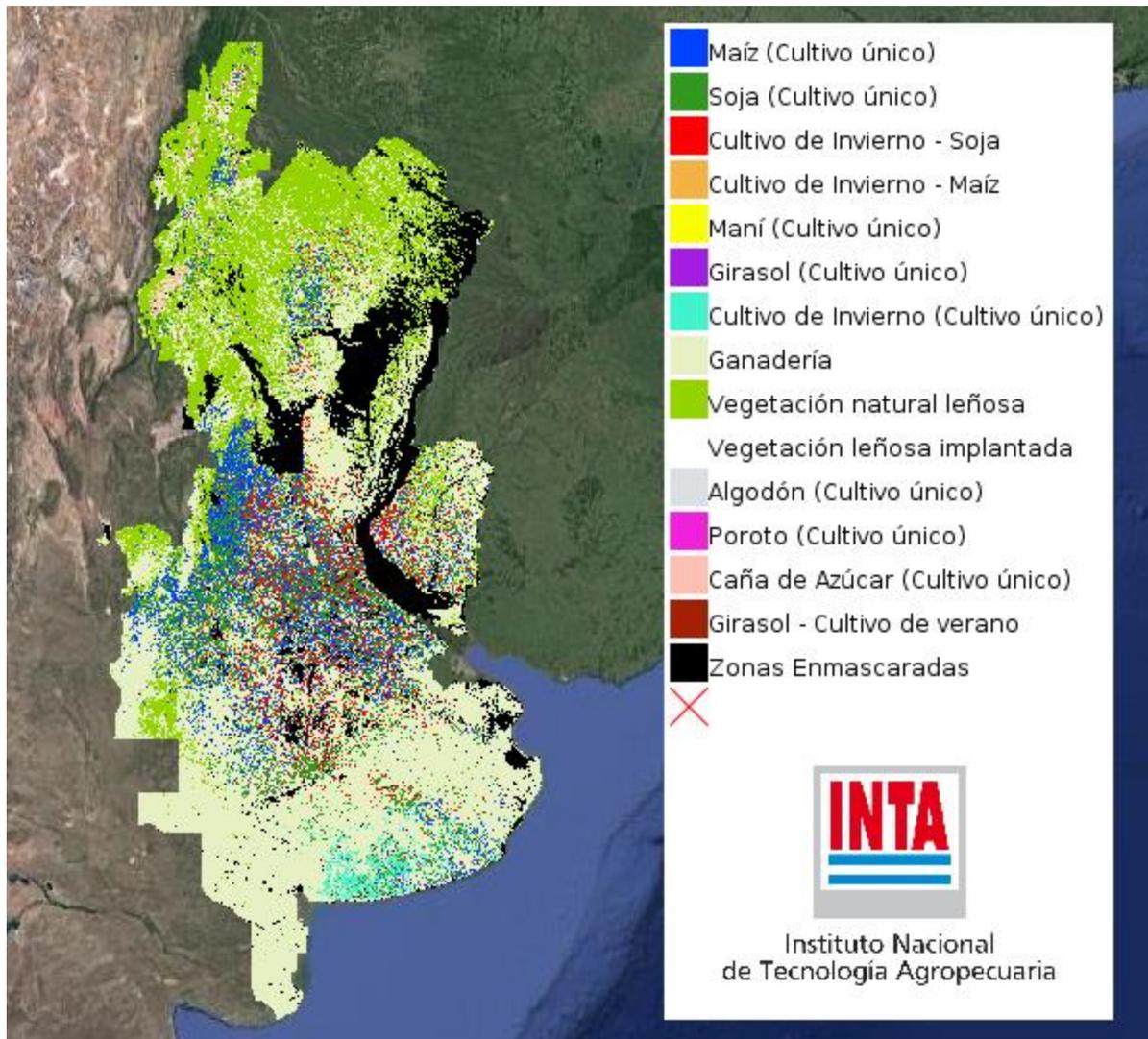
De todas as formações vegetais analisadas percebe-se que a formação de floresta de galeria associadas a rios e áreas alagadas é a que mais se destaca em proteção. Isso se justifica pela falsa ideia de que áreas de florestas possuem relevância para conservação e o caso do Pampa não possuir florestas, conseqüentemente não possui desmatamento. Este é um pensamento equivocado, pois os campos do Pampa são de extrema importância e estão sofrendo supressão da vegetação nativa quando campos são convertidos em lavouras de soja, plantações de pinus e eucalipto.

Observa-se que as regiões de estepe arbustiva e graminosa do pampa plano na Argentina, porção sul da província de Entre Rios e Santa Fé, e da região de estepe arbustiva e graminosa do pampa ondulado em áreas do norte e oeste do território do Uruguai e partes norte e leste do Pampa gaúcho são os mais ameaçados, pois é nessas áreas que existem as denominadas terras férteis de

todo o território do Pampa sul-americano. Regiões que apresentam pouca representatividade em relação à proteção.

Para compreender melhor o uso e ocupação das lacunas de proteção identificadas no território do Pampa foi utilizado mapeamentos disponibilizados. Na Argentina o mapeamento de uso e ocupação da terra é realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). Esse mapeamento apresenta um mapa das principais regiões agrícolas da Argentina para os anos 2018/2019. Através de levantamentos de campo e classificações supervisionadas, foi gerado o mapa com resolução de 30 metros que descreve a presença dos principais usos e ocupação da terra em alguns locais da Argentina que o Pampa faz parte (figura 10).

Figura 10 – Mapeamento de uso e ocupação da terra nas principais regiões agrícolas da Argentina, ano de 2018.



Fonte: Abelleira D, Bancharo S, Verón S, Mosciaro J, Volante J. 2019. National Crop Map for 2018/2019 season. Coleção 1. Versão 1. Relatório. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), Argentina.

Esse mapeamento apresenta as principais regiões agrícolas da Argentina. Sendo observadas as províncias de Entre Rios, Santa Fé e Buenos Aires mapeadas como abrangentes de Pampa e com um grande interesse do neoeextrativismo.

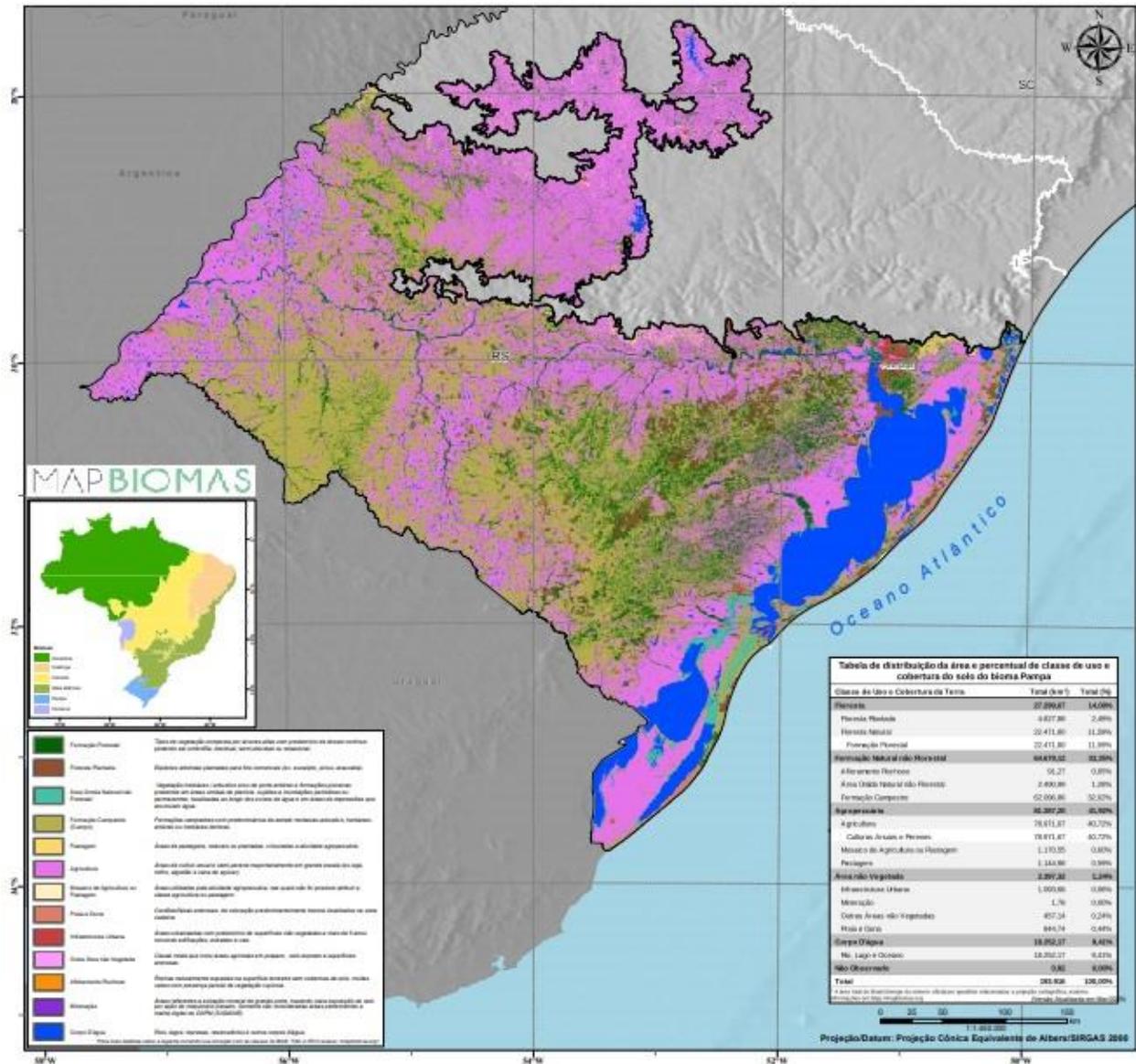
Percebe-se que as áreas de banhado ou áreas úmidas são as mesmas áreas que possuem proteção. O mesmo acontece com vegetação florestal que apresenta pouca representatividade nas províncias que abrange o estudo. Já era esperado identificar no mapeamento monoculturas de soja

e plantações de eucalipto e pinus, mas foi identificado uma grande área com produção de milho e outras culturas temporárias.

Salienta-se que as lacunas de proteção identificadas na província de Buenos Aires são pela produção de monoculturas já citadas e observadas no mapa e pela pecuária extensiva. Apesar de remanescentes de vegetação nativa de Pampa estarem sendo suprimidas é nesta província que a pecuária extensiva mantém os campos característicos de Pampa, diminuindo a conversão, impulsionando e garantindo uma cultura local.

Já no território brasileiro, no estado do Rio Grande do Sul, apresenta-se o projeto MAPBIOMAS, que monitora a cobertura de uso do solo do Brasil e envolve uma rede de especialistas sobre biomas, usos da terra, sensoriamento remoto e SIG. Esse mapeamento apresenta uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil a partir do ano de 1985, com resolução espacial de 30x30 metros e em escala de 1:250.000 do IBGE (figura 11).

Figura 11 – Mapeamento de uso da terra e cobertura vegetal do Pampa gaúcho no ano de 2018.



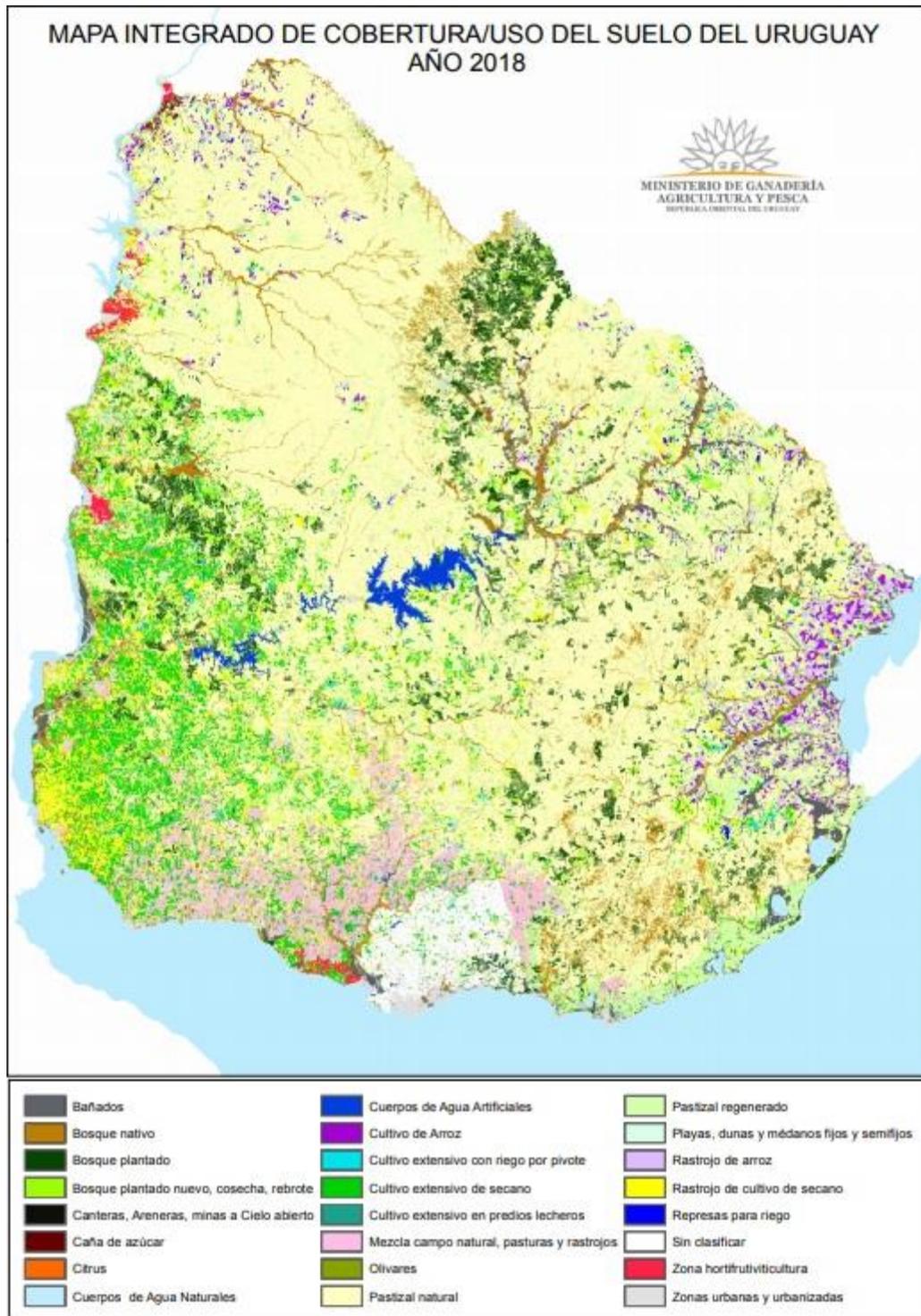
Fonte: adaptado de MAPBiomias.

No Pampa gaúcho percebe-se remanescentes de vegetação nativa na região que localizam-se os municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, Bagé, Piratini, Dom Pedrito, entre outros. Nesta região observam-se as lacunas de proteção que em determinadas áreas possui uma intensa atividade agrícola e em outras áreas remanescentes de vegetação nativa. Diante do contexto geológico desses municípios a proposta Geoparque na região de Caçapava do Sul (BORBA, 2017), fica cada vez mais consistente.

Enquanto isso, em outra região está consolidada a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, que através do plano de manejo faz a gestão do território possuindo uma das áreas de remanescentes de vegetação nativa mais preservadas de Pampa.

O mapeamento integrado de cobertura e uso da terra do Uruguai foi realizado em 2018, em escala 1:100.000, gerado a partir do processamento digital de imagens do satélite LANDSAT 5 TM, com o uso da metodologia *Land Cover Classification System (LCCS) da Global Land Cover Network (GLCN)* da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O qual foi desenvolvido pela Direção Geral de Recursos Naturais Renováveis (RENARE) do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP), a Direção Nacional do Meio Ambiente (DINAMA) e a Direção Nacional de Ordenamento do Território (DINOT) do Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Ambiente (MVOTMA) (Figura 12).

Figura 12 – Mapeamento integrado de uso da terra e cobertura vegetal do território uruguaio no ano de 2018.



Fonte: *Ministério Ganaderia Agricultura Pesca.*

No mapeamento do território uruguaio os remanescentes de vegetação nativa, plantações de áreas de florestas, principalmente por pinus e eucaliptos, e monoculturas de soja e demais cereais são identificados nas lacunas de proteção. O Uruguai, assim como Argentina e Brasil sofrem com relação à conversão dos campos do Pampa e a exploração dos recursos naturais geram problemas socioambientais significativos.

Dessa forma, os mapeamentos de uso da terra e cobertura vegetal apresentados compartilham semelhanças entre si quanto as lacunas de proteção. Em outras palavras, a conservação de remanescentes de vegetação do Pampa é muito delicada, gradualmente o neoextrativismo transforma os campos que ainda estão resistindo.

Por outro lado, apesar da concentração de áreas protegidas em determinadas regiões do território do Pampa, estas áreas são extremamente significativas, pois conservam diferentes ambientes com diferentes formações vegetais como apresentado no mapeamento. Percebe-se, também, que cada área protegida tem o seu histórico de conservação e que não adianta ser de grande extensão se não cumprir efetivamente seu objetivo de preservação e tão menos ser pequena e sua extensão não for o suficiente para proteger o ecossistema todo.

Nas mais variadas condições da área de estudo, sendo ela pela extensão territorial do Pampa, diferentes órgãos de gestão dos países, e, principalmente, as distintas categorias de áreas protegidas encontradas, incluindo as diferentes formações de vegetação do Pampa, nasce uma curiosidade ainda maior: as áreas protegidas do Pampa – Argentina, Brasil e Uruguai apresentam alguma semelhança entre seus planos de manejo apesar de estarem sob jurisdições diferentes? Partiu descobrir!

5.2 A PROTEÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DOS PARQUES

As áreas protegidas de tipologia proteção integral são criadas mediante regulamentação específica que pode transformar o território e a vida das populações locais e tradicionais. A proteção integral possui objetivos restritos quanto ao uso da área e nela é permitida a utilização indireta do patrimônio natural, dada ênfase à proteção dos ecossistemas presentes no interior da área protegida, sejam eles de flora e/ou fauna. Por outro lado, é permitido o uso da área para pesquisas científicas, visitas e para fins de educação e recreação, momentos em que a sociedade é integrada e passa a ter contato direto com a natureza.

Neste viés, torna-se imprescindível para o território do pampa discussões a partir da proteção integral, visto que esta tipologia é a mais adequada para analisar a efetividade de gestão e manejo de áreas protegidas nos três países com jurisdições diferentes.

Dessa forma, diante de todas as categorias identificadas e não desconsiderando a importância de todas elas para a conservação socioambiental do Pampa a tipologia de proteção integral na categoria Parque Nacional foi selecionada para o estudo. Ela contempla objetivos mais restritivos de preservação, é a categoria mais antiga na proteção ambiental, é reconhecida e definida internacionalmente como categoria Parque e diante de todas as categorias encontradas percebe-se que a categoria Parque está presente em todos os territórios administrativos do Pampa, o que possibilita uma análise comparativa.

Por isso, diante do exposto, percebe-se que há uma grande necessidade de analisar às áreas de proteção integral, independentemente de sua localização geográfica, mas sim, considerando a efetividade de seus objetivos de conservação do ecossistema a qual está inserida. A categoria Parque é descrita pela UICN (1994) como sendo uma “área de manejo voltada principalmente para a conservação do ecossistema e para funções científicas e de recreação”.

Somam-se 64 áreas de proteção integral no Pampa, deste total 20 são Parques. Consideram-se Parques instituídos em nível nacional, provincial e estadual conforme identificado e de acordo com o conceito da UICN. São 11 parques na Argentina, 6 no Brasil e 3 no Uruguai.

Para a seleção das áreas protegidas levou-se em consideração o Plano de Manejo, um documento que determina a gestão e o manejo dos Parques. A necessidade de se conhecer o plano de manejo é de grande importância, pois eles possuem informações específicas sobre cada Parque, como objetivos e diretrizes, assim as informações auxiliaram no processo de discussão para a real situação da efetividade de manejo das áreas.

Neste caso, o Parque Nacional *Campos del Tuyú* no território da Argentina, o Parque Estadual do Espinilho no território brasileiro e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Rio* Uruguai no território Uruguai são os Parques escolhidos para a presente análise (figura 13).

Figura 13 – Mapa de localização do Parque Nacional *Campos del Tuyú*, Parque Estadual do Espinilho e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos Islas del Rio Uruguay*.



Elaboração: autora.

5.2.1 Parque Nacional *Campos del Tuyú*

Localizada na província de Buenos Aires, na Baía de Samborombon, cidade autônoma de Buenos Aires, o parque tem uma área total de 3.040 hectares, a qual protege uma amostra do Pampa e suas belas paisagens, representada pelas pastagens temperadas que fitogeograficamente foram classificadas como pastagens do Rio da Prata por Soriano et al. (1992), com sua fauna associada, seus processos e seus relacionamentos territoriais.

O Parque foi criado em 1979 como reserva e em 2007 foi doado para a Administração de Parques Nacionais da Argentina e passou a ser Parque. Possui como objetivo conservar os campos do Pampa e um animal característico desses campos, o cervo dos Pampas. Atualmente o Parque

está sendo incorporado à categoria de Parque Nacional no Sistema de Áreas Protegidas Nacionais da República Argentina, sob a proteção da Administração de Parques Nacionais.

A região do Parque é considerada uma prioridade de alta nível da América do Sul e na Argentina (Dinerstein et al., 1995). Especificamente os campos do Pampa representados no Parque Nacional *Campos del Tuyu*, não estão protegidos em nenhuma outra unidade nacional de conservação, ou seja, todas as características encontradas nesta área não será encontrada em nenhum outro lugar ou área protegida na Argentina.

O Parque é reconhecido tanto nacional como internacionalmente, pois possui o valor de áreas de zonas úmidas reconhecidas como sítios Ramsar, os quais auxiliam na conservação de aves e da biodiversidade na Argentina, o que tem recebido especial relevância como relíquia para proteger e conservar o cervo dos pampas um mamífero nativo em risco de extinção (MINARRO, 2013) (figura 14).

Figura. 14 – Paisagem do Parque Nacional *Campos del Tuyu*, nela o Cervo do Pampa animal símbolo e objetivo da conservação.



Fonte: Parques Nacionais da Argentina.

5.2.2 Parque Estadual do Espinilho

Situado no extremo oeste do Rio Grande do Sul, no município de Barra do Quaraí, às margens da rodovia federal BR-472, entre os km 63 e 65, sentido Uruguaiana/Barra do Quaraí, o Parque Estadual do Espinilho encontra-se a aproximadamente 6 km do centro do município e 70 km do município de Uruguaiana, com limite entre a Argentina e o Uruguai, em área de tríplice fronteira. O Parque, atualmente possui uma área para 1.617,14 hectares, que foi ampliado através do Decreto nº 41.440, de 28 de fevereiro de 2002, com a intenção de contemplar a maior parte da micro bacia e do leito do arroio Quaraí Chico, bem como preservar a diversidade de ambientes existentes (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A efetiva implantação do Parque Estadual teve início com a aplicação de recursos advindos da compensação ambiental pela construção da Usina Termoelétrica em Uruguaiana, pertencente à empresa AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., no ano de 2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2009). Ainda segundo o plano de manejo do Parque, a referida compensação ambiental fez parte das obrigações legais para a obtenção dos licenciamentos do empreendimento citado.

A partir de avaliações efetuadas durante a elaboração do Diagnóstico Ambiental da Micro bacia do Arroio Quaraí-Chico, foram elencadas as áreas de maior importância para a conservação deste ecossistema que é testemunha a influência do Chaco semiárido na vegetação do sul do Brasil, que nas condições mais frias e secas do passado pode ter sido ainda mais acentuada (MAHLER JUNIOR, 2016).

O Parque do Espinilho, está vinculado ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA/RS). Apesar de o Parque Estadual do Espinilho ser instituído e administrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, ele possui as mesmas características necessárias de categoria de Parques. A categoria Parque Estadual segue a mesma regra da categoria Parque Nacional, instituídos em âmbito federal.

Quanto à denominação “Espinilho”, segundo o plano de manejo do Parque, faz-se uma referência à amplitude do tipo de formação vegetal ocorrente na denominada *Provincia Espinal*, a qual “se estende do nordeste da Argentina ao sul da Provincia de Buenos Aires, formando um grande arco que contorna o limite ocidental do Pampa” (BENCKE, 2016, p. 6), avançando para o território brasileiro apenas na região onde se localiza o município de Barra do Quaraí/RS, onde, atualmente, apenas uma área restrita, junto às nascentes do arroio Quaraí-Chico, permanecem com sua fisionomia natural (BENCKE, 2016) (figura 15).

Figura 15 – Paisagem do Parque Estadual do Espinilho, objetivo de conservar a formação vegetal *Prosópis affinis* (inhanduvaí) e a *Acácia caven* (espinilho).



Fonte: autora. Trabalho de campo, novembro de 2018.

5.2.3 Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Rio Uruguai*

Localizado no oeste da República Oriental do Uruguai, no departamento de Rio Negro, as margens do Rio Uruguai, a área protegida em sua extensão total abarca desde a cidade de Concepción (no lado argentino), a localidade de San Javier, incluindo a zona úmida que atravessa a margem do rio Uruguai e estendendo-se por ambas as margens até a altura da cidade de Fray Bentos.

O Parque possui uma área delimitada que abrange uma superfície de 16.810,00 hectares. Um dos principais elementos dessa área é o que se trata de uma das poucas áreas novas inseridas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) do Uruguai no ano de 2008, que por sua vez está integrada ao *Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*.

Apesar de sua incorporação tardia ao SNAP, o Parque *Esteros del Farrapos*⁶ têm grande relevância ecológica e beleza cênica, e pode ser caracterizada como uma zona úmida com ilhas fluviais, a qual é formalmente reconhecida internacionalmente como área de sítio Ramsar em 2004.

O interesse na conservação desses esteiros é devido ao seu caráter de representatividade das zonas úmidas como zonas transicionais entre áreas tropicais e úmidas, seu papel na regulação hidrológica do rio Uruguai e o seu caráter transfronteiriço, no caso com a Argentina, além de uma série de espécies particulares de flora e fauna (SANTOS, 2011).

Nesse contexto, o Parque abrange uma área importante da bacia hidrográfica do esteros de Farrapos que engloba 14 cursos de água que fluem diretamente para o rio Uruguai, tornando-se o principal elo entre o rio e o planalto seriamente ameaçado pelas monoculturas. O parque possui entre suas características, os estuários, canais fluviais, ilhas sedimentares, zonas úmidas, pradarias, matas ciliares e campos naturais (figura 16).

Figura 16 – Conservar a biodiversidade com articulação das atividades produtivas sustentáveis.



Fonte: PROJETO SNAP.

⁶ Os *Esteros de Farrapos* em português significa estuário de farrapos, a área recebeu esse nome em função de uma lenda histórica, que diz que os *Esteros del Farrapos* era o suposto ponto de chegada de alguns soldados brasileiros derrotados na Revolução Farroupilha que terminou em 1845. Porém, existe outra versão, a que acredita-se ser a mais provável. A verdade é que em algum momento as terras foram compradas por um francês que colocou como administrador um português, e que ao ver os banhados teria dito decepcionado: “Estamos em farrapos”. O que é igual a “estamos em trapos”.

Os parques possuem em comum a conservação do ecossistema do Pampa e Planos de Manejo que estão analisados posteriormente. As características gerais apresentadas no quadro 10 são as descritas neste subcapítulo.

5.3 ESTRUTURA DOS PLANOS DE MANEJO DOS PARQUES

Dentre as metodologias de avaliação da efetividade de manejo em áreas protegidas estudadas, optou-se pela elaboração de uma metodologia própria a fim de conhecer e avaliar as condições de gestão e manejo dos três parques: Parque Nacional Campos *del Tuyú* – Argentina, Parque Estadual do Espinilho – Brasil e Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* – Uruguai.

Observadas as estruturas de metodologias utilizadas internacionalmente e no Brasil para avaliação da efetividade de manejo, criou-se uma sequência para o levantamento de informações. Portanto, foram descritas separadamente as características gerais de cada Parque, a estrutura de gestão e manejo de cada parque e elaborado um questionário para serem aplicados em gestores(as) dos parques em estudo.

As informações a seguir, quadro 10, foram obtidas através do plano de manejo, principal instrumento de gestão e manejo dos Parques.

Quadro 10 – Síntese das características gerais e estrutura de gestão e manejo dos Parques em estudo.

(continua)

	Dados	Parque Nacional <i>Campos del Tuyú</i>	Parque Estadual do Espinilho	Parque Nacional <i>Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay</i>
CARACTERÍSTICAS GERAIS	Pais	Argentina	Brasil	Uruguai
	Administração	Federal	Estadual	Federal
	Sistema hierárquico administrativo	Administração de Parques Nacionais; Fundação Vida Silvestre Argentina	Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Sistema Estadual de Unidades de Conservação	Direção Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional del Áreas Protegidas
	Localização do Parque	Província de Buenos Aires, município de General Lavalle	Estado do Rio Grande do Sul,	Departamento de Rio Negro, municípios de San

			município de Barra do Quaraí	Javier e Nuevo Berlín
	Ano de criação	2007	1975	2008
	Legislação	Lei 22.351 de Parques Nacionais.	Decreto Estadual nº 23.798 e Decreto Estadual Nº 41.440.	Lei 17.234
	Categoria	Parque Nacional	Parque Estadual	Parque Nacional
	Objetivo do Parque	Conservar uma porção dos Campos do Pampa e uma espécie características, o Cervo do pampa.	Conservar a formação vegetal Prosopis affinis (inhanduvaí) e a Acácia caven (espinilho).	Conservar a biodiversidade com articulação das atividades produtivas sustentáveis.
	Superfície	3.040 hectares	1.617,14 hectares	16.810,00 hectares
CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS PLANOS DE MANEJO	Plano de Manejo	Possui	Possui	Possui
	Ano de elaboração do Plano de Manejo	2008	2009	2014
	Plano de gestão	2018-2023	Não Possui	Não possui
	Conselho consultivo	Não possui	Criado em 2017	Em discussão desde 2010
	Zoneamento	Possui	Possui	Possui
	Corredor ecológico	Não	Projeto em construção	Não
	Ligação entre outras áreas protegidas	Possui ligação	Possui projeto de ligação com área protegida no Uruguai	Possui ligação
	Cercado	Possui	Possui	Possui
	Mapeamento de limites	Possui	Possui	Possui
	Vias de acesso	Possui	Possui	Possui
	Trilhas	Não possui	Possui	Possui
	Sinalização	Possui	Possui	Possui
	Vigilância	Possui	Possui	Possui
	Veículo	Possui	Possui	Possui
	Equipe de segurança	Não possui	Não possui	Não possui
	Brigada de incêndio	Não possui	Não possui	Não possui
	Normas de visitação	Não possui acesso a visitação	Possui	Não possui normas de visitação
	Controle de entrada	Possui	Possui	-
	Residentes	Não possui	Não Possui	Possui
	Criação de animais	Não possui	Não Possui	Possui
Fundo rotativo	-	-	-	
Sede administrativa	Possui	Possui	Possui	
Banheiros	Possui	Possui	Possui	
Dormitórios	Não possui	Não possui	Não possui	

Fonte: plano de manejo do Parque Nacional *Campos del Tuyú*; plano de manejo do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*; plano de manejo do Parque Estadual do Espinilho.

Elaboração: autora.

Considerando a proposta da pesquisa, todo cenário descrito na tabela acima foi possível com a leitura dos Planos de Manejo, acessos às páginas *online* que contêm informações de cada Parque, redes sociais que fazem a promoção e divulgação de informações dos Parques e as respostas dos questionários. Vale ressaltar que para pesquisas científicas em Geografia é de grande importância os trabalhos de campo, pois são eles que irão, em muitos casos, tornar possível a obtenção de resultados.

Quanto a aplicação do questionário, identificaram-se meios de contato para com o gestor(a) dos Parques, sendo através de endereço eletrônico, *sites* oficiais dos órgãos de administração de áreas protegidas e até mesmo páginas *online* de rede social (*Facebook*). Encaminhou-se o questionário para todos os meios de contato possível, mas infelizmente, apenas ocorreu o retorno do Gestor do Parque Estadual do Espinilho no Brasil. Apesar das diversas tentativas de contato para aplicação do questionário com os outros dois Parques, entende-se o fato de não consegui-las. Em muitos casos as informações são sigilosas e por ser uma pesquisa oriunda de outra nação as informações são ainda menos acessíveis.

Como não foi possível aplicar o questionário para com os gestores(as) dos Parques na Argentina e no Uruguai, procurou-se discutir algumas das questões a partir da análise dos próprios planos de manejo e sites oficiais de cada Parque. Diante dos planos de manejo e dos cenários encontrados, foi realizado uma síntese de alguns dados encontrados na caracterização do manejo e gestão dos Parques. A partir desses dados e junto das respostas do questionário foi possível elencar parâmetros para analisar e discutir a efetividade de cada Parque na conservação do Pampa.

O primeiro parâmetro analisado é o do Processo de Criação das Áreas Protegidas, na qual a pesquisa possibilitou constatar que os três Parques possuem lei de criação, dois deles estão atualmente regularizados e finalizados, sendo o Parque Estadual do Espinilho e Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*. E, o Parque Nacional *Campos del Tuyú* está com o processo de implantação incompleto, mas funciona normalmente perante as legislações e normativas de Parque na Argentina.

Visto que uma área protegida necessita de discussões para conservação de ambientes e lei específica para seu processo de criação, a primeira pergunta foi: como são criadas as Área Protegidas de Proteção Integral? A resposta do gestor foi: através de lei federal 9.985/2000 e regulamento específico conforme o tipo de proteção, categoria, recursos e valores alvos da conservação.

Analisando ainda o primeiro parâmetro da pesquisa, a segunda pergunta do questionário envolve o seguinte: como são escolhidos os locais? Como é definido o tamanho e o tipo da área? A resposta do gestor: A política pública de conservação é resultado de esforços técnicos de delimitação de áreas prioritárias, com participação de entidades do meio científico e sociedade civil, existem relatórios e produtos que indicam áreas prioritárias para conservação. Estas áreas devem ser de especial interesse, com relevância ecológica que justifique planejamento especial de proteção da conservação.

Nestes casos, em análise dos planos de manejo e de acordo o questionário os três parques possuem embasamento teórico para justificativas de suas respectivas áreas de proteção e possuem instrumento normativo de criação, ou seja, cada Parque possui lei específica de criação. Entende-se que para esse parâmetro o simples fato dos Parques existirem em lei e possuírem uma área geográfica localizada já estão cumprindo efetivamente com seu papel de conservação do Pampa.

Os seguintes dados analisados foram considerados como parâmetros administrativos de cada Parque, sendo eles: sede administrativa e gestor de parque, os três parques possuem sede e gestor; no questionário foi perguntado se o parque apresenta quadro suficiente de servidores e qual qualificação possui para as atividades de gestão e manejo do parque? A resposta foi que o Parque Estadual do Espinilho possui apenas dois servidores que não são suficientes para atender todas as necessidades do parque, destes dois, um é gestor. Quanto a qualificação dos servidores(as) e gestores(as) dos três parques em análise se desconhece.

Outra questão neste mesmo parâmetro foi: qual é a estrutura atual do Parque? É satisfatória? O que falta? De acordo com a resposta do gestor a estrutura existente carece de reformas e não é satisfatória para recepção de visitantes. Ele ainda escreveu que estão encaminhando um projeto de construção de um pequeno centro de visitantes com banheiros no Parque do Espinilho.

Com relação ao Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* não foi possível identificar estrutura para centro de visitação, mas é importante deixar claro que o parque possui acesso à visitação e práticas esportivas na área. Essas informações foram obtidas através do site oficial do parque que disponibiliza imagens e até mesmo propagandas de convites para visitação e acesso ao parque.

Quanto ao Parque Nacional *Campos del Tuyú* não foi possível identificar estruturas para centros de visitação, até porque o parque ainda não possui acesso à visitação, de acordo com o *site*

oficial do parque é permitida apenas a entrada de pessoas autorizadas para pesquisa científica na área.

No questionário foi perguntado: como é o procedimento de visitação no Parque? Existem normas? A resposta do gestor do parque Estadual do Espinilho foi a seguinte: o uso público indireto de visitação não possui regularidade, não tem visitação com dias fixos e horários pré-definidos. A visitação ocorre sobre demanda de grupos com propósitos de contemplação da paisagem e principalmente observação de aves raras e endêmicas. Ainda escreveu que é necessário agendar com uns 12 dias de antecedência a visita ao parque.

Foi analisado a delimitação física e o cercamento completo da área de cada Parque, também, através do questionário foi perguntado o seguinte: há criação de animais e/ou residentes nas áreas de parque? Quanto a delimitação os três parques possuem delimitação geográfica mapeada e impressa em seus planos de manejo, bem como disponíveis em *shapefiles* para visualização e uso.

Quanto ao cercamento todos eles possuem, mas existem diferenças entre eles que são apresentadas a seguir: o Parque Nacional *Campos del Tuyú* de acordo com seu plano de manejo possui cercamento total da área, mas pelo observado o parque possui algumas pesquisas científicas que possibilitam a entrada e/ou permanência de animais como bovinos na área do parque.

Já o Parque Estadual do Espinilho conforme a resposta do gestor, o parque possui cercamento e não tem criação de animais em sua área oficialmente regularizada. Além disso, o Parque Estadual do Espinilho possui processo de ampliação e áreas que ainda não foram oficialmente regularizadas e nessas áreas existe a criação de animais.

No Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* foi possível observar a presença de residentes e a criação de animais na área do parque. Com relação a moradores dentro do parque não foi possível identificar regras, mas com relação à criação de animais, sendo eles bovinos, existem regras específicas descritas no plano de manejo.

Na análise foi possível perceber que diante do processo de ampliação das áreas dos parques, os três possuem processos de ampliação e estão em fase de regularização fundiária. Também é importante ressaltar que a Categoria Parque, na tipologia de Proteção Integral não permite o acesso de qualquer animal doméstico e/ou que fuja da naturalidade do ambiente a ser preservado. Ou seja, neste caso são proibidas a entrada e permanência de animais. Chama-se a atenção para isso porque dos três parques, dois, sendo o Parques Nacional *Campos del Tuyú* e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* possuem animais como bovinos na área do parque.

Foi analisado também no plano de manejo de cada Parque dados como: sinalização, vigilância, veículos, equipe de segurança, brigada de incêndio. Identificou-se que todos possuem placas de sinalização e identificação dos parques, possuem vigilância diária e veículos para fiscalização da área dos Parques contra eventos indesejados. Quanto a equipe de segurança e brigada de incêndio os três Parques não possuem nenhuma dessas equipes efetivamente completa.

Por questionário elaborou-se a seguinte questão: há previsão e programação de atividades para fiscalização, prevenção e combate a incêndio, manutenção e vigilância do Parque? São cumpridas sempre? A resposta do gestor do Parque Estadual do Espinilho foi: fiscalização/monitoramento é planejado e executado com padrão fixo anual e adaptações sazonais ou por ocasiões. Existem rotas fixas e procedimento de monitoramento diário que visam prevenir acessos indevidos no Parque e contenção inicial de focos de incêndio.

Nesta mesma proposta de análise para parâmetro administrativo elaboraram-se alguns questionamentos que não são possíveis de resposta através de análise dos planos de manejo, são apenas respondidos pelo gestor(a) dos Parques. Os questionamentos são os seguintes: como os resultados obtidos com a criação, implantação e gestão do Parque são avaliados? A resposta do gestor foi a seguinte: existem avaliações técnicas periódicas e instrumentos internos de avaliação com direcionamento de ações voltados para os objetivos de criação do Parque.

Outra questão tem relação com a sociedade civil e questiona-se: como é a participação local na gestão do Parque Estadual (prefeitura, ONGs, proprietários vizinhos, etc.)? Tem representante nos conselhos gestores? A resposta do gestor foi a seguinte: A participação ainda é precária. O conselho não está publicado. Os proprietários vizinhos possuem boa participação na gestão do território, existem acordos de usos de benefício mútuo.

Destaca-se nesta análise a presença de um Plano de Gestão formalizado para os anos de 2018 a 2023 para o Parque Nacional *Campos del Tuyu*, mas não se sabe se este é formalmente utilizado em prática. Um dos pontos positivos para efetividade de manejo em áreas protegidas é a existências de planos de gestão que traçam metas para médios e longos prazos.

Para os parâmetros ambientais foi analisado a influência direta e/ou indireta dos Parques com outras áreas protegidas. Portanto, os próximos dados analisados foram obtidos através do questionário e plano de manejo, sendo a primeira questão: as Unidades de Conservação são interligadas por corredores ecológicos? Como é definido o tamanho? A resposta do gestor do Parque Estadual do Espinilho: Corredor ecológico é condição natural e/ou restauração de conexões

viáveis para fluxo da fauna e flora nos fragmentos dos ambientes que precisam ser conservados. Corredor ecológico também é ferramenta de gestão de áreas naturais e são definidos tecnicamente valorizando os potenciais naturais existentes entre áreas de conservação e conexões das áreas de preservação permanente da rede de drenagem, isto genericamente.

Neste caso, através da análise dos planos de manejo identificou-se que os três Parques possuem influências de outras áreas protegidas. O Parque Nacional *Campos del Tuyú* e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*, que primeiramente são áreas protegidas de categoria internacional denominada Sitio Ramsar.

O Parque Nacional *Campos del Tuyú* está localizado no interior de uma área protegida que é reconhecida internacionalmente como Sitio Ramsar Bahia Samborombon e possui ligação com a área protegida Refugio de Vida Silvestre Bahia de Samborombon em maior extensão. Essas duas áreas protegidas estão ligadas diretamente ao Parque. Existe, também, outra área protegida que se localiza próximo ao Parque denominado Refugio de Vida Silvestre Laguna Salada Grande.

Com relação ao Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*, este possui reconhecimento internacional pela declaração de sítio Ramsar dos estuários e de 24 ilhas que fazem parte diretamente do Parque. Essas áreas podem estar no interior, mas, também externas aos limites do Parque, fazendo com que tenham influência indireta e auxiliando na conservação do mesmo.

Já o Parque Estadual do Espinilho é um pouco diferente, ele não possui ligação direta com outras áreas protegidas, nem possui reconhecimentos de sítios Ramsar. Entretanto, o Parque do Espinilho possui proximidades com o Parque *Rincón de Franquia* em *Bello Unión* no Uruguai e o Parque *Yunta em Monte Casseros* na Argentina.

As seguintes questões pertinentes a parâmetro ambiental possuem dados que podem ser apenas respondidos pelo gestor(a) dos Parques. A primeira questão foi a seguinte: existe procedimento para gestão do Parque Estadual que permita controle efetivo da utilização e exploração indevida dos recursos naturais e da utilização de sua área por terceiros? A resposta do gestor: sim. A Legislação rege os usos possíveis e os crimes ambientais. Nosso procedimento de monitoramento e fiscalização ocorre para coibir a exploração indevida.

A segunda questão foi a seguinte: há inventários da fauna e flora do Parque? São atualizados periodicamente? A resposta do gestor do Parque Estadual do Espinilho foi: O plano de manejo tem diagnóstico, mas precisaremos atualizar estes dados, pois frequentemente existem novos registros de espécies no Parque.

A terceira questão: há mecanismos que possibilitem o controle efetivo da biodiversidade no Parque? A resposta do gestor: São expressos em lei.

A quarta questão: como é o monitoramento dos resultados no Parque? Quais resultados foram alcançados até o momento (fauna, flora e recursos hídricos)? A resposta do gestor: Usamos um sistema de monitoramento construído com metodologia nacional que segue o encadeamento lógico que avalia as ações de gestão de forma a garantir atingir os resultados esperados pela lei que criou a unidade, que avalia de que forma os recursos e valores da criação do Parque estão sendo protegidos.

Foi possível observar semelhanças entre os Parques no momento de caracterização da área de cada Parque contendo histórico, objetivos de conservação, localização geográfica, caracterização biológica, usos e restrições dentro da área do Parque.

Quanto a área externa dos parques perceberam-se distinções entre as zonas que protegem os parques. Então, como pode ser analisado em alguns parâmetros apenas dados referentes a resposta das questões do gestor do Parque, buscou-se comparar através dos planos de manejo como funciona e quais os objetivos do zoneamento de cada Parque (Quadro 11).

Quadro 11 – Objetivos de conservação e definições dos zoneamentos descritos no Plano de Manejo de cada Parque.

(continua)

Zoneamento	Parque	Função/Definição	Objetivos	Atividades permitidas
Zona de preservação ou zona intangível	Argentina	Prioridade alta para a conservação dos campos naturais do Pampa	Fornecer a maior proteção aos recursos naturais e culturais.	Não é permitida qualquer atividade antrópica. Porém, há exceção das funções administrativas.
	Brasil	Considera a proteção integral dos recursos naturais, para garantia do repovoamento e manutenção genética de espécies	Proteção integral dos ecossistemas e dos processos ecológicos frágeis, sensíveis a impactos; Proteção de APPs que atuam no controle do fluxo hídrico.	Não é permitida qualquer atividade antrópica. Porém, há exceção das funções administrativas.
	Uruguai	Considera a proteção da riqueza de espécies das áreas úmidas permanentes e as margens do rio Uruguai e as ilhas do rio Uruguai.	Conservação dos processos ecológicos e das estruturas dos ambientes naturais.	Apicultura.
	Argentina	-	-	-

Zona de Primitiva	Brasil	Pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.	Preservação do ambiente natural, de formação de savanas e facilitação das atividades de pesquisa científica e educação ambiental.	Atividades de monitoramento das formações de savana, a fim de fornecer subsídios para determinar ações de manejo que se fizerem necessárias.
	Uruguai	-	-	-
Zona de Uso Extensivo	Argentina	Conservação de espaços com potencial para uso público na área protegida e seus ambiente próximo que apresentam alguma fragilidade ambiental.	Proporcionar um espaço para educação e pesquisa, mas não visitação.	Possibilidade de observar a paisagem, a fauna e flora característica do local.
	Brasil	Constituída na sua maior parte por áreas naturais, apresentado algumas alterações antrópicas causadas pelos trilhas. Manter o ambiente natural com o mínimo impacto antrópico possível.	Promover atividades de visitação, sensibilização e interpretação, proporcionando o contato do público com a paisagem e os recursos naturais.	Permite o acesso e facilidades ao público, tanto para fins científicos, educativos e turísticos, além de outras atividades administrativas.
	Uruguai	Considera a preservação do pantanal. Área de importância por sua riqueza de espécies.	Conservação dos processos ecológicos e da estrutura dos ambientes naturais do Parque.	As atividades administrativas, atividades antrópicas, dentre as quais se destacam a pecuária e a apicultura.
Zona de Uso Intensivo	Argentina	Zona de uso público intensivo e zona de uso especial. Atualmente, o espaço está em fase de doação ao Parque.	Proporcionar um espaço para educação e visitação.	Oferecer atividades e serviços recreativos (centro de interpretação, trilhas interpretativas, serviço refeições).
	Brasil	O ambiente deverá ser mantido o mais próximo possível do natural, apesar da existência de trilhas e estradas que compõem o sistema de acesso permitido.	Facilitar a visitação, o turismo e a educação ambiental em harmonia com o meio.	Permite o acesso do público às áreas de visitação do Parque, devendo ou podendo conter estruturas que facilitem o acesso ao Parque, além de outras facilidades e serviços.
	Uruguai	Considera a preservação do campo natural e áreas de banhado. Possui uma beleza paisagística importante.	Conservar os processos ecológicos e a estrutura dos ambientes que o compõe.	Gestão do Parque, atividades humanas reguladas: construções habitacionais, recreações, trilhas, extrativismo biológico e criação de animais.
	Argentina	-	-	-

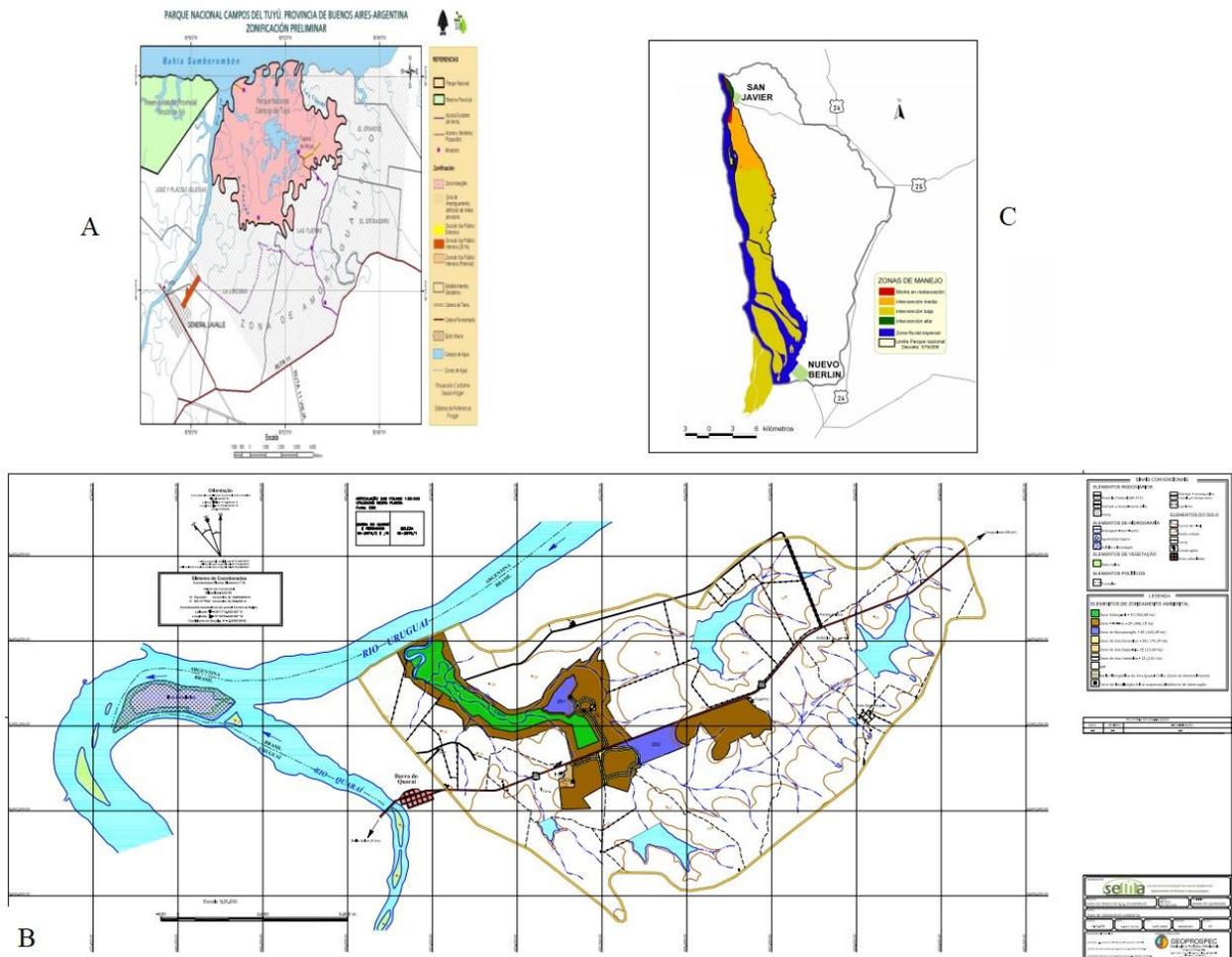
Zona de Uso Especial	Brasil	Áreas já com alguma alteração destinadas a administração, manutenção e serviços do Parque, abrangendo habitações, sede administrativa, alojamento, viveiros, mirantes e torres para fiscalização.	Proporcionar o espaço necessário para implantação e manutenção das infraestruturas destinadas à gestão do Parque, permitindo a implantação dos programas de manejo.	Atividades administrativas: infraestrutura do Parque, atividades de apoio à pesquisa e de atendimento aos visitantes. Projeto de centro de visitantes em andamento.
	Uruguai	-	-	-
Zona de recuperação	Argentina	-	-	-
	Brasil	Áreas antropizadas de caráter provisório que quando restauradas, serão incorporadas a uma das zonas.	Deter a degradação dos recursos naturais e recuperar as áreas alteradas com a menor interferência possível.	Recuperação dos ecossistemas naturais
	Uruguai	Recuperação das espécies em áreas ribeirinha.	Conservação de áreas ribeirinhas no rio Uruguai.	Atividades administrativas e antrópicas gerenciadas pelo Parque
Zona de Uso Conflitante	Argentina	-	-	-
	Brasil	-	-	-
	Uruguai	Área do rio na jurisdição uruguaia (aspectos de fronteira) cuja extensão coincide com os limites da área protegida.	Preservação das comunidades de peixes	Não constitui formalmente os limites da áreas do Parque. Porém, esta área não pode ser gerenciada como um fragmento isolado do rio Uruguai.
Zona de Amortecimento	Argentina	Área de transição entre uma área protegida com uma categoria estrita e seu ambiente, no caso o Parque.	Integrar a conservação com o desenvolvimento, manter e melhorar a qualidade ambiental e a vida dos habitantes.	Atividades administrativas e sujeitas a regras de regularização e autorização do órgão gestor para atividades antrópicas em áreas particulares.
	Brasil	Área delimitada no entorno com limites que incluam áreas de interferência direta ao Parque.	Fiscalizar a caça e pesca ilegais na área interna e externa do Parque. Prevenir e controlar incêndios. Acompanhar pesquisadores e visitantes do Parque. Retirar o acesso do gado.	As atividades humanas deverão estar sujeitas a normas e restrições específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Zona de Amortecimento e dos corredores ecológicos do Parque.
	Uruguai	-	-	-

Fonte: plano de manejo do Parque Nacional *Campos del Tuyú*; plano de manejo do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*; plano de manejo do Parque Estadual do Espinilho.
Elaboração: autora.

Na análise do zoneamento dos Parques é identificado que os três possuem Zona de preservação ou zona intangível, Zona de Uso Extensivo e Zona de Uso Intensivo. Os outros zoneamentos não apresentam equiparação nos três Parques. Pode-se perceber que apenas da

categoria Parque possuir regras mais restritivas, o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay* possui regras flexíveis em seu plano de manejo, a exemplo disso é a possibilidade de criação de animais como bovinos no interior do Parque.

Figura 17 – Zoneamento: (A) zoneamento preliminar do Parque Nacional *Campos del Tuyú*; (B) zoneamento ambiental do Parque Estadual do Espinilho; (C) zonas de manejo delimitadas do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del río Uruguay*.



Fonte: Plano de manejo do Parque Nacional *Campos del Tuyú*, do Parque Estadual do Espinilho e do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del río Uruguay*.

Na discussão do encontrado nos zoneamentos de cada Parques aponta-se que estes, se bem aplicados na prática do dia a dia da gestão dos Parques passam a ser pontos positivos e apresentam-se como ferramentas essenciais para a gestão e como suporte para à execução do manejo e tomada de decisão.

Para parâmetros financeiros questionou-se o seguinte: como o órgão estatal incentiva a manutenção do Parque? A resposta do gestor foi bem sucinta: - com palavras de incentivo.

Em outra questão foi questionado sobre a autonomia financeira, sendo a seguinte questão: O órgão gestor conta com autonomia para a utilização dos recursos orçamentários para a gestão do Parque? O gestor respondeu: - a gestão local do Parque não possui nenhum recurso para pronto uso, os recursos orçamentários são gerenciados e executados pela administração em Porto Alegre.

Além disso, questionou-se sobre a existência de fontes alternativas de recursos para manutenção do Parque Estadual? O gestor respondeu que não existe fonte alternativa de recursos para manutenção. Com relação aos outros dois Parques em estudo, não foi possível encontrar dados sobre parâmetros financeiros.

No âmbito de informações e pesquisa científicas, pautou-se analisar dados para parâmetro tecnológico educacional, neste sentido fez-se dois questionamentos: primeiro, as informações do Parque são armazenadas em um banco de dados informatizado? Segundo, existem convênios firmados com órgãos ou entidades de pesquisa? Para os dois questionamentos a resposta do gestor do Parque Estadual do Espinilho foi que não.

Pensando especialmente em cada Parque elaborou-se a seguinte questão: quais os pontos positivos e negativos do Parque Estadual? O gestor respondeu que para os pontos negativos o tamanho e forma da poligonal é ameaça, desenho estreito oferece grande efeito de bordas. Já para ponto positivo é o uso público direcionado e monitorado, valorizando as especificidades do ambiente único para o Brasil da fisionomia de Savana Parque, oferecendo controle/fiscalização pública das ações de gestão na unidade.

Por fim, a última questão elaborada como questionamento foi a seguinte: existe alguma lei específica no país de preservação e/ou conservação do Pampa? Em resposta, o gestor do Parque Estadual do Espinilho escreveu que desconhece.

Diante do apresentado, destaca-se a importância do trabalho de campo para a aplicação de questionário e conhecimento real dos Parques em estudo. Apesar de todas as dificuldades no caminho da pesquisa a mesma foi possível de ser realizada através da análise e dos planos de manejo e *sites* oficiais de cada Parque. Além disso, salienta-se a relevância dessas áreas protegidas para cada contexto em que estão inseridas no território do Pampa.

Esses Parques sofrem com a ação antrópica todo momento, neste cenário, apesar de todas as limitações que gestores e gestoras encontram, os planos de manejo apresentam importantes

ganhos para a sua gestão, incluindo a de outras categorias de áreas protegidas em seu redor. A apresentação sobre características gerais, atributos e potenciais de conservação de cada Parque, servem de orientação para o planejamento e desenvolvimento de ações para os gestores(as). Apesar de ser um documento técnico deve estar disponível para a sociedade.

Para finalizar, acredita-se que todos os Parques analisados apresentam condições favoráveis para que afetivamente conservem remanescentes de vegetação nativa do Pampa. Seus planos de manejo possuem um processo padrão de leitura de dados com informações dos Parques e diretrizes a serem seguidas. Além disso, afirma-se que para garantir a existência desses Parques é necessário seguir rigorosamente os planos de manejo, desenvolver planejamentos estratégicos baseado no contexto de cada área, investir em capacitação de funcionários, incentivar o envolvimento da sociedade e promover os Parques.

6 CONCLUSÃO

A concepção da proposta desta pesquisa surgiu da demanda de extrapolar as fronteiras administrativas do território do Pampa com temas relacionados a conservação ambiental, aprofundando discussões pertinentes às áreas protegidas. A tipologia de uso sustentável é a que mais se destaca no Pampa com as categorias de área de manejo de *habitat*/espécies e área protegida com recursos manejados de maior representatividade. São essas mesmas áreas que conservam remanescentes de vegetação nativa do Pampa, identificadas através do mapeamento de formações vegetais.

A tipologia de proteção integral timidamente desenvolve-se no território do Pampa. Contudo, percebeu-se que a instituição de áreas de proteção integral no Pampa é condição imprescindível para a conservação da biodiversidade nesse território. Os Parques possuem reconhecimento internacional com arranjos de diversos atores políticos, sociais e institucionais, acordos e negociações com a população residente dentro e fora dos Parques e, de imediato, considerável aporte de recursos técnicos e científicos que garantem e reafirmam a importância dessas áreas no território do Pampa e para um melhor equilíbrio ambiental do sistema na totalidade.

Em sua essência, o estudo buscou analisar três parques através dos planos de manejo, sendo considerados com efetividade satisfatória na grande maioria dos parâmetros analisados. Entretanto, encontraram-se gargalos importantes, incluindo a dificuldade de comunicação com gestores dos parques na Argentina e no Uruguai, a presença de moradias na área do Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del río Uruguay*, a demora na finalização do processo de instituição do Parque Nacional *Campos del Tuyú* e a falta de condições financeiras para estimular a melhoria das estruturas físicas e de pessoal no Parque Estadual do Espinilho.

Com relação às limitações deste estudo, principalmente em trabalhos de campo diretamente nos Parques em análise. Foi possível apenas aplicação de questionário com o gestor do Parque Estadual do Espinilho, e ocorreram dificuldades relacionadas a aplicação do questionário com os gestores dos Parques Nacional *Campos del Tuyú* e o Parque Nacional *Esteros de Farrapos e Islas del Río Uruguay*. Para suavizar a falta de dados referentes aos questionários não respondidos ampliou-se ainda mais a importância dos planos de manejo para os Parques nesta pesquisa.

Os planos de manejo possuem uma estrutura semelhante que possibilita uma análise comparativa da efetividade da gestão e do manejo dos Parques. Eles possuem objetivos claros de

proteção e um largo histórico por serem áreas antigas em conservação e reconhecimento pela importância de seus ambientes naturais. Na análise acerca da gestão e manejo dos Parques, apesar de estarem distantes, eles apresentam conexões, atuando localmente com normativas que determinam os usos e ocupação da terra através do zoneamento e garantem a conservação dos *habitats*, assim acabam fazendo parte de uma rede muito maior de áreas protegidas no Pampa.

Apesar de todas as limitações do trabalho, observa-se a importância da organização de uma página *online* contendo um banco de dados com informações referentes aos Parques, esse é o exemplo da Administração de Parques Nacionais da Argentina que possui um *site* estruturado e bastante acessível aos dados de cada área protegida instituída. Outro aspecto a ser considerado é a divulgação e promoção dos Parques, grande parte da sociedade só compreender a importância dessas áreas especialmente protegidas quando passam a conhecer o seu objetivo, suas funções, seus atributos e potencialidades que estão sendo protegidos da ação antrópica e, assim tornam-se integrantes delas.

Enfatiza-se a importância de investimento público em áreas protegidas para transformar a realidade da conservação e de populações locais e regionais. Espera-se que este trabalho estimule mais pesquisas no Pampa, colabore nas discussões e no desenvolvimento de efetivas ações para melhorar os planejamentos e projetos em movimento das áreas protegidas. Minha maior certeza é que todo esforço na elaboração desta pesquisa seja utilizado a serviço da sociedade e da conservação da geobiodiversidade do Pampa.

REFERÊNCIAS

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A.; PESCE, F. **AGRONEGÓCIOS LTDA**. Nuevas Modalidades de Colonialismo en el Cono Sur de América Latina, 2008.

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Orgs.) **Más alla del desarrollo**. Ciudad de México: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 101.

ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo In. Um campeão visto de perto. ed Fundação Boell: 2012. p.201. Disponível em: <<http://www.br.boell.org/web/19-1448.html>>agosto 2018.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Dirección de Interpretación y Extensión Ambiental – APN**. Argentina, 2013.

ANTUNES, P. B. **Política Nacional do Meio Ambiente PNMA**: comentários à Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos campos do sul do Brasil. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BENCKE, G.A. Biodiversidade. In: Chomenko, L. Bencke, G.A. (org.) **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. P. 61-73.

BILENCA, D.; CODESIDO, M.; FISCHER, C. G. Uso de la tierra y biodiversidad en agroecosistemas de la provincia de Buenos Aires: cambios hacia el interior de la frontera agropecuária. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BILENCA, D.; MINARRO, F. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizales (AVPs) en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil**. Fundación Vida Silvestre Argentina. Buenos Aires, 2004.

BRASIL. Lei n. 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em 07 de ago. de 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas>>. Acesso 25 abril. 2018.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de setembro de 1981.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. p. 21.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. de. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagem protegidas**. São Carlos, Rima Editora, 2005.

CASTRO JÚNIOR, E. et al. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. T.; COELHO, C. N. (Orgs). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

CHOMENKO, L. Transformações estruturais no pampa. I Congresso Internacional do Pampa Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acesso em 02 de Maio. 2018.p.63.

CHOMENKO, L. Transformações estruturais no pampa. I Congresso Internacional do Pampa Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acesso em 02 de Maio. 2018.p.70.

CIFUENTES, M.; IZURIETA, A. V. E FARIA, H.H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. WWF: IUCN: GTZ, Turrialba, 2000.

CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 23 de jun. de 2018.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; GROOT, D. R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; O'NEILL, R.; PARUELO, J.; RASKIN, R.; SUTTON, M.; VAN DEN BELT. **The value of the world's ecosystem services and natural capital**. Nature, p. 253-260, 1997.

_____. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial [da] Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 05 de ago. de 2019.

_____. Decreto nº 24.622, de 10 de junho de 1976. Cria a Reserva Biológica de Ibirapuitã, no município de Alegrete. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em :<<http://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/12103530-decreto-24622-76criarbibirapuita.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

_____. Decreto nº 38.814, de 26 de agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC e dá outras providências. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=6124&hTexto=&Hid_IDNorma=6124>. Acesso em: 07 de jan. de 2019.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

DIRECCIÓN NACIONAL DE MEDIO AMBIENTE (DINAMA) (2004), Concepto de proyecto aprobado por el GEF, versión traducida al español. Disponível em: <http://www.uruguayambiental.com/snap/concepto_de_proyecto.pdf>. Acesso em 06 de jul. 2019.

ERNESTO, M. I; VERÓN, J. Políticas públicas para el sector agropecuario Argentino y sus consecuencias sobre la conservación de la pampa. I Congreso Internacional do Pampa. Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acesso em 04 de maio. 2018. p.39.

ERNESTO, M. I; VERÓN, J. Políticas públicas para el sector agropecuario Argentino y sus consecuencias sobre la conservación de la pampa. I Congreso Internacional do Pampa. Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acesso em 04 de maio. 2018. p.26.

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. 401 f. Tese (Doutor em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1965.

FIGUEIRÓ, A. S. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. p. 146.

FIGUEIRÓ, A. S. **Diversidade geo-bio-sociocultural: a biogeografia em busca dos seus conceitos**. Revista Geonorte, v. 4, n.4, p.57 – 77, 2012.

FIGUEIRÓ, A. S. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza / Adriano S. Figueiró**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

FISCHER, G.; VELTHUIZEN, H. V.; SHAH, M.; NACHTERGAELE, F. Global Agro-ecological Assessment for Agriculture in the 21st Century: Methodology and Results. Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/6667/1/RR-02-002.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. de 2019.

GABRIEL, A. P. **Identificação e espacialização das áreas protegidas no pampa do brasil, uruguai e argentina**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

GRACIOLI, C. R. **Efeitos da silvicultura do eucalipto na dinâmica da vegetação em área de pecuária no Rio Grande do Sul, Brasil**. 2010. 25 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: ACOSTA, E. et al. **Colonialismos del siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio en América. Barcelona: Icaria, 2011. p. 75-92.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Eds.) **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b. p. 303-318.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre: setembro, 2004.

HASENACK, H.; DA SILVA, J.S.; WEBER, E.; HOFMANN, G.S. **A digital version of Hueck's vegetation map of South America: 50 years after the release of his book on the sub-continent's forests**. Geografía y Sistemas de Información Geográfica (GEOSIG), ed.9, p.1-5. 2017.

HOUGHTON, J. T. 2001. **Climate change 2001**. Cambridge University Press.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; DUDLEY, N. Evaluating Effectiveness – A Framework for Assessing Management Effectiveness of Protected Areas. **Best Practice Protected Areas Guidelines**. Suíça: University of Cardiff and IUCN, 2000.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; LEVERINGTON, F.; DUDLEY, N.; COURRAU, J. Evaluating effectiveness: a framework for assessing management effectiveness of protected areas. **Best Practice Protected Area Guidelines**. Suíça: University of Cardiff and IUCN, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. **Mapa de Biomas do Brasil**. Brasília, MMA-IBAMA, Escala 1:5.000.000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bioma Pampa**. 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=11&i=P&c=1613>>. Acesso em: 07 de Março. 2019.

IUCN & UNEP-WCMC. **The World Database on Protected Areas (WDPA)**. Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC. 2010.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. 2008. Disponível em: <https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for protected areas: management categories**. Gland: International Union for Conservation of Nature – IUCN, World Conservation Monitoring Centre – WCMC, 1994.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for applying protected area management categories**. 2008. Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2019.

IZURIETA, A. **Evaluación de la eficiencia del manejo de áreas protegidas: validación de una metodología aplicada a un subsistema de áreas protegidas y sus zonas de influencia**, en el Área de Conservación de Osa, Costa Rica. Tese (Mag. Sc. Costa Rica), CATIE, 1997.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002

KINOUCI, M. R. et al. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais**. Avaliação comparada das aplicações do método RAPPAM nas Unidades de Conservação federais, nos ciclos 2005-06 e 2010. Brasília: ICMBio & WWFBrasil, 2012.

LAL, R. 2005. **World crop residues production and implications of its use as a biofuel**. Environment International, 31(4), 575-584.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 05 abril de 2019.

_____. Lei n° 11.520, de 03 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 03 ago. 2000. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>>. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: DOU de 28/5/2012. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>>. Acesso em 07 abr. 2019.

LEY n° 26.331. **Presupuestos mínimos para la protección del bosque nativo**. Argentina, 2007.

LINDMAN, C. A. M.; FERRI, M. G. **A vegetação no Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

MAHLER JUNIOR, J. K. F. Espinilho: restauração e conservação dos ecossistemas do entorno do Parque Estadual do Espinilho. In: **Natureza em Revista**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. n. 14, março de 2016.

MARCHIORI, J. N. C.; ALVES, F. da S. **O Palmar do Coatepe (Quaraí, RS):** enfoque fitogeográfico. *Balduinia*, Santa Maria, v. 1, n. 28, 2011. P. 21-26

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza:** das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 392 p. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.9, n.001, p.41-64, 2006.

MEDINA, S. Políticas de la dirección Nacional de Medio Ambiente de Uruguay en la conservación de los pastizales naturales. I Congreso Internacional do Pampa. Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Site: <http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>. Acesso em 02 de maio. 2019.

MINARRO F.; G. D. MARINO. **Ganaderia Sustentable de Pastizal.** Producir y conservar es posible. Aves Argentinas y Fundacion Vida Silvestre Argentina, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Brasília, DF:MMA/SBF, 2007. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/Sumario.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2019.

MINISTERIO DE VIVIENDA, ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y MEDIO AMBIENTE (MVOTMA) (2012), Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay, MVOTMA-SNAP. Disponível em: < <http://www.mvotma.gub.uy/portal/snap>>. Acesso em: 02 de jun. de 2019.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN INVERSIÓN PÚBLICA Y SERVICIOS. **Plan Estratégico Territorial Argentina 2016.** Argentina, 2008.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas:** seleção e manejo. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

NURIT, B. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.

OLSON, D.M.; DINERSTEIN, E.; WIKRAMANAYAKE, E.D.; BURGESS, N.D.; POWELL, G.V.N.; UNDERWOOD, E.C.; D'AMICO, J.A.; ITOUA, I.; STRAND, H.E.; MORRISON, J.C.; LOUCKS, C.J.; ALLNUTT, T.F.; RICKETTS, T.H.; KURA, Y.; LAMOREUX, J.F.; WETENGEL, W.W.; HEDAO, P. & KASSEM, K.R. 2001. **Terrestrial Ecoregions of the World: A New Map of Life on Earth.** *Bioscience* 51: 933-938.

OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: Um bioma negligenciado. In: Pillar et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009.

PARERA, A., CARRIQUIRY, E. **Manual de Prácticas Rurales asociadas al Índice de Conservación de Pastizales Naturales (ICP).** Publicado por Aves Uruguay, organismo ejecutor

del Proyecto de Incentivos a la Conservacion de Pastizales Naturales del Cono Sur de Sudamérica, 2014.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. [coord.] **O Pampa em Disputa**: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores – Amigos da Terra Brasil. Porto Alegre, 2007.

PILLAR, V. P. **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 403 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. Porto Alegre: Selbach, 1956.

RICOBOM, ARNALDO EUGÊNIO. **O Parque do Iguaçu como Unidade de Conservação da Natureza no Âmbito do MERCOSUL**: Os problemas decorrentes da degradação ambiental. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001. p. 96.

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei nº 145, de novembro de 2016. Dispõe sobre a Política Agrícola Estadual para Florestas Plantadas e seus produtos. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/145/AnoProposicao/2016/Default.aspx?Dod=29/11/2016>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual n.º 34.256, de 02 de abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências. Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 02 abr. 1992. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id435.htm>> Acesso em: 2 abr. 2019.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estud. – CEBRAP, n.79, p.71-94, 2007.

SCHERL, L. M., et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. Reino Unido: IUCN, 2006. p.7-8.

SELL, J. C. **Estradas paisagísticas**: estratégia de promoção e Conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil-uruguai. Tese. Santa Maria, 2017. p. 27

SELL, J. C. **Estradas paisagísticas**: estratégia de promoção e Conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil-uruguai. Tese. Santa Maria, 2017.

SEMA; FEPAM; FZB - SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA. **Zoneamento ambiental para atividade de silvicultura**. Vol. 1. Porto Alegre, janeiro de 2007.

SILVA, F. **Zoneamento ambiental da APA do Vacacaí-Mirim de acordo com a análise da fragilidade socioambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SILVA, F; FOLETO, E. M. Pampa Uruguaio sul-rio-grandense: análise das áreas protegidas vizinhas (Brasil/Uruguai) através dos sistemas ecológicos transfronteiriço. I Congresso Internacional do Pampa. Anais. Santa Maria: UFSM, 2016. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/cipa/index.php/anais>>. Acesso em 02 de maio. 2019.

SILVA, João dos Santos Vila da. SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Zoneamento para Planejamento Ambiental: Vantagens e Restrições de Métodos e Técnicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 2, p.221 \u2013 263, maio/ago. 2004.

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (SNAP) (2007), Proyecto Fortalecimiento del Proceso de Implementación del SNAP. Encuesta de Opinión Pública: ambiente, biodiversidade y áreas protegidas, Serie Informes N°5. Disponível em: <<http://www.snap.gub.uy/dmdocuments/I%207%20encuesta%202008.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

SORIANO, A. R. J. C.; LEÓN, O. E.; SALA, R. S.; LAVADO, V. A.; DEREGIBUS, M. A.; CAHUEPÉ, O. A.; SCAGLIA, C. A. VELAZQUEZ, J. H. 1992. Rio de la Plata grasslands. p.367-407.

SOZINSKI Jr., E. E. **Tipos funcionais em Vegetação campestre: Efeitos de pastejo e adubação nitrogenada**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ecologia da Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2000 130p.

SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES DA SILVA, L. A. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

TORNQUIST, C. G.; BAYER, C. **Os Campos Sulinos: Serviços ambientais: oportunidades para a conservação dos Campos Sulinos**. Brasília: MMA, 2009. p.122.

URUGUAY, 2015. Estrategia Nacional de Biodiversidad. Disponível em: <<http://mvotma.gub.uy/estrategia-nacional>>. Acesso em 15 de ago. de 2019

WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, E. M. **Olhares sobre o Pampa: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA GESTOR/GESTORA DO PARQUE

1. Como são criadas as Áreas Protegidas de Proteção Integral?
2. Como são escolhidos os locais? Como é definido o tamanho e o tipo da área?
3. As Áreas Protegidas são interligadas por corredores ecológicos? Como é definido o tamanho?
4. O Parque possui diferentes zonas, com limites definidos e normas específicas regulamentando seu uso e ocupação?
5. Como é o procedimento de visitação no Parque? Existem normas?
6. Como é a participação local na gestão do Parque (prefeitura, ONGs, proprietários vizinhos, etc.)? Tem representante nos Conselhos gestores?
7. Como o órgão estatal incentiva a manutenção do Parque?
8. O órgão gestor conta com autonomia para a utilização dos recursos orçamentários para a gestão do Parque?
9. Existem fontes alternativas de recursos para manutenção do Parque?
10. O órgão apresenta quadro suficiente de servidores e qual qualificação possui para as atividades de gestão e manejo do Parque?
11. Qual é a estrutura atual do Parque? É satisfatória? O que falta?
12. Existe procedimento para gestão do Parque que permita controle efetivo da utilização e exploração indevida dos recursos naturais e da utilização de sua área por terceiros?
13. Há inventários da fauna e flora do Parque? São atualizados periodicamente?
14. Há mecanismos que possibilitem o controle efetivo da biodiversidade no Parque?
15. Como os resultados obtidos com a criação, implantação e gestão do Parque são avaliados?
16. Como é o monitoramento dos resultados no Parque? Quais resultados foram alcançados até o momento (fauna, flora e recursos hídricos)?
17. Há previsão e programação de atividades para fiscalização, prevenção e combate a incêndio, manutenção e vigilância do Parque? São cumpridas sempre?
18. As informações do Parque são armazenadas em um banco de dados informatizado?
19. Existem convênios firmados com órgãos ou entidades de pesquisa?
20. Há criação de animais e/ou residentes no Parque?
21. Quais os pontos positivos e negativos do Parque?
22. Existe alguma lei específica no país de preservação e/ou conservação do Pampa?